

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE – TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA – ANÁLISES DISCURSIVAS E TEXTUAIS

A ESCRITA NA PSICOSE

PATRÍCIA LAUBINO BORBA-RODEGHER

Dra. Freda Indursky

Orientadora

Porto Alegre, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE – TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA – ANÁLISES DISCURSIVAS E TEXTUAIS

A ESCRITA NA PSICOSE

PATRÍCIA LAUBINO BORBA-RODEGHER

Dra. Freda Indursky

Orientadora

Tese de doutorado apresentada ao
programa de pós-graduação em Letras
da Universidade Federal do Rio Grande
do sul como requisito parcial para
obtenção do título de doutora

Porto Alegre, 2011

Para Isabel Borba Rodegher, com amor.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Freda Indursky, pelos ensinamentos, pela leitura atenta e crítica, pela orientação inspirada. Enfim, pelo companheirismo e sabedoria nessa jornada.

À professora Maria Cristina, pelas aulas desafiadoras, pelas indicações de leituras, e pelo interesse no meu trabalho.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ser gratuito e de qualidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, por permitir a realização de um sonho. Ao Capes, a bolsa de estudo que viabilizou a realização desta pesquisa.

Ao CAPS – Centro e às coordenadoras do Atelier de Escrita, Ester Trevisan e Denise da Silveira, pela acolhida.

À Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) e, em especial, ao Núcleo das Psicoses.

Agradecemos à colega Noeli Lisbôa por ter indicado o Atelier e nos ter apresentado às coordenadoras.

Ao meu amor, Ronaldo Fernandes Peres Rodegher, por ser meu companheiro na vida e na realização dessa tese. E pela família linda que construímos juntos.

Ao Eduardo Laubino Borba (*in memoriam*).

Aos meus pais, Francisco da Silva Borba e Eni Laubino Borba, pelo amor e pelo carinho.

Aos meus Rafael Fernando Borba, Fernanda Eduarda Borba, Pedro Otávio Borba Meireles, Flávia da Rosa Borba, Andréa Borba Meireles, João Francisco Borba Meireles, Zenaide da Silva Borba, Eleonora Fernandes Peres Rodegher, pelo carinho.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Dispositivo teórico.....	17
2.1 <i>Discurso</i>.....	17
2.1.1.1 Formações discursivas.....	18
2.1.1.2 Interdiscurso.....	20
2.1.1.3 Heterogeneidade	22
2.1.2 A noção de discurso na psicanálise.....	25
2.2 <i>Sujeito</i>.....	29
2.2.1 Semelhanças e diferenças entre a noção de sujeito na Análise do Discurso e na Psicanálise.....	34
2.3 <i>Escrita</i>	37
2.3.1 Semelhanças e diferenças entre a noção de escrita na Análise do Discurso e na Psicanálise.....	41
2.4 <i>Autoria</i>.....	44
2.5 <i>Real</i>.....	51
2.5.1 Real e Língua.....	52
3. Reflexões sobre o Arquivo.....	61

3.1 Condições de produção do arquivo.....	61
3.2 O lugar discursivo do psicótico.....	68
3.2.1 O simbólico e as formações imaginárias na relação entre psiquiatra e psicótico	70
3.2.2 A construção do locutor psicótico a partir dos manuais.....	72
3.3 A apropriação do arquivo da clínica da psicose para os estudos da linguagem	79
4. Injunção do real na escrita psicótica.....	84
4.1. Real como realidade na psicose.....	84
4.2 A irrupção do real no signo.....	87
4.2.1 Irrupção do real pelo ato de nomeação.....	87
4.2.2 Irrupção do real a partir das semelhanças das palavras.....	94
4.3 A irrupção do real no sintagma.....	103
4.3 Irrupção do real e do interdiscurso pelo viés da pontuação.....	103
4.3.1 Fragmentos pontuados.....	116
4.3.2 Fragmentos em que há ausência de pontuação	123
4.3.3 Conclusão do capítulo.....	129
5. Autoria na psicose.....	133

5.1 <i>Relação da autoria com a leitura</i>	133
5.1.1 Autoria como represamento do interdiscurso e estancamento do real.....	138
5.1.1.1 Conclusão do capítulo.....	159
5.2 <i>Autoria como inscrição e “escrção”</i>	162
5.2.1 A inscrição pela submissão.....	163
5.2.2 A “escrção” pelo deslocamento.....	169
5.2.2.1 Análise.....	171
5.2.2.2 Conclusão do capítulo.....	185
Considerações finais	188
Anexo.....	193

RESUMO

No presente trabalho analisaremos textos de pacientes psicóticos que participam do grupo terapêutico denominado “Atelier de Escrita”, que se reúne no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Região Centro de Porto Alegre. Nossas análises são norteadas pelas seguintes questões: 1. dentro de uma perspectiva lingüístico-discursiva, como pode ser compreendida a irrupção de efeito de não-sentido no texto do psicótico e qual o funcionamento discursivo subjacente a esse efeito? 2. haveria autoria na escrita do psicótico? No primeiro capítulo, expomos o dispositivo teórico que vai ser utilizado nas análises. Filiamo-nos à Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Em nossa reflexão teórica, cotejamos algumas noções da Análise do Discurso com suas similares na Psicanálise. No terceiro capítulo, mostramos por que, para trabalharmos com um arquivo que pertence à área da clínica do doente mental, tivemos de sair dessa área e nos deslocar para a Análise do Discurso. Para tanto, mostramos as condições de produção dos textos analisados. Realizamos um apanhado histórico do tratamento de doenças mentais no Brasil da Reforma Psiquiátrica nos anos 70 e uma retomada histórica de como a psicose é construída sócio-discursivamente. Examinamos como é construído o locutor-psicótico, a fim de vislumbrar um efeito de leitura que seja socialmente estabelecido nos textos a serem analisados. No quarto capítulo, examinamos a questão do não-sentido na escrita psicótica. Para isso, com o auxílio da Psicanálise, tentaremos compreender quais são as relações do real com a psicose, principalmente em relação à constituição da realidade nessa subjetividade. As análises que compõem esse capítulo dizem respeito aos diferentes funcionamentos de irrupção do real nos textos estudados. Analisaremos dois funcionamentos distintos de irrupção do real: pelo ato de nomeação e pelas semelhanças das palavras. Estudamos também como o real irrompe na presença dos sinais de pontuação e na ausência da pontuação. No quinto capítulo, propomos a questão da autoria na psicose por duas vias. A primeira leva a pensar a relação entre autoria e leitura na psicose. Essa seção desemboca em outra, denominada “Autoria como represamento do interdiscurso e estancamento do real”. Nessa seção, refletimos como o sujeito psicótico escapa da injunção do não-sentido no texto e conseqüentemente inclui nele o sujeito-leitor. A segunda propõe-se a analisar o grau de presença de autoria nos textos estudados a partir de duas noções formuladas no presente trabalho: *inscrição* e *escrificação*. Finalizaremos nosso trabalho com considerações a respeito da inclusão do arquivo de textos de psicóticos nas pesquisas da Análise do Discurso.

ABSTRACT

In the present thesis we will analyze texts from psychotic patients who participate in the therapeutic group called “Atelier da Escrita”, whose meetings occur in the Center of Psychosocial Attention (CAPS) downtown Porto Alegre. Our analysis will be guided by the following questions: 1. From a discursive-linguistic viewpoint, how the irruption of the nonsense effect in the psychotic text can be understood and what is the discursive functioning related to this effect? 2. Is there authorship in the psychotic text? In the first chapter, we will debate the theoretical instruments which will be used in our analysis. We affiliate ourselves with Michel Pêcheux’s Discourse Analysis. In our theoretical reflection, we compare some notions of Discourse Analysis with similar ones in Psychoanalysis. In the third chapter – demonstrating the conditions of production of the texts studied - we show why, in order to work with an archive which belongs to the clinic of the mental patient, we had to draw on Discourse Analysis. We also delve into the historical context of the treatment of mental sicknesses in the 1970s Psychiatric Reform’s Brazil. We study how psychosis was built discursively and socially through history. We examine how the psychotic speaker is build, so as to observe in the texts a reading-effect that is socially established. In the fourth chapter, we study the question of nonsense in the psychotic texts, trying to understand – with help from Psychoanalysis – how the real and psychosis relate, especially regarding to the building of reality in this subjectivity. This chapter’s analyses relate to the different modes of functioning of the irruption of the real in the analyzed texts. We will study the different forms of the functioning of the irruption of the real: by the act of nominating and by the similitude between words. We also study how the real irrupt in the presence of punctuation marks and in their absence. In the fifth chapter, we propose the question of authorship in psychosis through two means. The first brings us to think in the relation between authorship and reading in psychosis. This section results in another, named “Authorship as the damming of interdiscourse and the blocking of the real”. In this section, we reflect on how the psychotic subject escapes from the injunction of nonsense in the text and consequently includes the subject-reader in it. The second proposes to analyze the level of the presence of authorship in the studied texts based on two notions formulated in the present thesis: inscription and “excription”. We conclude our work with considerations regarding the inclusion of the archives of texts from psychotic in the researches of Discourse Analysis.

1. INTRODUÇÃO

Pêcheux (1983), ao retomar a história da Análise do Discurso, mostra-nos que, em suas primeira e segunda épocas, essa área tinha como *corpus* os textos políticos e como objetivo a apreensão de uma identidade discursiva. Na terceira época, houve um deslocamento tanto do *corpus* - a Análise do Discurso “volta-se para o formigamento dos discursos ordinários, o exame das falas anônimas, o conversacional” (Mالدیدیر, 2003, p. 75) -, quanto do objetivo de estudo - há a introdução da noção de heterogeneidade e começa-se a analisar “‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos no fio do discurso’” (Pêcheux , 1983, p. 316).

Propomo-nos a analisar, nesse trabalho, uma materialidade discursiva não prevista pelos estudos clássicos da Análise do Discurso: o texto de pacientes psicóticos. Acreditamos ser possível incluir essa materialidade nos estudos da Análise do Discurso porque o texto dos psicóticos é atravessado por duas noções que são caras a essa área de estudo: a ideologia e o inconsciente. O discurso do psicótico possui um funcionamento diferencial¹ do discurso do neurótico (ou seja, do discurso considerado “normal”), pois seu funcionamento é constituído por mecanismos de condensação e deslocamento que pertencem às formações do inconsciente. Porém, esse discurso continua sendo determinado pela ideologia, tal qual o discurso do neurótico. Dessa forma, podemos afirmar que os textos dos pacientes também são uma reorganização, diferente da dos neuróticos, de já-ditos pertencentes ao interdiscurso.

Em nosso trabalho, analisaremos textos de psicóticos que são interpelados a escrever. Porém, a relação do paciente com a escrita se manifesta de formas bastante variadas, conforme a psicanalista Ramalho (2007), essas diferenças de escrita ocorrem como resultados de

diferentes condições em que os psicóticos se encontram. Alguns escrevem seus delírios, de modo a construir metáforas delirantes, como foi o caso de Schreber. Outros, no entanto, como é muito freqüente nos

¹ Ver Borba (2006)

hospitais psiquiátricos, principalmente entre os pacientes crônicos – cronificados em uma posição objetal - , costumam apresentar uma escrita fragmentada, automática, que às vezes parece uma “salada de palavras” (idem, p. 315).

Os textos examinados são de integrantes de um grupo terapêutico fundado em 2003, denominado Atelier de Escrita, que se reúne no Centro de Atenção Psicossocial Região Centro de Porto Alegre (CAPS - Centro). Entramos em contato com as coordenadoras do Atelier² em maio de 2006. Para que fosse possível realizar a coleta do material que iria constituir nosso arquivo, encaminhamos pedido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Foram igualmente assinados pelos pacientes termos de consentimentos individuais, e, a partir de ambas as autorizações, foram fotocopiados os textos dos participantes do Atelier. A autorização do Comitê de Ética não permite o contato do pesquisador com os pacientes dentro do Atelier nem acesso aos seus prontuários ou a qualquer tipo de informação pessoal. A autorização individual está vinculada ao anonimato.

Até as coordenadoras do Atelier manifestarem aos pacientes o nosso interesse por seus escritos, não sabíamos como seria a reação do grupo. Para a nossa feliz surpresa, a maioria deles aceitou que lêssemos e copiássemos seus textos e, como nos foi relatado posteriormente, mostrou-se orgulhosa pelo nosso interesse. Esse orgulho diante da manifestação de interesse por alguém de fora do círculo da clínica de doentes mentais, (os pacientes sabiam que nós éramos do Instituto de Letras da UFRGS) apresentou-se como um vestígio para nós pesquisadoras de que aqueles textos eram algo mais do que um resto de uma sessão terapêutica.

Nossas leituras preliminares dos textos também desacomodaram a expectativa de que esses textos fossem de um *non-sense* radical, pois, na maioria das vezes, não encontramos uma ausência total de sentido nos escritos.

A partir dessas duas constatações cruciais na fase inicial de nosso trabalho, nos debruçamos sobre o arquivo com duas questões norteadoras: 1. dentro de uma perspectiva lingüístico-discursiva, como pode ser compreendida a irrupção de efeito de não-sentido no texto do psicótico e qual o funcionamento discursivo subjacente a esse efeito? 2. haveria autoria na escrita do psicótico?

² Ester Trevisan e Denise da Silveira.

Para responder tais questões, organizamos a tese da seguinte forma. Segue-se à introdução o capítulo que expõe o dispositivo teórico que vai ser utilizado nas análises. Nesse capítulo, retomaremos as noções de *sujeito*, *discurso*, *escrita*, *autoria* e *real* como são formuladas na Análise do Discurso. Após, cotejaremos as noções de *sujeito*, *discurso* e *escrita* com suas similares na Psicanálise, a fim de expor suas diferenças e possíveis pontos de aproximação. Gostaríamos de ressaltar que a perspectiva teórica desse trabalho é a da Análise do Discurso de Pêcheux. Porém, devido à natureza do objeto analisado, é necessário que a Psicanálise seja contemplada como uma interface importante para se avançar nas análises de discursos psicóticos. É necessário também enfatizar que esse não é o único motivo para aproximarmos essas duas áreas de estudo. São áreas que, apesar de divergirem em muitos momentos, suscitam efeito de familiaridade, os quais não podemos deixar de mostrar.

No terceiro capítulo, refletimos a respeito do arquivo que estamos utilizando, constituído por textos de pacientes em sessão terapêutica. Na primeira seção desse capítulo (3.1), propomo-nos a mostrar as condições de produção dos referidos textos. Para isso, percorreremos a formulação foucaultiana de nascimento do asilo. Em seguida, é feito um apanhado histórico do tratamento de doenças mentais no Brasil. Fechamos a seção mostrando como se desenvolveu a Reforma Psiquiátrica nos anos 70 no Brasil.

Na seção seguinte (3.2), analisaremos o lugar discursivo do psicótico, a partir de uma retomada histórica de como a psicose é contruída sócio-discursivamente. Examinaremos como é constituído o Locutor-psicótico, a fim de vislumbrar um efeito de leitura que é socialmente estabelecido nos textos a serem analisados. Essa reflexão é importante para desacomodar o imaginário social de um locutor que está fadado ao fracasso e para pensar a questão da autoria nesse lugar discursivo. Para isso, recorreremos aos manuais de Psiquiatria, porque são lugares privilegiados para a observação do saber da medicina sobre a psicose e também pela autoridade, construída sócio-historicamente, que lhe é atribuída.

Finalmente, na seção 3.3, discute-se o deslocamento entre áreas de estudo que tivemos que realizar para trabalharmos com um arquivo constituído a partir de outro saber, a clínica de psicóticos. Para isso, foi necessário desnaturalizar o arquivo da sessão terapêutica e opacificar seu funcionamento referente a essa disciplina e,

posteriormente, reorganizá-lo para que ele fosse estudado a partir de uma perspectiva lingüístico-discursiva. A reorganização do arquivo ocorre por sua transformação em *corpus*, o que podemos visualizar nas análises.

No quarto capítulo, examinaremos a questão do não-sentido na escrita psicótica. Para isso, com o auxílio da Psicanálise, tentaremos compreender quais são as relações do real com a psicose, principalmente em relação à constituição da realidade na psicose. As análises que compõem esse capítulo dizem respeito aos diferentes funcionamentos de irrupção do real nos textos estudados. Analisaremos dois funcionamentos distintos de irrupção do real: pelo ato de nomeação e pelas semelhanças das palavras e na pontuação. No último funcionamento analisado, estudaremos tanto textos em que o real irrompe na presença dos sinais de pontuação, quanto aqueles em que a ausência da pontuação são os vestígios do aparecimento do real.

No quinto capítulo, nos propomos a pensar a questão da autoria na psicose por duas vias. A primeira leva a pensar a relação autoria e leitura na psicose. Essa seção desemboca em outra, denominada de “Autoria como represamento do interdiscurso e estancamento do real”. Nessa seção, refletimos como o sujeito psicótico escapa da injunção do não-sentido no texto e conseqüentemente inclui o sujeito-leitor. A segunda propõe-se a analisar o grau de presença de autoria nos textos estudados a partir de duas noções formuladas no presente trabalho: *inscrição* e “*escrção*”.

Finalizamos nosso trabalho com considerações a respeito da inclusão do arquivo de textos de psicóticos nas pesquisas da Análise do Discurso.

A presente tese dá continuidade aos estudos desenvolvidos durante a realização do curso mestrado que resultou na dissertação intitulada “O funcionamento da referência na perspectiva da análise do Discurso: um estudo do discurso do esquizofrênico” (2006). As diferenças entre ambos os trabalhos estão nas distintas questões norteadoras, bem como na natureza dos arquivos. A dissertação propunha-se a compreender o funcionamento do discurso do esquizofrênico em relação ao interdiscurso, ou seja, o enfoque do trabalho era como se estabelecia a referência em relação aos referentes discursivos.

Outra diferença crucial entre a tese e a dissertação são os arquivos sobre os quais nos debruçamos nas diferentes pesquisas. Como dissemos, o arquivo da tese é composto de textos escritos por pacientes do CAPS. Já o da dissertação era composto por entrevistas de pacientes internados em hospitais psiquiátricos. Além de a oralidade e a escrita serem manifestações de discursividade distintas, trata-se de materialidades discursivas compostas em diferentes condições de produção.

Na dissertação, os entrevistados eram pacientes internados, e as perguntas ecoavam o discurso da Psiquiatria referente aos sintomas da psicose, ou seja, as questões tinham como objetivo saber se o paciente ouvia vozes ou se os relatos dos pacientes fugiam de um discurso lógico.

Os textos que compõem a tese são produtos de uma oficina terapêutica de um CAPS. Esses textos têm como objetivo a “reintegração do portador de transtornos mentais a uma rede comum de significados cotidianos, partilhados socialmente” (Guerra, 2008, p. 38). Neles são evocados diferentes discursos: o da mídia, o do trabalho, o da escola, o da religião, o da medicina, o do cotidiano, o amoroso, o da família. O sintoma também é evocado nos textos, porém, diferentemente das entrevistas analisadas na dissertação; neles é evocado para ser compreendido e, até mesmo, controlado pelos próprios pacientes. Como já dissemos, trabalharemos, mais detalhadamente, na seção 3.1, a respeito das condições de produção desses textos.

Acreditamos que a realização desse trabalho proporcionará uma melhor compreensão tanto de questões do estudo da linguagem quanto da clínica de psicose. Tradicionalmente, estudamos o discurso na constituição subjetiva neurótica como se o funcionamento nessa constituição em particular pudesse esclarecer de forma geral o que é o discurso. A percepção de um discurso constituído em outra subjetividade, a psicótica, ajuda-nos a compreender outras facetas do funcionamento discursivo e, dessa forma, compreender melhor a constituição do discurso de forma geral.

A questão da autoria vem sendo amplamente pesquisada na Análise do Discurso, porém, essa noção é estudada preferencialmente na constituição subjetiva neurótica. Em nosso trabalho, mobilizaremos noções que são caras aos estudos discursivos, tais como *real*, *arquivo*, *lugar discursivo*, etc. Pretendemos mostrar que o estudo da *autoria na psicose* reverte para a nossa área novas percepções sobre o

processo da escrita e também uma diferente percepção da singularização inerente à autoria, através das noções por nós desenvolvidas nesse trabalho: *inscrição* e *escrição*.

Nossa contribuição para a clínica da psicose ocorre pela reflexão, em uma área distinta da medicina, a respeito do trabalho desenvolvido pelos profissionais do CAPS. Trabalhamos com vistas a propor uma fundamentação teórica para as noções de *escrita* e *autoria* compatível com os fundamentos teóricos da Psicanálise e, dessa forma, contribuir para os trabalhos realizados no campo da escrita por esses profissionais. Propomos uma reflexão linguageira para pensar a questão do *não-sentido* na produção escrita da psicose, contemplando também seu funcionamento. Desenvolvemos, à luz da Análise do Discurso, uma abordagem diferenciada para pensar a *autoria* na psicose.

Finalmente, pretendemos com esse trabalho contribuir para uma aproximação entre a área dos estudos da linguagem e a Psicanálise. Na medida em que relacionamos noções das duas áreas, estabelecemos uma proposta teórica que torne possível a utilização, nos estudos da linguagem, de arquivos constituídos na área da clínica de psicoses.

2. DISPOSITIVO TEÓRICO

2.1 DISCURSO

Na Análise do Discurso, o discurso não pode ser confundido com a mensagem, pois essa pressupõe apenas a transmissão de informação, num processo lingüístico serializado, previsível e infalível. Para a teoria da Comunicação, a utilização correta do código e das funções da linguagem produzirá a delimitação precisa da informação que atingirá seu destinatário. A noção de discurso pressupõe uma relação diferente entre os sujeitos e os sentidos. Não é na utilização correta do código / língua que ocorre a delimitação do sentido, pois esse não pertence à língua. O discurso é o efeito de sentido entre os interlocutores que se materializa na língua, ou seja, o discurso não é o resultado da habilidade do locutor em manejar a língua, mas dos efeitos de sentido que se estabelecem a partir de determinadas condições de produção.

O objeto de estudo da Análise do Discurso não é a materialidade lingüística, mas o discurso. A língua é o meio material de se atingir o discurso, porém não há relação direta entre língua e discurso, ou seja, o discurso não se origina na língua:

o sistema da 'língua' é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo 'discurso': a língua se apresenta, assim, como base comum de 'processos' discursivos diferenciados (Pêcheux, 1975, p. 91).

O que a Análise do discurso tenta compreender é como se produz o trabalho simbólico e ideológico na língua, fazendo que nela se produzam sentidos.

As seguintes noções estão intimamente relacionadas à noção de *discurso*: *formação discursiva*, *formação ideológica*, *interdiscurso* e *heterogeneidade*. Dessa

forma é necessário esclarecê-las a fim de compreender o seu significado para a Análise do Discurso. É o que veremos na seqüência.

2.1.1.1 FORMAÇÃO DISCURSIVA E FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

O lugar de articulação entre língua e discurso é a formação discursiva: “as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (Pêcheux, 1975, p. 160). As formações discursivas representam, na língua, a formação ideológica a que elas correspondem.

Conforme Pêcheux e Fuchs (1975), “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (idem, p. 166). A formação ideológica se manifesta no âmbito da linguagem, a partir de uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode ou deve ser dito em uma *inscrição* ideológica (Pêcheux, 1975, p. 160).

A formação discursiva funciona como um filtro que seleciona os já ditos do interdiscurso. Esse filtro funciona como um posicionamento ideológico e tem uma constituição de natureza discursiva: “uma formação discursiva é constituída-margêda pelo que lhe é exterior, logo por ‘aquilo que aí é estritamente não-formulável’” (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 177). Ou seja, a constituição de uma formação discursiva ocorre a partir de oposições que separam já-ditos que pertencem a diferentes formações. Porém, isso não significa que as formações discursivas são homogêneas:

une FD, ce n'est pas ‘un seul discours pour tous’, ce n'est pas non plus ‘à chacun son discours’, mais ce doit être pensé comme ‘deux (ou plusieurs) discours en un seul’. Deux modalités différentes d’un même oubli: celui de la contradiction comme principe constitutif de toute FD. (Courtine, 1982, p. 245)

A heterogeneidade da formação discursiva deve-se à heterogeneidade das formações ideológicas. Pêcheux (1980) nos mostra que a ideologia “es no idéntica a si

misma”, sendo ela afetada pela “contradicción que con ella organiza la unidad y la lucha de los contrarios” (idem, p. 192). A contradição da ideologia está presente nas formações discursivas: “una pluralidad contradictoria, desigual e interiormente subordinada de formaciones discursivas se organiza en función de los intereses puestos en juego en la lucha de clases, en un momento dado de su desarrollo y una formación social dada” (idem, p. 196).

Dessa forma, vemos que a formação discursiva é passível de mudanças, na medida em que é possuidora de fronteiras que se deslocam (Courtine, 1982, p. 245). Uma das possibilidades de deslocamento ocorre pelos acontecimentos discursivos, que são um vetor de transformação dos sentidos. Pêcheux (1988) nos ensina que o acontecimento é inerente ao discurso:

todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação [...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constrói ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço (idem, p. 56).

O acontecimento ocorre em virtude da desestabilização de uma formação discursiva, ou por ruptura ou por estranhamento. O primeiro tipo de acontecimento promove o aparecimento de uma nova formação discursiva, sendo denominado acontecimento discursivo. Trata-se do acontecimento descrito por Pêcheux (1988). O segundo tipo de acontecimento é absorvido por uma formação discursiva, sendo denominado acontecimento enunciativo. Essa categoria de acontecimento foi formulada por Indursky (2002).

Para continuar a nossa compreensão de discurso prosseguiremos estudando a noção de interdiscurso.

2.1.1.2 INTERDISCURSO

Pêcheux (1975) forja a noção de interdiscurso para dar conta de um lugar que comporte os já ditos e os já ouvidos, em suas relações de dominação e contradição, sem estarem organizados por uma formação discursiva. O interdiscurso é “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas [...] submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que [...] caracteriza o complexo das formações ideológicas” (idem, p. 162).

Courtine (1981, p. 35) nos ensina que o interdiscurso é o lugar de constituição desses elementos que serão apropriados pelo sujeito enunciador a fim de constituir seu próprio discurso. Esse elemento é o pré-construído, que corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica (Pêcheux, 1975, p. 164), ou seja, o elemento exterior e anterior à enunciação.

A apropriação, denominada articulação por Pêcheux (1975, p.164), nos mostra as relações que o sujeito estabelece com o sentido, isto é, a identificação do sujeito falante com alguns saberes e a rejeição de outros. A articulação ocorre a partir do discurso transversal (Pêcheux, 1975, p.171), na medida em que ele é o discurso que atravessa a formulação. Iremos nos deter nas noções de pré-construído e discurso transversal, principalmente em relação aos seus funcionamentos, porque são noções essenciais para a análise do nosso *corpus*.

O pré-construído é uma noção forjada por Henry a partir de seu estudo a respeito das orações relativas, “Construções relativas e articulações discursivas” (1975). Trabalharemos o funcionamento do pré-construído no fio do discurso a partir desse estudo de Henry.

As orações relativas possuem dois funcionamentos distintos: explicativo e restritivo. O primeiro explicita a retomada de um pré-construído, como podemos ver no seguinte exemplo: (a) “O cão, que é um animal, é carnívoro”. O sintagma “o cão é um animal” é anterior, independente e exterior à formulação em que está inserido. A independência e o efeito de verdade desse sintagma são tão explícitos que se tornam dispensáveis para a formulação. A “explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem” (Bechara, 2003, p. 467).

O funcionamento restritivo apaga a retomada do pré-construído, ao produzir o efeito de dependência no interior da formulação. No exemplo, (b) “O cão que está na porta é da nossa vizinha”, há um efeito de dependência interna dos componentes da formulação. Porém, o sintagma “um cão está na porta”, é, necessariamente, uma construção anterior, independente e exterior à formulação (b).

Dessa forma, Henry (1975) nos mostra que tanto o funcionamento restritivo quanto o explicativo retomam pré-construídos. Porém, as orações relativas restritivas apagam esse efeito de retomada na formulação, provocando um efeito de homogeneidade³ discursiva e de sentido de estar sendo produzido no momento da enunciação. Além das relativas em Henry (1975), outros autores trabalham com o funcionamento que põe em pauta a questão dos pré-construídos: o encaixe sintático trabalhado em Pêcheux (1975), a nominalização, presente em Sériot (1986) e as anáforas discursivas concebidas em Indursky (2008b).

Em relação ao discurso transversal, podemos ver seu funcionamento, por exemplo, a partir da negação. Segundo Indursky (1997a), no funcionamento da negação, o sujeito enunciativo não está explicitando em seu dizer o discurso-outro. Porém, a relação com esse discurso acontece na medida em que, para refutar um discurso, é preciso “incorporá-lo transversalmente” (idem, p. 220). Desse modo, a negação estabelece uma *fronteira* entre o discurso que é passível de ser proferido e aquele que é interdito (idem, p. 217). Essa fronteira delimita dois discursos de “identidade contrastiva” (Courtine, 1981, p. 105) diferentes num mesmo fio de discurso – o afirmado e o negado. O discurso negado funciona como um discurso transversal nesse fio do discurso.

Conforme Courtine (1981, p. 49), (1982, p. 250) e Courtine e Marandin (1981, p. 25), é o interdiscurso que controla as fronteiras das formações discursivas. A redefinição constante das fronteiras acontece porque o interdiscurso produz os pré-construídos que serão incorporados nas formações discursivas. Ao incorporar pré-construídos que lhe são exteriores, uma formação discursiva precisa redefinir os saberes que a constituem. Essa redefinição pode provocar apagamentos, esquecimentos ou, até mesmo, denegações no interior de uma formação discursiva (Courtine e Marandin, 1981, p.24).

³ Ver Indursky (1997a, 2001).

A noção que será estudada a seguir é de heterogeneidade.

2.1.1.3 HETEROGENEIDADE

A noção de homogeneidade, no que diz respeito à concepção de discurso na teoria a que nos filiamos, só pode ser compreendida como uma ilusão ou um efeito. Isso porque o discurso não se origina no momento de sua produção, e sim é uma retomada de dizeres que estão em outros lugares e nele se acomodam produzindo efeito de homogeneidade. Dessa forma, para conceber a existência do discurso, é necessário pensar em noções como repetibilidade e já-dito. Sendo da ordem do social, do ideológico, sendo construído historicamente, o sentido pré-existe ao sujeito que, ao enunciá-lo, evoca / repete aquilo que já existe. Assim, ao estudarmos o discurso, temos de ter como pressuposto a noção de heterogeneidade. Podemos compreender melhor a noção de heterogeneidade a partir da seguinte formulação:

sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete apenas àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já dito mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, seja ela “amigável” ou antagônica. (Indursky, 2001, p. 27-28)

Para compreendermos o funcionamento da heterogeneidade no discurso é necessário comparar como ela é desenvolvida na Teoria da Enunciação e pensada na Análise do Discurso. No campo da Enunciação, Authier-Revuz (1990 e 1998) estabelece dois planos distintos para a noção de heterogeneidade: uma forma radical e impossível de ser representada ou localizada e outra passível de representação pelo sujeito locutor. A representação da alteridade é uma *denegação* do primeiro tipo de heterogeneidade, porque a localização da não-coincidência em um ponto em seu discurso possibilita ao enunciador ter a ilusão de que a heterogeneidade não está presente em todos os momentos do seu dizer.

Os teóricos da Análise do Discurso concordam com o posicionamento da autora em relação à constituição heterogênea do discurso e com a idéia de que a

apreensão da heterogeneidade pelo locutor é acidental. Porém, para a teoria de Michel Pêcheux, a heterogeneidade constitutiva pode ser apreendida pelo gesto analítico do analista do discurso. A apreensão da heterogeneidade não-mostrada só se torna possível a partir das noções de interdiscurso e formação discursiva e de discurso transversal. Embasados na Análise do Discurso, podemos visualizar na formulação a heterogeneidade que é constitutiva da formação discursiva que a afeta. A heterogeneidade está relacionada ao controle das fronteiras das formações discursivas, que é estabelecido pelo interdiscurso, conforme Courtine e Marandín (1981, p. 25). A heterogeneidade mostrada pode ser estudada no fio do discurso. Porém, diferentemente do que afirma a autora francesa, a heterogeneidade mostrada não-marcada é passível de estudo.

Maingueneau (2005) nos permite observar o intercâmbio de saberes entre as formações discursivas, a partir de três noções que são comportadas pelo interdiscurso: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo.

O universo discursivo é o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (idem, p. 35). É a extensão máxima que, apesar de não poder ser quantificada, o conjunto de todas as formações discursivas assume. O campo discursivo é um conjunto de formações discursivas que estão em concorrência. Em uma região determinada do universo discursivo, há discursos que possuem “a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida” (idem, p. 36). Essas formações discursivas se relacionam entre si, podendo estar, assim, em posição de confronto, aliança, neutralidade, hierarquia, etc. O espaço discursivo é um subconjunto de formações discursivas, dentro de um campo discursivo, que o pesquisador delimita com finalidade analítica. É no espaço discursivo que podemos descrever a constituição heterogênea de um discurso.

Para estudarmos a constituição de um discurso (discurso segundo) por outros (discursos primeiros), é necessário compreender que, em um espaço discursivo, os discursos estão relacionados uns com outros. As relações entre esses discursos podem acontecer das seguintes formas: pela constituição de uma formação discursiva por outra(s), ou pela resistência que o discurso primeiro estabelece em relação ao discurso segundo, porque esse, ao se construir, ameaça os fundamentos do discurso primeiro.

Para Authier-Revuz (1990 e 1998), a apreensão da constituição heterogênea de um discurso dá-se no fio do discurso pelo estudo dos índices que os discursos

primeiros deixam na superfície do discurso, pelos fragmentos localizáveis e pelas citações tomadas como unidade. Maingueneau (2005) propõe estudarmos a heterogeneidade pela compreensão da relação entre os discursos. Tal relação é constante e acontece no nível das formações discursivas. A influência constante que um discurso recebe dos demais dentro dessa rede de relações é denominada, por Maingueneau (2005), “Outro”. O Outro “encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma” (idem, p. 39).

Indursky (1997a) nos mostra que é possível estudar o funcionamento da heterogeneidade apesar da ausência de marcas. Podemos observar essa ausência no funcionamento da incisa: a apropriação do discurso-outro no fio do discurso de um sujeito é feita sem que haja nenhum elemento sintática que marque a alteridade. Dentro da perspectiva teórica da Análise do Discurso, percebe-se que os limites entre a heterogeneidade constitutiva mostrada não-marcada e a heterogeneidade constitutiva não-mostrada ficam borrados, ou seja, que essas fronteiras são bastante fluidas. O analista de discurso, face à ausência de uma marca sintática de delimitação clara do discurso do outro, precisa mobilizar conceitos como interdiscurso e memória discursiva.

O discurso transversal é uma das noções que nos possibilita estudar a questão da heterogeneidade mostrada não-marcada, pois, a partir dessa, podemos pensar no efeito de “presença transversal” (Indursky, 1997a, p. 220) que o discurso outro deixa no discurso um. Esse efeito é a presença da alteridade que se estabelece por um atravessamento em um discurso que lhe é oposto, contraditório, etc., apesar de qualquer marca de delimitação desse discurso-outro estar ausente. Já que não há nenhuma marca que delimite a alteridade, é necessário mobilizarmos o interdiscurso a fim de intermediarmos o reconhecimento do já-dito no intradiscurso.

2.1.2 A NOÇÃO DE DISCURSO NA PSICANÁLISE

Em “O avesso da psicanálise” (1969), Lacan formula quatro noções distintas de discurso: o do mestre, o analítico, o da histérica e o universitário. Os discursos são “um tratamento civilizatório que delinea e regula as relações dos homens entre si que são feitas de libido e tecidos de linguagem” (Quinet, 2006, p. 52). A noção de discurso na psicanálise difere daquela formulada na Análise do Discurso. Os quatro discursos de Lacan são posições que estabelecem laços sociais entre os *parlêtres* [falasseres], sujeitos divididos em inconsciente e consciente:

“os discursos são discursos sem palavras, o que significa que as palavras emitidas pelo sujeito são determinadas em seu alcance, sua significação, sua recepção e seu endereçamento por uma posição enunciativa regrada pelas relações entre os termos e os lugares” (Porge, 2006, p. 331).

Lugares são matriciais distribuídos pela linguagem para que a fala produza ação humana. São formulados, primeiramente, como *agente*, estabelecendo a ação; em seguida, como *outro*, sobre quem incide a ação; após, o *produto*, resultado do dito do primeiro e do trabalho do segundo; por fim, a *verdade*, lugar necessário para tudo o que se ordena da fala.

<u>agente</u>	<u>outro</u>
verdade	produção

Os lugares foram redefinidos em 1972. O *semblant* substitui o agente, o gozo substitui o outro e o mais de gozar substitui a produção.

<u>semblant</u>	<u>gozo</u>
verdade	mais de gozar

Os termos são representados por S1 (o significante-mestre), S2 (o significante binário, como outro significante para o qual o sujeito está representado), \$, sujeito

barrado, e objeto a, objeto do desejo. São elementos constitutivos de toda a cadeia falada.

Quinet (2006) nos apresenta um exemplo que, apesar de ser simples e caricatural (como o autor mesmo diz), ilustra muito bem o que são os quatro discursos:

“Quando um médico manda e o paciente obedece (até na prescrição de um remédio), estamos no discurso do mestre; quando o médico ensina ou convence o paciente do que a psiquiatria tem a dizer sobre seu caso, ele se encontra no discurso da universidade; quando o médico cala e ocupa o lugar de objeto causa de desejo em transferência, faz o paciente segredar aquilo que ele mesmo nem sabia que sabia, vemos a emergência do discurso do analista. E, quando o médico se vê impulsionado a se deter, a estudar e a escrever para produzir um saber provocado pelo caso do paciente, estamos no discurso histérico.” (2006, p. 19).

O discurso do mestre coloca o S1 na posição de agente. Representa o mandamento, o imperativo. O discurso do mestre é transformado em discurso do capitalista por Lacan.

Esquema a seguir extraído de Kaufmann (1996, p. 132):

$$\begin{array}{ccc} \underline{S1} & \longrightarrow & \underline{S2} \\ \S & & a \end{array}$$

O discurso da histérica “coloca a sua divisão de sujeito \S – seus sintomas – em posição de agente, e dirige-se ao outro, lugar do significante-mestre, S1, o pai idealizado onipotente, do qual ela espera a produção de um saber, S2, sobre o que causa seu desejo” (Porge, 2006, 334). É necessário ressaltar que não se trata da histeria como neurose, mas de “uma forma de relacionamento humano em que um provoca no outro o desejo e a criação de um saber (tal como as histéricas fizeram com Freud)” (Quinet, 2006, p. 19).

O esquema, a seguir, foi extraído de Kaufmann (1996, 132):

$$\begin{array}{cc} \underline{S} & \underline{S1} \\ a & S2 \end{array}$$

No discurso universitário “o saber está na posição de agente enquanto todo saber, saber absoluto, saber mestre que se dirige ao outro, o estudante, *l’a-studé* [o estudado]. (Porge, 2006, 334).

O esquema seguinte foi extraído de Kaufmann (1996, p. 132):

<u>S2</u>	<u>a</u>
S1	\$

O discurso analítico é um laço social que ocorre a dois, analisante-analisado. “O analista é a, em posição de agente e de *semblant*. É causa do desejo do analisante – S no lugar do outro ou do gozo – e o objeto do fantasma do qual o analisante se desprende no final da análise.” (Porge, 2006, p. 335).

O próximo esquema foi extraído de Kaufmann (1996, p. 132):

<u>a</u>	<u>\$</u>
S2	S1

Os quatro discursos são sustentados pelo Nome-do-Pai, que é forcluído na psicose. Dessa forma, o psicótico está fora do discurso:

Ele também ataca o laço social não só não entrando nele mas criticando-o, apontando suas impossibilidades, e denunciando o semblante social. Ele aponta igualmente a inconsistência do Outro: o Outro como garantia da lei e do amor. Outras armas que ele utiliza para rasgar os semblantes e acabar com o Outro no social são a ironia, o cinismo e a descrença (Quinet, 2006, p. 53)

Porém, como nos ensina Quinet (2006), não é impossível que o psicótico entre em um ou outro discurso e nele permaneça de forma mais ou menos estável. Como nossas análises irão demonstrar, verificamos empiricamente essa possibilidade pela presença de autoria em diversos graus nos textos dos pacientes.

Trouxemos a noção de discurso da psicanálise para mostrar sua diferença em relação à concepção dessa noção na Análise do Discurso. A psicanálise afirma que o psicótico está excluído do discurso como ela o concebe, enquanto, na Análise do Discurso, ele pode ser incluído, com veremos mais adiante através de nossas análises em torno da noção de autoria. É necessário ressaltar que em nossos estudos utilizaremos apenas a noção de discurso formulada na Análise do Discurso.

A noção que estudaremos a seguir, sujeito, é de grande importância para os estudos da Análise do Discurso e também para o presente trabalho.

2.2 SUJEITO

A noção de sujeito, na Análise do Discurso, está vinculada ao funcionamento discursivo. O nosso estudo em relação ao sujeito se restringe a compreender qual é o papel do sujeito nos processos discursivos. Se o discurso é um efeito de sentido entre sujeitos, então o funcionamento do discurso pressupõe a questão da subjetividade. Porém, não se trata de uma subjetividade em que os sentidos se originam, mas sim de um sujeito que, além de fazer parte dos processos discursivos, também é afetado por eles. Para se pensar em uma formulação de sujeito que constitua e seja constituído pelos processos discursivos é necessário mobilizar tanto o materialismo histórico quanto a Psicanálise.

A noção de sujeito é pensada através do conceito althusseriano de interpelação, que é “a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção” (idem, p.165). Para Althusser (1996), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e esse assujeitamento o conduz a exercer seu lugar social, sob a ilusão de estar exercendo esse lugar por vontade própria. Em Pêcheux e Fuchs (1975), inicia-se a formulação de uma teoria não-subjetiva da constituição da subjetividade. Para isso, a Análise do Discurso vincula a sua noção de sujeito à da Psicanálise.

Para explicar a questão do assujeitamento do indivíduo à ideologia, Pêcheux e Fuchs (1975) propõem dois conceitos: o esquecimento n° 1 e o esquecimento n° 2, que serão forjados com auxílio de conceitos psicanalíticos. Esses esquecimentos são pensados em analogia à primeira tópica freudiana: o primeiro sendo de natureza inconsciente, e o segundo tendo um funcionamento pré-consciente, consciente. O esquecimento n.1 é o que permite termos a ilusão de ser a fonte do que dizemos, e, desse modo, não percebemos que retomamos sentidos já-ditos. Ele permite que a interpelação aconteça sem o conhecimento do sujeito. O sujeito esquece que é sempre já interpelado por uma ideologia. Essa ilusão permite o efeito-sujeito.

O esquecimento n° 2 é o que permite ao sujeito reforçar, por argumentação, a sua posição ideológica. Ou seja, o sujeito tem a ilusão de que os seus dizeres são

livres, mas ele só fala aquilo que lhe é permitido pela formação discursiva em que está inscrito. Como nos ensina Orlandi (2001, p. 35), esse esquecimento acarreta a ilusão referencial, pois permite nos fazer acreditar que há uma relação direta entre linguagem e mundo das coisas. A partir dessa explicação, podemos perceber que o esquecimento nº 1 está diretamente relacionado à noção de assujeitamento, enquanto o esquecimento nº 2 é o resultado dessa noção.

É em Althusser que Pêcheux (1975, p. 133) fundamenta a teoria não-subjetiva da subjetividade, na medida em que é a partir da noção althusseriana de interpelação que é possível articular inconsciente e ideologia: “a relação entre inconsciente (no sentido de Freud) e ideologia [...] ‘começa’, assim, a ser esclarecida, como vamos ver, pela tese fundamental segundo a qual a ‘ideologia interpela os indivíduos em sujeito’ (Pêcheux, 1975, p. 133).

Em “Aparelhos Ideológicos de Estado”, Althusser (1970), é encontrada a base teórica da constituição ideológica do sujeito. Esse estudo parte de duas teses iniciais: 1. “só há prática através de e sob uma ideologia” e 2. “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”, que desembocam na tese central: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Essas teses explicam a necessidade da categoria de sujeito para que haja a destinação ideológica⁴.

A ideologia em geral exerce duas funções: a de reconhecimento, que permite ao sujeito a adesão a ideologias específicas, e a de desconhecimento, que é a função inversa, ou seja, que permite a rejeição das outras ideologias. A noção de sujeito carrega uma ambigüidade produtiva: ao mesmo tempo em que remete a uma subjetividade livre, também designa um ser subjugado. Althusser (1996) percebe que os mecanismos da ideologia carregam essa mesma ambigüidade:

o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite (livremente) sua sujeição, ou seja, para que “execute sozinho” os gestos e atos de sua sujeição. Não há sujeito senão por e para sua sujeição. (idem, p. 138).

⁴ Ideologia entendida aqui como Ideologia em geral, e não particulares (Formações Ideológicas).

A noção de sujeito da AD herda da Psicanálise a noção de inconsciente, que se estabelece nos textos fundadores da AD, a partir de uma articulação dessa com a noção de ideologia. Pêcheux (1975) percebe coincidências entre a noção de ideologia em geral e a noção de inconsciente. Ambas as noções são estruturas constitutivas do sujeito e permitem pensar a relação alteridade-sujeito. Retomando Lacan – “o inconsciente como discurso do Outro” – e Althusser – “a ideologia interpela os indivíduos como sujeito” –, Pêcheux (1975) procura dissolver “o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito” (idem, p. 172). Isto é, a alteridade não é um elemento da subjetividade, ela constitui o sujeito. Para ilustrar essa questão, Pêcheux (1975) nos traz a imagem da fita de Moebius, “cuja frente continua em seu verso” (idem, p. 184, nota 43), nos mostrando, assim, que é impossível separar o exterior da interioridade do sujeito.

Por último, tanto a ideologia quanto o inconsciente “dissimulam sua própria existência no interior do seu funcionamento” (idem, p 153). O apagamento do funcionamento da ideologia e do inconsciente resulta na “evidência do sujeito”, ou seja, na medida em que é invisível a atuação desses dois funcionamentos, produz-se a ilusão de unicidade e homogeneidade no sujeito. Althusser (1996) relaciona a evidência do sujeito à do sentido (idem, p.132), o que nos mostra que ambos os apagamentos são constitutivos tanto do sujeito quanto do sentido. Porém, o autor enfatiza que, apesar de a ideologia e de o inconsciente estarem materialmente ligados, não podem ser confundidos, isto é, não se trata de uma mesma estrutura, mas de estruturas com um funcionamento similar (idem, p. 133 – 134).

A teoria não-subjetiva da subjetividade é o alicerce para a construção da teoria materialista do discurso, pois, caso contrário, a teoria discursiva estaria sujeita a vincular-se a uma noção de sujeito centrado da teoria da Enunciação - senhor e origem do sentido.

Pêcheux (1975) percebe o funcionamento do sujeito no discurso a partir da relação do sujeito com as formações discursivas, que são os mecanismos de mediação entre as palavras e as formações ideológicas. A interpelação de um sujeito por uma formação discursiva dá-se pela identificação a sua forma-sujeito, que é o elemento unificador dos sentidos de uma formação discursiva.

Nessa obra, o autor propõe pensarmos o funcionamento do sujeito no discurso a partir de diferentes modalidades discursivas de tomada de posição do sujeito da formulação em relação à forma-sujeito. A tomada de posição não é um ato originário do sujeito falante, mas um efeito da determinação do interdiscurso como discurso transversal (idem, p. 171 – 172). O sujeito da formulação pode desdobrar-se nas seguintes modalidades discursivas: identificação, contra-identificação e desidentificação.

Na primeira modalidade, há uma superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. A consequência discursiva dessa modalidade é a adesão plena do sujeito falante ao discurso que é representado pela forma-sujeito a que esse é assujeitado. Na segunda modalidade, há a contra-identificação à forma-sujeito interpeladora do sujeito da formulação, o que resulta em um discurso de questionamento, contestação, etc. Por último, na terceira modalidade, há uma desidentificação com a forma-sujeito que é imposta, e disso resulta uma identificação com outra forma-sujeito de outra formação discursiva.

A partir da reflexão sobre a noção de sujeito formulada por Foucault (1969a) em “Arqueologia do Saber”, Courtine (1981) reformula essa noção na Análise do Discurso. O sujeito, em Foucault (1969), não é uma categoria empírica, não pode ser reduzida à primeira pessoa, nem está dentro de um sintagma lingüístico (idem, p. 104). Trata-se de um sujeito discursivo, ou, como o autor denomina, sujeito do enunciado. É uma função vazia, na medida em que pode ser preenchida por diferentes indivíduos e “em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (idem, p. 105) É uma função determinada discursivamente pelo papel assumido, pelos lugares institucionais e pelas posições do sujeito, que “se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (idem, p. 58).

Tendo em conta essa reflexão, Courtine (1981) forja a noção de posição-sujeito, que consiste nas diferentes relações que se estabelecem numa formulação entre o sujeito da formulação e a forma-sujeito, o que resulta em diversas posições-sujeito dentro de uma formação discursiva. A influência de Foucault (1969) nessa noção está principalmente na concepção de sujeito como um lugar vazio que pode ser

preenchido por diferentes locutores. Porém, Foucault (1969) não trabalha com a questão da identificação que permite que os locutores assumam uma determinada posição. Essa identificação entre o sujeito falante e a posição-sujeito é estudada por Courtine (1981) pelo viés da noção de assujeitamento. Sendo assim, apesar de ter-se apropriado da noção de sujeito foucaultiano, ao assumir a questão da ideologia, Courtine (1981) se afasta do trabalho desse autor.

Indursky (2008a) nos ensina que a passagem do desdobramento na tomada de posição, em Pêcheux (1975), para a posição-sujeito, em Courtine (1981), produz uma fragmentação da forma-sujeito. Isso nos permite pensar a forma-sujeito não como homogênea, mas como “l’ensemble des différentes positions de sujet dans une FD” (Courtine, 1981, p. 51).

É essa constituição heterogênea da forma-sujeito que possibilita que o sujeito seja pensado como um possível vetor de transformação das redes de significação e que haja uma quebra na repetibilidade e na reprodutibilidade da ideologia, além do acontecimento discursivo - que é um evento que ocorre na esfera social. São essas fendas nos processos discursivos que permitem o aparecimento de uma resistência ao já-dito, ao socialmente estabilizado. Porém, é necessário enfatizar que essas brechas não fazem com que haja a destruição do aparelho discursivo. Aquilo que inicialmente surge como ato de resistência ao sentido se transforma também em sentidos estabilizados, ou seja, é incluído no interdiscurso como já-dito. A resistência aos sentidos produz um processo de “desestruturação-reestruturação” (Pêcheux, 1983, p. 56) no discurso.

A seguir, damos continuidade ao nosso estudo a respeito da noção de sujeito, porém, na teoria psicanalítica.

2.2.1 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE A NOÇÃO DE SUJEITO NA ANÁLISE DO DISCURSO E NA PSICANÁLISE

A noção de sujeito da Psicanálise influencia a constituição dessa noção na Análise do Discurso, porém não se trata do mesmo sujeito. Para refletir sobre essa noção iremos analisar como ela foi refletida em Freud e Lacan e posteriormente comparar com aquela desenvolvida por Pêcheux.

O sujeito freudiano é o sujeito do inconsciente. Esse sujeito se mostra, de forma efêmera, nos lapsos da língua, nos atos falhos ressaltando alguma intenção. Fink (1998) ensina que

Freud, em determinada época, apresenta o inconsciente como uma instância completa (*Instanz*), uma instância aparentemente dotada de suas próprias intenções e vontades – um tipo de segunda consciência constituída, de alguma forma, de acordo com o modelo da primeira (idem, p. 63).

A primeira tópica é formulada inicialmente em Carta a Fliess (6 de dezembro de 1896). Porém, ela é mais bem desenvolvida em sua obra “Interpretação dos Sonhos”. Segundo essa formulação freudiana o aparelho psíquico é constituído de consciente, pré-consciente e inconsciente. Em “Além do princípio do prazer”, Freud afirma que

grande parte do ego é ela própria, inconsciente, e notadamente aquilo que podemos descrever como seu núcleo, apenas pequena parte dele se acha abrangida pelo termo ‘pré-consciente’” (1920, p. 33). O pré-consciente é um sistema situado na extremidade motora, “os processos excitatórios nele ocorridos podem penetrar na consciência sem maiores empecilhos, desde que certas condições sejam satisfeitas: por exemplo, que eles atinjam certo grau de intensidade [...] Descrevemos o sistema que está por trás dele como “o inconsciente”, pois este não tem acesso à consciência senão através do pré-consciente” (Freud, 1900, p. 571).

Na segunda tópica, Freud faz uma nova distinção: ego, id e superego. Essa nova tríade tornou-se necessária pela insuficiência prática da anterior, porém de modo algum ela vem para substituir a anterior. A passagem da primeira para a segunda ocorre por um deslocamento temático: do recalcado para o recalco. A segunda tópica enfatiza a questão da exterioridade na noção de sujeito freudiano:

Se entendermos que o inconsciente é produto do recalque e que não há recalque sem uma relação a algo que seja exterior ao psiquismo, temos de concordar que a libido sempre foi pensada por Freud ‘em situação de cultura’[...] a segunda tópica opera um deslocamento da atenção em direção à cultura, mas não que a psicanálise tenha descoberto a exterioridade (Garcia-Roza, 2004, p. 206).

A noção de ego é diferente da de consciência. O consciente, o inconsciente e o pré-consciente estão ligados ao ego. O id é inacessível ao psiquismo, porém uma parte do ego está fundida com o id. Na questão da funcionalidade dos dois, eles são bem distintos. O superego é o representante do mundo interno, e possui uma tríplice função: auto-observação, consciência moral e ideal do ego.

A noção de primeira tópica freudiana é cara para a Análise do Discurso, pois permite que Pêcheux formule as noções de esquecimento 1 e 2, que tratam da questão do assujeitamento à ideologia. Porém, para construir sua noção de sujeito, o analista de discurso se aventura em direção ao sujeito lacaniano.

Apesar de, como Freud, Lacan apresentar o inconsciente como aquele que irrompe o fluxo normal dos acontecimentos, Lacan “nunca faz do inconsciente uma instância, este permanece num discurso divorciado do consciente e do envolvimento subjetivo [...] mesmo quando ele irrompe o discurso do eu que está baseado em um falso sentido de *self*”. (Fink, 1998, p. 63) A noção de inconsciente lacaniana é formulada como “o discurso do Outro”.

O sujeito que vemos nesse autor é o sujeito dividido, essa divisão é produto do funcionamento da linguagem em nós quando começamos a falar. O sujeito lacaniano

é tão evanescente ou de vida efêmera quanto aquelas interrupções conhecidas como lapsos de língua e atos falhos, esse sujeito especificamente não é tanto uma interrupção mas o ato de assumir isso[...] uma aceitação de responsabilidade por aquilo que irrompe, assumir a responsabilidade (idem, p. 69).

O advento do sujeito surge primeiramente pela alienação, que comporta uma lógica, a da escolha forçada. A alienação tem duas partes envolvidas - a criança e o Outro. “Ao assujeitar-se ao Outro, a criança ganha algo: ela torna-se, em certo sentido, um dos sujeitos da linguagem, um sujeito ‘da linguagem’ ou ‘na linguagem’” (idem, p. 71). É a palavra que molda o sujeito, lhe dá existência, antes da alienação não existe sujeito.

A outra operação de Lacan na assunção da subjetividade é a separação, “que envolve o confronto do sujeito alienado com o Outro, dessa vez não como linguagem, mas como desejo” (idem, p. 72). A separação é a tentativa do sujeito alienado de lidar com o desejo do Outro.

Apesar de Pêcheux formular o assujeitamento à ideologia em analogia à primeira tópica, é o sujeito dividido de Lacan que melhor se adapta a noção de sujeito na Análise do Discurso. A noção de inconsciente, o discurso do Outro conforme Lacan, é apropriada por Pêcheux, principalmente pelo caráter de exterioridade que essa noção possui, o que faz com que se assemelhe ao conceito de ideologia. A questão ética em Lacan, que é a tomada de responsabilidade como sujeito apesar de ser constitutivo por uma exterioridade que é o inconsciente, é muito produtiva para pensar a respeito da ideologia. Ser assujeitado ideologicamente também significa ser constituído por uma exterioridade, porém que também não exime o sujeito da responsabilidade dos atos que assume.

Estudaremos, a seguir, a noção de escrita na Análise do Discurso.

2.3 ESCRITA

Nessa seção, analisaremos inicialmente como é compreendida a materialidade textual na Análise do Discurso e logo após refletiremos sobre o modo como se dá a produção dessa materialidade.

O texto, na Análise do Discurso, é uma materialidade lingüístico-discursiva e, como tal, deve ser pensada como uma unidade de análise. É necessário afirmar desde já que nessa teoria não se concebe o autor como origem dos sentidos de seu texto. Eles provêm da exterioridade. Por esse motivo, o texto reflete as relações interdiscursivas, as relações ideológicas, a heterogeneidade, as relações intertextuais, as condições de produção, a dispersão e as relações de sentido entre efeito-autor e efeito-leitor.

Os dizeres do texto evocam já-ditos provenientes do interdiscurso, caso contrário não se produziriam efeitos de sentido. Porém, essa evocação não ocorre, na maioria das vezes, de forma clara, sendo essa não transparência da origem desses dizeres necessária para que se produza um efeito-texto, ou seja, para que haja efeitos de unidade, origem, autoria no escrito.

Por evocar já-ditos, o texto assume posicionamentos ideológicos, pois todo dizer está vinculado a formações discursivas que são determinadas por formações ideológicas. Por não serem neutros, os dizeres desenham um mapeamento ideológico no texto, que se constrói pelos entrelaçamentos de diferentes posições sujeito inscritos em diferentes formações discursivas. Dessa forma, podemos perceber que, apesar de ser necessária a produção de um efeito de homogeneidade para que um escrito assuma estatuto de texto, esse sempre será, em sua constituição, heterogêneo. Podemos compreender melhor a questão da heterogeneidade a partir da seguinte citação: um texto “consiste em uma heterogeneidade estruturada pelo trabalho discursivo do sujeito-autor, a partir de sua posição-sujeito, decorrendo daí a tessitura e o efeito de unidade de sentido desse texto” (Indursky, 2001, p. 31).

As relações intertextuais são as reformulações de outros textos como as reescrituras e as paródias, mas também as relações de dependência entre os textos já

existentes e os que podem vir a ser escritos, ou seja, as relações de paráfrase entre textos, pois “um texto tem relação com outros textos nos quais ele nasce (sua matéria-prima) e/ou outros para os quais ele aponta (seu futuro discursivo)” (Orlandi, 2003, 194).

As condições de produção de um texto remetem à exterioridade constitutiva de seu processo significativo. Para compreendê-las, é necessário delimitar uma exterioridade específica que determina ou afeta uma materialidade lingüística. Traremos algumas propostas de delimitação dessa exterioridade.

Pêcheux (1969) formula a noção de condição de produção como “formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (idem, p. 82). Os elementos A e B não são pessoas no sentido biológico, mas “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (idem, p. 82). O contexto situacional também é uma projeção realizada pelas formações imaginárias. Essas formações não são fruto do acaso, elas são regidas por “regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)” (idem, p. 82). As projeções são resultados de processos discursivos anteriores, ou seja, “a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’ através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas” (p. 85 – 86).

Courtine (1981) retoma a formulação de Pêcheux (1969) enquanto formação imaginária, propondo uma definição de condições de produção pensada em articulação com a Formação Discursiva:

Choisir une séquence discursive de référence revient ainsi à déterminer la pertinence historique de telle conjuncture, à situer la production de cette séquence dans la circulation de formulations portées par des séquences discursives qui s’opposent, se répondent, se citent ..., à décrire enfin le cadre institutionnel et les circonstances énonciatives de cette production (Courtine, 1981, p. 54)

O autor pretende que sua nova proposta de condição de produção permita operar a constituição do *corpus* de análise (idem, p. 37) o que facultará avançar em

relação à concepção de condição de produção como simples circunstância nas quais interagem os sujeitos do discurso (idem, p. 23).

Orlandi (2001), por sua vez, propõe compreender as condições de produção como o contexto imediato e o contexto sócio-histórico, ideológico (idem, p. 30). Ou seja, a autora propõe, ao se pesquisar a exterioridade constitutiva da materialidade lingüística estudada, tanto examinar o contexto observável de produção dessa materialidade, quanto acionar uma memória discursiva que reconstrua essa produção.

Na nossa pesquisa, não nos deteremos em nenhuma dessas formulações de condição de produção em detrimento de outra. Pretendemos, no próximo capítulo, mobilizar, na medida do possível, todas essas concepções para compreender a exterioridade constitutiva do nosso arquivo. Acreditamos que todas essas formulações são possíveis formas de se capturar a exterioridade constitutiva da linguagem.

O funcionamento interno do texto, que produz efeito de homogeneidade e unidade ao texto, só é possível na medida em que o texto está em relação à exterioridade: “O efeito de textualidade é uma qualidade discursiva que deriva da inserção e textualização de recortes discursivos provenientes de outros textos, de outros discursos, enfim, do interdiscurso” (Indursky, 2001, p. 31). Podemos perceber essa relação intrínseca entre interior e exterior em um texto a partir de noções como referência interna - que produz efeito de coesão -, e efeitos de coerência e consistência (Courtine, 1983).

O estabelecimento de referências só ocorre na medida em que já-ditos possam estabelecer previamente essas ligações. A Análise do Discurso compreende que o vínculo tanto entre as relações de sentido quanto entre o elemento referido e o referente ocorre sob o domínio da ideologia, ou seja, as ligações não são pensadas de forma generalizante, como os sinônimos dicionarizados, mas respeitando particularidades ideológicas, projetadas por diferentes formações discursivas.

Efeito de consistência é uma noção formulada por Courtine (1983) que nos mostra a relação do interdiscurso com o formulável:

o interdiscurso como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável e o interdiscurso como oco, vazio,

deslocamento, cuja intervenção ocasiona um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia de reformulável (idem, p. 22).

Efeito-início e efeito-fecho são também funcionamentos internos do texto. Formulado por Gallo (1994), o efeito-fecho é um processo de textualização que desemboca numa contenção dos sentidos. Apesar de ser um processo que se constitui no nível da materialidade escrita, esse efeito está vinculado às formações discursivas que estão desempenhando o papel de estabilização, mesmo que parcial ou efêmero, dos sentidos de cada texto: “prática de ‘fechamento’ [...] consiste em última instância em ‘conter’, na medida do possível, as ambigüidades provocadas pela dispersão constitutiva (sem nunca conseguir totalmente)” (idem, p. 187).

Já o efeito-início, formulado por Lisbôa (2008), é um processo de textualização que tem como última finalidade produzir no texto o efeito de unidade de sentidos, apagando assim os vestígios da incompletude inerente à linguagem e à dispersão constitutiva do discurso. Sendo a materialidade textual constituída de fragmentos do interdiscurso, para que se produza o efeito-texto é necessário que sejam apagadas as marcas do recorte desses fragmentos e se produza um efeito de origem, de início do dizer: “Determinante na direção do sentido que [...] [o] texto irá tomar, o efeito-início é o estabelecimento do recorte que este texto realiza no contínuo discursivo, logo, das mobilizações que serão feitas a partir do interdiscurso” (idem, p. 152).

Indursky (2009) formula a noção de escritura para dar conta do processo que se desenvolve na produção textual. Para isso, a autora aproximou a escritura à tapeçaria:

Para tecer um tapete, cada fio se enlaça a outro fio. E, para tecer um texto, cada fio discursivo se trama a outro fio discursivo. Cada fio, no momento em que se entrelaça com um outro, produz uma espécie de laçada, de nó. Do conjunto de fios entretrecidos uns aos outros resulta uma rede de nós, um tapete. Da mesma forma, do conjunto de fios discursivos trançados uns aos outros decorre um texto, uma tessitura (Idem, p.127)

É preciso enfatizar que o produtor do texto, ou como a imagem nos sugere, o tecelão de fios discursivos, não é nem um sujeito biológico, nem pragmático, e sim o

sujeito do discurso, ou seja, chega-se, assim à noção de sujeito pensada em relação a funcionamento discursivo. E, para que haja a produção dessa materialidade, esse sujeito deve assumir a função-autor⁵, que é uma função enunciativa específica do sujeito para prover estrutura ao texto.

A partir da noção de escrita, daremos continuidade ao nosso trabalho pesquisando as semelhanças e as diferenças entre essa e aquela formulada na psicanálise.

2.3.1 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE A NOÇÃO DE ESCRITA NA ANÁLISE DO DISCURSO E NA PSICANÁLISE

Na presente seção, iremos observar como está formulada a noção de escrita na Psicanálise. Para tanto, estudaremos essa noção em Freud e Lacan e refletiremos a respeito de suas semelhanças e diferenças em ambas os autores. Em Freud, a teoria psicanalítica da escrita está implícita; já Lacan possui uma formulação a respeito dessa noção.

Lemos, em “Interpretação dos Sonhos”, de Freud, várias referências que relacionam o sonho a uma escrita. Mas a que tipo de escrita Freud estava se referindo? Para o autor, a interpretação dos sonhos seria análoga à decifração de uma escrita ideográfica como a egípcia. A seguir transcreveremos um trecho da “Interpretação dos Sonhos” que demonstra a relação escrita e decifração:

O conteúdo do sonho é como uma transcrição dos pensamentos oníricos e em outro modo de expressão cujos caracteres e leis sintáticas é nossa tarefa descobrir, comparando o original e a tradução [...]. O conteúdo do sonho é expresso por assim dizer, numa escrita pictográfica cujos caracteres têm de ser individualmente transpostos para a linguagem dos pensamentos do sonho. Se tentássemos ler esses caracteres segundo seu valor pictórico, e não de acordo com sua relação simbólica, seríamos claramente introduzidos ao erro. (Freud, 1900, p. 303-4)

⁵ A questão da autoria será estudada na seção seguinte.

Podemos observar que Freud está pensando em uma noção de escrita diferente daquela formulada na Análise do Discurso. A escrita em Freud requer ser decifrada para ser compreendida. As chaves para sua decifração são a condensação e o deslocamento.

Outra diferença na noção de escrita entre essas duas teorias é que, para a Psicanálise, o conteúdo da escrita do sonho é único. Depois de decifrado, o sentido atingido é o único produzido no sonho, não há lugar para ambigüidades nem para uma pluralidade de sentidos. Ou seja, há apenas uma leitura correta.

De nada se assemelham a noção de escrita em Freud e na Análise do Discurso. Enquanto Freud tem como objetivo atingir o verdadeiro sentido da escrita do sonho, essa mesma noção na Análise do Discurso reflete a diversidade dos sentidos que pode produzir uma escrita. Enquanto que para decifrar o sentido na escrita do sonho é necessário recorrer às noções de deslocamento e condensação, na Análise do Discurso o sentido só pode ser atingido se lançarmos mão do materialismo histórico.

Recorremos a Allouch (1995) para explicar a noção de escrita em Lacan. Para Lacan, a escrita nasce em dois momentos. Em um primeiro momento, “existe uma leitura anterior a escrita [...] um certo ‘ler’, precede o escrito” (Allouch, 1995, p. 141). Essa leitura é constituinte do escrito. A noção de escrito de Lacan exige que haja primeiramente “uma leitura que força um indecível” (idem, 142). Compreende-se indecível como a não familiaridade do signo em relação ao objeto que ele refere.

Dessa forma, para haver o escrito é necessário que “o leitor saiba antecipadamente o que há para ler (para poder ler) o escrito. Na conjectura de escrita para Lacan, o leitor já deve saber o que convém ler.” (idem, p. 142).

O segundo momento é a inversão dessa relação, “instaurada pela leitura do signo: a conjectura admite que ali onde um elemento linguajero veio ligar-se a um signo, nomeando-o com o nome do objeto, é agora este signo que é tomado como escrevendo este elemento da linguagem que o lia” (idem, p. 143). Se antes a leitura anterior permitia o escrito, agora é o escrito que produz a leitura. Allouch (1995) nos ensina que a conjectura de Lacan sobre a origem da escrita é o eixo de sua elaboração das relações do sujeito com o significante e com o objeto.

A noção de escrita em Lacan é mais simpática à Análise do Discurso na medida em que, apesar de não serem idênticas, a psicanálise reflete a respeito de uma disjunção do escrito e o lido. Na teoria a que nós nos filiamos, também há uma disjunção, só que ela ocorre entre a materialidade escrita e o sentido. Enquanto a materialidade escrita pertence à língua, ou seja, é submetida às leis sintáticas e formais de determinada língua, o sentido é submetido às correntes de sentidos que se estabelecem na história e na sociedade.

2.4 AUTORIA

Apesar de esse capítulo tratar do dispositivo teórico da Análise do Discurso, nessa seção examinaremos a noção de autoria também em áreas que possuem relação com aquela em que nos inscrevemos, pois acreditamos que esse procedimento é produtivo para a pesquisa que realizamos, como pretendemos deixar claro no decorrer dessa seção.

Recorremos a Foucault (1969b) porque o autor percorre três vias de análise da autoria: 1. em “O que é um autor?”, é trabalhada a questão da autoria e da transdiscursividade em textos de grandes autores, como Freud e Marx; 2. em “A vida dos homens infames”, a questão da autoria é pensada em textos, denominados “lettres de cachet”, de pessoas ordinárias com a finalidade de manifestar suas queixas ao Rei; 3. em “A escrita de si” o foco de estudo são escritos pessoais de personagens históricos greco-romanos que servem como adestramento de si por si mesmos.

Esses três textos, principalmente os dois últimos, são importantes para pensar a questão da autoria na psicose porque eles mostram facetas da questão da autoria muito próximas daquelas dos textos que estudaremos.

Em “O que é um autor?”, a noção de autoria é formulada como a “individualização na história das idéias, do conhecimento, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências” (1969b, p. 33). Para Foucault, um nome de autor

não é simplesmente um elemento de um discurso [...]; ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificatória; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos. (idem, p. 44-45).

Ou seja, os agrupamentos dos textos que ocorrem sob um nome de autor indicam que há uma filiação entre si, uma homogeneidade, uma explicação recíproca. Foucault (1969b) afasta a relação autor e pessoa no mundo:

o nome de autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lho (idem, p. 45 – 46).

Nem todos os textos possuem a função autor. Textos como cartas privadas, contrato, um texto anônimo têm um redator, mas não necessariamente a função autor. Função autor é o “modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade” (idem, p. 46). A função autor se caracteriza por 1. vincular o texto a um proprietário; 2. não exercer de forma universal e constante sobre todos os discursos; 3. não se formar espontaneamente como atribuição de um discurso a um indivíduo; e 4. poder ser exercida por vários “eus” no texto.

A forma autor é “a projeção [...] do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efectuamos” (idem, p. 51).

A transdiscursividade é a posição que autores que são os fundadores de discursividade assumem. Os fundadores são autores que estão na origem de textos transdiscursivos: “Freud não é simplesmente autor de ‘Traumdeutung’ ou do ‘Mot d’Esprit’, Marx não é simplesmente o autor do ‘Manifesto’ ou de ‘O Capital’: eles estabelecem uma possibilidade indefinida de discursos” (idem, p. 58). A fundação de uma discursividade não está só no ato de introdução de saberes, mas também na transformação: “Saussure tornou possível uma gramática gerativa que é muito diferente das suas análises estruturais” (idem, p. 61).

“O que é um autor?” é um texto muito próximo da Análise do Discurso, a própria noção de função autor foi apropriada para pensar questões de autoria nessa área. Para nosso trabalho, esse texto é importante porque nos faz refletir sobre a existência de graus de autoria, que vão desde a fundação de uma discursividade à retomada coerente de uma já existente.

“A vida dos homens infames” nos mostra o relato de queixas de pessoas do povo a respeito dos seus próximos, parentes, vizinhos, etc., que os denunciante acreditam serem passíveis de punição real. As “lettres de cachet” fazem surgir uma imensa possibilidade de discursos acerca de um saber do cotidiano (idem, p. 118).

Nessas cartas, ecoa às avessas o discurso da confissão. No cristianismo, há a tomada de poder sobre a vida cotidiana:

obrigação de fazer passar pelo fio da linguagem o minúsculo mundo de todos os dias, os pecadilhos, as faltas, mesmo que imperceptíveis, até aos turvos jogos do pensamento, das intenções e dos desejos; ritual de confiança no qual aquele que fala é ao mesmo tempo aquele de quem se fala. (idem, p. 110).

Apesar de as cartas pedirem não a absolvição, mas a condenação dos denunciados, o resultado na materialidade linguageira era semelhante: “discursificação do cotidiano, revista do universo íntimo das irregularidades e das desordens sem importância” (idem, p. 111). Esse discurso do cotidiano é dirigido ao rei:

Daí a forma singular deste discurso: exigia uma linguagem decorativa, imprecatória ou suplicante. Cada uma destas historietas de todos os dias deveria ser dita com a ênfase dos raros acontecimentos que são dignos de concitar a atenção dos monarcas; uma retórica grandiosa devia envolver estas questões de Lana-caprina (idem, p. 118-119).

Foucault (1969b) nomeia efeitos de desproporção, os dizeres mal-construídos dos denunciantes de muito baixa condição, que muitas vezes sozinhos ou acompanhados de um escriba compunham os textos para o soberano:

as fórmulas e os torneados que julgavam exigíveis sempre que se dirigissem ao rei ou aos grandes, e misturavam-nos com palavras desastradas e violentas, as rudezas de expressão com as quais sem dúvida pensavam conferir mais força e verdade às suas súplicas (idem, p. 119).

Esse efeito de desproporção não é apenas em relação à linguagem, mas também, e principalmente, ao poder que detêm os denunciantes, que escrevem os textos, e o monarca, destinatário dos escritos:

Fazem com que os maltrapilhos, os desgraçados ou os simples medíocres se dêem a ver num estranho teatro em que adquirem portes, ressonância de voz, grandiloquência, em que se ataviam com as roupagens de que necessitam se querem que se lhes prestem atenção no palco do poder. (idem, p. 121)

Além de um novo saber que surge, o do cotidiano, nasce uma nova relação com a linguagem: “Nasce uma arte da linguagem cuja tarefa já não é contar o improvável, mas pôr em evidência o que não é evidente – o que não pode ou não deve ser evidente: dizer os graus últimos, e os mais tênues, do real” (idem, p. 125).

Esse segundo texto de Foucault nos interessa principalmente pela possibilidade de se perceber semelhanças que se estabelecem entre as cartas da plebe dirigida ao rei e os textos dos pacientes dirigidos aos médicos, ou à sociedade que os exclui. Há em ambos os textos desproporção de poder, ou seja, há um desnivelamento de prestígio ideológico, que deve ser pensado como uma condição de produção dos próprios textos. E, dessa forma, há uma construção de um tipo de texto bem específico: o texto mal escrito, “errado” e falho. A problematização do tema do cotidiano que Foucault trabalha em seu texto também é importante para pensar o texto do psicótico, na medida em que é o tema mais constante dos textos dos pacientes.

Em “escritos de si”, Foucault (1969b) nos mostra dois tipos de escritas do século I e II que servem de “adestramento de si por si mesmo” (idem, p. 132): “hypomnemata” e correspondência.

Os “hypomnemata” eram cadernos pessoais que serviam para escrever citações, fragmentos de escritos ou relatos, reflexões, etc., que tinham a finalidade de meditação. Eram uma espécie de memória material. Foucault (1969b) compreende esses escritos como veículo de “subjetivação do discurso”, pois “trata-se, não de perseguir o indizível, não de revelar o que está oculto, mas, pelo contrário, de captar o já dito; reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si” (idem, p. 137). Apesar de ser pessoal, pois cada escrito tem seu bloco de notas, a constituição de si ocorre pelas retomadas dos já-ditos, ou seja, ocorre no nível social.

Foucault (1969b) nos mostra que algumas correspondências, contemporâneas aos “hypomnemata”, eram também um exercício de constituição de si mesmo. A carta

tem sentido duplo: “A carta enviada actua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como actua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que recebe” (idem, p. 145).

Apesar de ser semelhante, como nos diz Foucault (1969b), a carta não pode ser compreendida como um prolongamento dos “hypomnemata”. Além do adestramento de si pela escrita: “deve-se entender por tal que a carta é simultaneamente um olhar que volve para o destinatário [...] e uma maneira de que o remetente se oferece ao seu olhar pelo que de si mesmo lhe diz” (idem, p. 149-150). É necessário enfatizar que as cartas estudadas por Foucault (1969b) não são aquelas que possuem a narrativa dos escribas como sujeitos de ação ou de acontecimentos felizes ou infelizes. As cartas que interessam ao autor são aquelas em que “a narrativa de si é a narrativa da relação a si” (idem, p. 152).

Podemos perceber a semelhança entre os textos que são “a escrita de si” e os textos dos pacientes em sessão terapêutica na medida em que ambos buscam uma subjetivação no discurso, e ambos o fazem a partir da retomada do discurso social. Porém diferentemente do neurótico, essa retomada do discurso social por parte do psicótico funciona como uma tentativa de estabelecer novas relações com o circuito social, ou seja, estabelecer novos vínculos com a sociedade que lhe permitam sair do papel de excluído. É necessário que, na psicose, “a escrita de si” ocorra pela retomada de já ditos, na medida em que essa é uma forma que permite ao sujeito condições de se expressar ou de produzir um texto socialmente aceitável.

Foucault (1969a) separa a noção de sujeito do enunciado da de autor. A esse cabe o papel de instância produtora, como podemos ver no seguinte trecho: “a relação de produção que mantém com a formulação pode ser superposta à relação que une o sujeito enunciante e o que ele enuncia” (idem, p. 104). Para Foucault (1970, p. 26), o autor possui as seguintes características: princípio de agrupamento, unidade, origem de suas significações, foco de sua coerência. Porém, o autor não é o único princípio organizador de um discurso. Existem outros, como a disciplina e o comentário (idem, p. 30). Foucault (1970) percebe a *autoria* a partir de uma tripla divisão: 1. princípio de autoria, que é o que limita o acaso do discurso em relação à identidade, remetendo um discurso a uma individualidade, a um eu (idem, p. 29); 2. posição autor, que é o recorte em relação àquilo que poderia ser dito, em tudo o que se diz todos os dias, a

todo momento, ou seja, é o perfil ainda que instável de uma obra (idem, p. 29); 3. função autor, que é a prescrição que o indivíduo recebe de sua época, passível de modificação (idem, p. 29).

Podemos comparar a distinção estabelecida por Foucault entre o sujeito do enunciado e o autor com a que Orlandi (2001) estabelece entre sujeito e autor: “o sujeito [...] está para o discurso assim como o autor está para o texto” (idem, p. 73). O sujeito, para a Análise do Discurso, como vimos, resulta da interpelação ideológica. O autor é uma representação de unidade que se dá dentro de uma prática social, ou seja, é uma função específica do sujeito em relação ao produto de seu discurso, que deve ser constituído pela ilusão de coerência e completude.

A função autor de Foucault não diz respeito ao funcionamento interno do texto, mas às relações de coerência entre textos. Orlandi (2001, 1988) reformula o conceito foucaultiano de função-autor para dar conta de cada materialidade textual analisada e não apenas de um conjunto de textos. Para a autora, trata-se de uma função discursiva do sujeito, tal como as funções de locutor e enunciador, noções formuladas em Ducrot (1984). O locutor representa o eu no discurso, o enunciador as perspectivas que esse eu constrói e a função-autor é a função social que o eu assume como produtor do texto (Orlandi, 1988, p. 61).

Por esse motivo, o autor deve ser coerente, seguidor das normas estabelecidas, relevante, não-contraditório, responsável e uno (Orlandi, 2001, p. 75 – 76), sofrendo, assim, mais determinações exteriores (sócio-históricas) que qualquer função discursiva do sujeito. Conforme Orlandi (2004, p. 75), essa função é determinada, em relação à interpretação e às condições de produção: 1. não poder dizer coisas que já não tenham sentido e 2. não poder dizer coisas que não façam sentido para o interlocutor efetivo ou virtual. Ou seja, além das coerções sociais sobre a autoria, há também uma relação de constituição entre o autor e o interlocutor: “o autor é o sujeito que sabe que há um interlocutor” (Orlandi, 1992, p. 106). A determinação do autor pelo locutor é um elemento coercivo na medida em que não é possível ignorá-lo, deixar de responder a suas indagações, ou simplesmente excluí-lo da produção discursiva.

Dentre as funções do sujeito (locutor, enunciador e função-autor), é da função-autor que é exigida maior visibilidade (intenções, objetividade, direção

argumentativa). Essa visibilidade de um autor uno, coerente, sem contradições, origem de seu dizer e responsável por ele produz um efeito de apagamento do sujeito (Orlandi, 1988, p. 61) como sujeito dividido, descentrado, assujeitado.

A noção de autoria é importante para o nosso estudo na medida em que ela nos apresenta a distinção entre a constituição do sujeito (interpelado e dotado de inconsciente) e seu funcionamento discursivo (efeito de coerência, unidade, origem, responsabilidade e consistência). A partir dessa noção, podemos pensar numa separação entre o que é esperado de um discurso, o efeito autor, e do sujeito que produz esse dizer. É necessário pensar as condições de produção que estão vinculadas ao texto e que devem ser levadas em conta na hora de se pensar que tipo de efeito autor essas condições permitem produzir.

Estudaremos a seguir, o *real*, noção que será retomada nas análises, onde será estudada mais especificamente a relação do *real* com a psicose.

2.5 REAL

Nesse capítulo, percorreremos a Psicanálise lacaniana e a Análise do Discurso para explicar aquilo que chamamos de injunção do real na escrita do psicótico (noção essa formulada na Psicanálise e apropriada pelos estudos discursivos).

O *real*, na Psicanálise lacaniana, é um dos registros que constituem o aparelho psíquico, tal como o *imaginário* e o *simbólico*. Para Lacan, a realidade psíquica está no real. A realidade psíquica compreende o desejo inconsciente e as fantasias que estão ligadas a esse desejo e um resto, ou seja, uma realidade desejante que é inacessível a um pensamento subjetivo.

O real é aquilo que resiste a ser simbolizado, e é “anterior” à linguagem. A realidade é uma construção da linguagem, é tudo aquilo que pode ser pensado e falado. A noção de real também está relacionada à repetição: “O real é [...] o que retorna sempre ao mesmo lugar – a esse lugar onde o sujeito, na medida em que ele cogita, [...] não o encontra” (Lacan, 1998 [1964], p. 52).

Kaufmann (1996) nos ensina que, em Lacan, o real e o inconsciente aparecem como categorias coextensivas. As relações que se estabelecem a partir dessas duas noções estão em seus valores negativos (“sem-sentido”, “não-sentido”): “o inconsciente alça o real na borda do impensável, do zero absoluto. Ele não parece ter outra consistência senão a ausência, outro lugar senão o ‘furo’” (idem, p. 270).

Para melhor compreendermos a noção de real na psicanálise, abordaremos uma de suas faces: o trauma⁶. Conforme Lacan (1998 [1964], p. 57), o que há de “inassimilável” no trauma representa o real. A questão do trauma é interessante para se pensar na relação do real com a linguagem: “Se pensarmos o real como tudo que ainda

⁶ A noção de trauma está relacionada à impotência e ao desamparo do sujeito em relação a uma ocorrência. Como nos ensina Kaufmann (1996), esse tema tem se desenvolvido, dependendo dos autores, com diferentes ênfases: “seja nos acontecimentos particulares da história pessoal, seja nos acontecimentos universais, seja ainda em eventos coletivos da história com suas repercussões individuais e sua transmissão através das gerações” (Idem, p. 559). Gostaríamos de ressaltar que a reflexão que estamos fazendo sobre o trauma está relacionada à constituição subjetiva da neurose, e, dessa forma, não pode ser aplicada à psicose. Nosso objetivo, ao levantar essa questão, é iniciar a nossa reflexão a respeito da relação entre o real e a linguagem.

não foi simbolizado, a linguagem sem dúvida nunca transforma completamente o real, nunca suga tudo do real para dentro da ordem do simbólico” (Fink, 1998, p. 45). O objetivo da análise é simbolizar fragmentos do real que possam ser considerados traumáticos:

Ao conseguirmos que o analisando sonhe, tenha devaneios e fale por mais incoerentemente que seja sobre o ‘evento’ traumático, fazemos com que ele articule-o em palavras, criando relações com um número cada vez maior de significantes (Fink, 1998, p. 45).

O trauma acarreta fixação de algo não simbolizado. O papel da linguagem é a possibilidade de permitir “a substituição e o deslocamento” (idem, p. 46) dessa fixação.

Apesar de não ser passível de ser simbolizado, o real se relaciona com a linguagem. É buscando compreender essa relação que desenvolveremos as próximas seções, em que a noção de real será abordada de duas maneiras: 1. o real como aquilo que insiste na *alíngua* e 2. o real como realidade própria da psicose.

2.5.1 REAL E LÍNGUA

Jacques Lacan, no seminário 20, intitulado “Mais, ainda”, no texto que data de junho de 1973, o último do seminário, aproxima as noções de linguagem e inconsciente para formular a noção de *alíngua*. Para Lacan (1973), a linguagem não existe, é apenas uma construção teórica proveniente do discurso científico, forjada para dar conta daquilo que existiria de fato, a *alíngua*. Se a noção de linguagem está vinculada a de comunicação, a noção de *alíngua* está relacionada à de inconsciente: “*Alíngua* serve para coisa inteiramente diferente da comunicação. É o que a experiência do inconsciente mostrou, no que ele é feito de *alíngua*” (1973, p. 188). Por ser uma reflexão sobre a *alíngua*, a noção de linguagem carrega consigo outras questões que não dizem respeito à comunicação: “A linguagem, sem dúvida, é feita de *alíngua*. (idem, p. 190). Lacan sintetiza a relação que haveria entre as noções

linguagem, *alíngua* e inconsciente na seguinte formulação: “A linguagem é um saber sobre *alíngua* e o inconsciente é um saber-fazer com a *alíngua*” (idem, p. 190)

A noção de *alíngua* repercute na lingüística, através de um desdobramento dessa noção formulado por Milner (1987), em “Amor da língua”. Nessa obra, o autor retoma a formulação de Lacan, *alíngua*, e desenvolve a questão por ele apontada: a existência de uma construção teórica sobre linguagem - e sobre a língua, acrescenta Milner - que excluiria a *alíngua* do discurso científico. Para o lingüista, a *alíngua* é tanto uma língua entre outras quanto o registro consagrado ao equívoco em todas as línguas (idem, p. 15). Milner nos mostra que é necessário que a *alíngua* seja excluída de todas as línguas para que essas possam ser percebidas como unas, homogêneas e formais, e assim responderem a uma demanda universalizante que as agrupe em uma só classe. Porém, fora do campo da reflexão teórico-científica, a língua manifesta cotidianamente a sua equivocidade, através dos chistes, ambigüidade, homofonias, homossemias, homografias, etc. Essas manifestações negam à língua a característica de identidade, homogeneidade e formalidade. Ou seja, apesar de a língua ser uma construção teórica que afastaria a questão da equivocidade, ela suporta o lugar da impossibilidade do dizer da *alíngua*, porque é na língua que a *alíngua* manifesta a tentativa de apreender o real.

Porém, essa impossibilidade de ser capturado que é destinada ao real não inviabiliza o seu tangenciamento pela *alíngua*, pois como já mencionamos, “o inconsciente é um saber-fazer com *alíngua*”. A aproximação entre as noções *alíngua*, *inconsciente* e *real* ocorre magistralmente nessa formulação milneriana que nasce de uma apropriação do texto de Lacan⁷: “alguma coisa não cessa de não se escrever aí” (Milner, 1987, p. 25). Ou seja, é o real que resiste a ser simbolizado, mas que, ao mesmo tempo, não pode deixar de se marcar. Essa construção em *alíngua*, só é possível pelo “fazer” do inconsciente. Milner traz a poesia como exemplo dessa construção:

o surpreendente é que o fracasso não seja absoluto e que um poeta se reconheça nisso que ele consiga efetivamente, senão preencher a falta, ao menos afetá-la. Na *alíngua*, que ele trabalha, acontece que um sujeito

⁷ Lacan, 1985 [1973], p. 199.

imprima uma marca e abra uma via onde se escreve um impossível a escrever (idem, p. 26).

É esse tipo de construção que tangencia o real, ou como formula tão bem Leite (1994, p. 71) “a escrita da impossibilidade, vale dizer, a impossibilidade demonstrada”, que iremos examinar na análise do capítulo quatro a respeito da injunção do real na escrita psicótica. Temos como objetivo em nossa tese compreender como esse fazer em *alíngua* reflete-se na língua, porém compreenderemos a língua não apenas afetada pelo inconsciente, mas também assujeitada à ideologia.

Para compreendermos a injunção do real na escrita psicótica, teremos inicialmente de compreender os vínculos que se estabelecem entre Psicanálise e Análise do Discurso. Esse estudo inicial tem como objetivo visualizar como os estudos discursivos podem ajudar a compreender a questão do real.

Pêcheux, para conceber sua obra, sofre influência da Psicanálise lacaniana, ou, como formula Plon (2007), “tudo parece ter-se passado como se Michel Pêcheux tivesse entendido bem alguma coisa de essencial procedente da Psicanálise lacaniana” (idem, p. 41). Porém, é preciso ressaltar que não se trata de uma transferência de conceitos lacanianos para a Análise do Discurso, mas de uma apropriação seguida de reformulação de questões da Psicanálise que são relevantes para pensar noções como discurso, sujeito, sentido, etc. Iremos nos deter, inicialmente, nos correspondentes das noções de metáfora e deslocamento⁸ na Análise do Discurso, pois esses estabelecem um vínculo importante com a Psicanálise e também serão utilizadas posteriormente em nossas análises.

A noção de metáfora⁹, em Lacan (1998 [1957]), é formulada como sendo “uma palavra por outra” (idem, p. 510). Trata-se de uma substituição tal como classicamente se compreende esse conceito, porém em que não há uma comparação, mas uma identificação entre termos. Nas palavras do psicanalista,

⁸ O par metáfora e metonímia, de que tratamos na seção anterior, está sendo dissolvido para criarmos um novo par, metáfora e deslocamento, que está diretamente relacionado à Análise do Discurso. Essa dissolução foi necessária porque houve um deslocamento de área, da Psicanálise para a Análise do Discurso.

⁹ A noção de metáfora em Lacan é uma apropriação e uma reformulação da noção de condensação em Freud (Lacan, 1988 [1956], p. 252).

a centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota entre dois significantes dos quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significativa, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímica) com o resto da cadeia (idem, p. 510).

A noção de metonímia¹⁰ é para Lacan (1957) formulada como sendo uma conexão “de palavras em palavras”. Refletindo a partir da clássica metonímia “velas”, Lacan afirma “Onde se vê que a ligação do navio com a vela não está em outro lugar senão no significante” (idem, p. 509).

Em Pêcheux, essas noções são afetadas pela ideologia. Se Lacan parte da língua de Saussure para forjar sua noção de significante e a partir do significante construir suas noções de metáfora e metonímia; Pêcheux se afasta da noção de língua em Saussure para pensar a questão do sentido e do discurso. Para Pêcheux (1975), o sentido é sempre metafórico, não há o pré-estabelecimento do sentido, ou seja, não há sentido literal. O sentido dá-se em um jogo de transferência: “é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra, uma outra expressão ou proposição” (idem, p. 263).

Tanto a noção de metáfora quanto a de deslocamento, na obra de Pêcheux, são tratadas como funcionamentos que permitem o movimento do sentido e, dessa forma, negam a literalidade da língua. Enquanto a metáfora é pensada no discurso como uma estrutura, na noção de deslocamento, há uma percepção de discurso como acontecimento. A metáfora e o deslocamento não são noções que competem nem que se anulam dentro da reflexão pêcheuxtiana, mas que se completam e complexificam a concepção de discurso.

Pêcheux (1988) nos ensina que “todo enunciado é suscetível de tornar-se outro” (idem, p. 53). Esse processo pode ocorrer de duas formas, ou a partir de deslocamentos de sentidos dentro filiações históricas pré-organizadas (percebidos como metáforas possíveis dentro do interdiscurso), ou por uma ruptura que surge por um acontecimento sócio-histórico, derivando a partir disso em sentidos “novos”.

¹⁰ A noção de metonímia é uma apropriação e uma reformulação da noção de deslocamento em Freud (Lacan, 1988 [1956], p. 252).

Porém, esses sentidos forjados pelo acontecimento irão posteriormente se acomodar e se incorporar ao interdiscurso:

Quando ocorre uma ruptura com a repetibilidade, uma nova ordem de repetibilidade se instaura, a qual é responsável pela reorganização da memória, pela organização de uma nova estrutura vertical, a qual necessariamente mantém relações com a estrutura precedente, com a qual rompeu (Indursky, 2003, p. 107-108)

O deslocamento pode ser pensado ou como uma produção metafórica dentro de uma estrutura de filiações históricas e sociais ou como o momento de ruptura e derivação de novos sentidos. Porém, trata-se sempre de um mesmo processo que ocorre devido à estrutura da língua que comporta a equivocidade. Como nos ensina Leandro-Ferreira (2000):

os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, ao trabalho da razão e da lógica sobre a língua. É nesse espaço que se localizam os “furos” que são estruturantes e próprios à ordem da língua. É o lugar enfim da ‘incompletude’ da linguagem onde tudo e tanto acontece (idem, p. 24).

O deslocamento do enunciado que deriva em outro sentido, como é concebido na Análise do Discurso, também é estudado por Tfouni (no prelo). A contribuição dessa autora deve-se por mostrar que o deslocamento ocorre também porque “não há um ajuste perfeito entre as palavras e as coisas que elas designam, fato que foi tão enfatizado por Saussure ao colocar a noção de arbitrariedade do signo” (idem, p. 6). A partir da observação da autora, podemos refletir sobre outro desencontro que também é intrínseco à questão do deslocamento: o embate entre as formações ideológicas que proporciona um pluriencontre entre as palavras e os sentidos.

A relação entre inconsciente e língua ganha outra dimensão na Análise do Discurso, pois é compreendida como uma engrenagem do funcionamento discursivo, juntamente com a ideologia. Ou seja, não há exceções na língua, há um funcionamento próprio da língua:

Não há poesia porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. (Gadet e Pêcheux, 1981, p. 64).

A questão da *alíngua* e do real também ecoa na Análise do Discurso. Pêcheux reformula a noção de real de Lacan, refletindo sobre a relação entre o discurso e o objeto não discursivizado: “Supor que [...] há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano [...] ‘há real’, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser ‘assim’”. (Pêcheux, 1983, p. 29). A questão da impossibilidade é mantida no conceito de real da Análise do Discurso, porém a essa é agregada a idéia de propriedade intrínseca: “o real é o impossível ... que seja de outro modo” (idem, p. 29)¹¹.

A noção de real da língua, em Gadet e Pêcheux (1981), pressupõe a noção de *alíngua* de Lacan e Milner. O real da língua

é cortado por falhas, atestados pela existência do lapso, do Witz e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *alíngua* não-coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (idem, p. 55).

A noção de real da língua é concebida para pensar na propriedade da língua de tangenciar o impossível. Podemos nos deparar com esse tangenciamento através da dicotomia “certo e errado” formulada pela gramática, pelos enunciados mal

¹¹ Real como impossível é formulado por Lacan (1998 [1964], p. 159). A segunda parte da citação de Pêcheux faz parte da reformulação.

formulados decorrentes da gagueira e afasia e pela fala sintomática numa seção psicanalítica. Porém, o tangenciamento também pode se manifestar na ordem do discurso e, dessa forma, o *non-sense* pode surgir num discurso político, religioso, midiático, virtual, médico, pedagógico.

O tangenciamento do real se torna possível a partir dessa junção entre língua, ideologia e inconsciente. A distinção entre as noções *alíngua* e real da língua está na inclusão da questão da ideologia nessa segunda: “a questão da materialidade histórica é o ponto em que nos separamos politicamente de Milner” (idem, p. 52).

A noção de real de Pêcheux se assemelha a de Lacan na medida em que comporta o conceito de impossível, porém na psicanálise pensa-se o real como constituinte do aparelho psíquico, enquanto que Pêcheux, na noção de real, reflete a respeito da impossibilidade (que seja de outro modo) em vários níveis. Em “Matérialités Discursives”, o analista de discurso afirma: “Il y a un réel de la langue. Il y a un réel de l’histoire. Il y a un réel de l’inconscient” (Pêcheux, 1981, p. 143).

O real em Pêcheux difere ao de Lacan na medida em que abarca a condição de existência das noções, ou seja, o que é próprio, o que da natureza da noção em questão. Essa noção de real é muito produtiva na Análise do Discurso, pois pode ser pensado em várias instâncias: real da língua (equivoco), real do sujeito (inconsciente), real da história (contradição), real do discurso (silêncio), real do sentido (incompletude).

Se pensarmos a interseção dos reais¹² citados podemos compreender a possibilidade da metáfora e do deslocamento pensadas como mecanismos de constituição discursiva. A seguir, examinaremos as duas representações do Nó Borromeano para ilustrar a interseção dos reais:

Ilustração 1:

¹² A percepção de real no plural só pode ser pensada em Pêcheux, para Lacan o real sempre estará no singular.

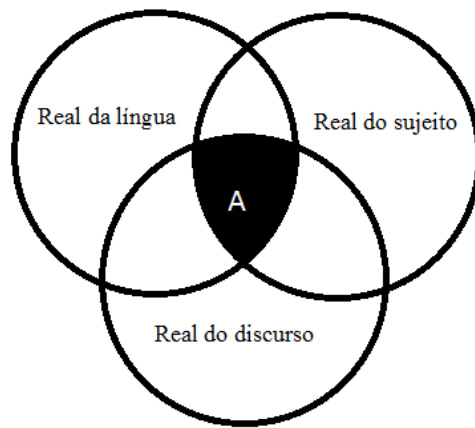
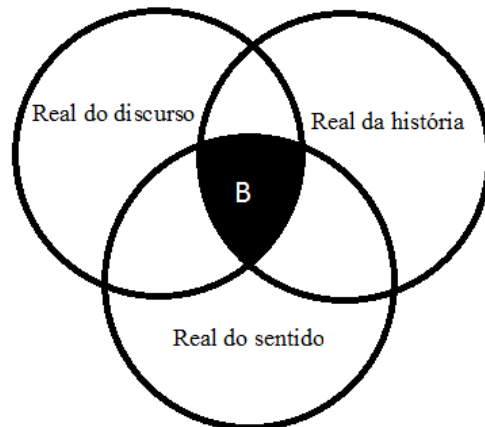


Ilustração 2:



É a partir da interseção das seguintes noções: equívoco, inconsciente, silêncio, contradição, incompletude que podemos pensar a possibilidade do discurso ser uma estrutura que comporta o acontecimento. A metáfora e o deslocamento no discurso só podem ser concebidos se compreendemos que o real do discurso se intersecciona tanto com o real do sujeito e o real da língua (A – ilustração 1) quanto o real da história e o real do sentido (B – ilustração 2).

Em uma passagem de “A língua Inatingível”, Gadet e Pêcheux (1981) afirmam que “a lingüística encontra seu real no ponto em que ela relaciona-se com a psicose” (idem, p. 47). A lingüística é uma ciência em que há pouca reflexão sobre linguagem

em subjetividade diferente da neurótica, como é o caso da psicose e de patologias de linguagem. Do que ela se protege?¹³

Finalizado a retomada teórica na qual nos embasaremos, estudaremos, no próximo capítulo, a especificidade do arquivo sobre o qual nos debruçamos.

¹³ “De quoi nous protégeons-nous, en nous déclarant linguistes, historiens, ou psychanalystes?” (Pêcheux, 1981, p.143)

3. REFLEXÕES SOBRE O ARQUIVO

3.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ARQUIVO

Como dissemos, o arquivo é composto por textos de pacientes em sessão terapêutica no Centro de Atenção Psicossocial - Centro de Porto Alegre. Para compreendermos as condições de produção desses textos, precisamos estudar a instituição que acolhe esses pacientes, e mostrar a oposição que se estabelece entre esse tipo de tratamento e a internação.

Para pensarmos a internação em sua perspectiva discursiva, utilizaremos a formulação foucaultiana de nascimento do Asilo. Não nos interessa estudarmos a internação na sua praticidade, ou seja, como ato de isolamento do paciente para fins terapêuticos, e sim a produção de sentido a que esse ato submete o paciente. Foucault (1972) aponta-nos dois marcos para pensarmos o nascimento do Asilo: as perspectivas lendárias da liberação dos loucos de suas jaulas proposta por Philippe Pinel no Hospital Geral Bicêtre e a criação do Retiro pelo Quacre¹⁴ Samuel Tuke, a partir de uma iniciativa privada e religiosa. São como lendas, e não como fatos históricos, que esses personagens contemporâneos e seus feitos transmitem valores míticos para a Psiquiatria.

Foucault (1969b) nos ensina que sob esses mitos havia “uma série de operações que silenciosamente organizavam ao mesmo tempo o mundo asilar, os métodos de cura e a experiência concreta da loucura” (idem, p. 476). Apesar de o gesto de Tuke se constituir miticamente como um movimento filantrópico e de libertação, Foucault (1969b) nos mostra que o retiro é organizado a partir de outros princípios: segregação, religião, medo, trabalho, olhar, vigilância e julgamento. O gesto de segregação e a reconstituição de uma comunidade Quacre no Retiro são princípios de coerção, que têm como objetivo

¹⁴ Seita protestante, fundada no século XVII por Jorge Fox (1624-1691). Professada sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra. Os quacres crêem na direção do Espírito Santo, não admitem sacramentos, não prestam juramentos, nem mesmo perante a Justiça, não pegam em armas, nem admitem hierarquia eclesiástica. (conforme <http://www.dicionarioweb.com.br/quacre.html>)

colocar o alienado no interior de um elemento moral onde ele se verá em debate consigo mesmo e com seu meio; [...] constituir-lhe um meio onde, longe de estar protegido, ele será mantido numa eterna inquietação, incessantemente ameaçado pela Lei e pela Falha (idem, p. 478)

O medo, no retiro, é um meio de desalienação: “a loucura [...] não mais poderá causar medo; *ela terá medo*” (idem, p. 478). É a partir do discurso que o medo será instaurado, através da responsabilização do louco pelos atos de desatino cometidos e da punição de toda manifestação da loucura. Isso leva a uma auto-coibição por parte do paciente, criando, assim, a “angústia fechada da responsabilidade” (idem, p. 479) pela sua própria loucura.

O trabalho é uma força de coação na medida em que regula, demanda atenção e resultados. No asilo, ele é despojado de valor de produção, “só será imposto a título de regra moral pura; limitação da liberdade, submissão à ordem, engajamento da responsabilidade com o fim único de desalienar o espírito perdido nos excessos de uma liberdade que a coação física só limita aparentemente” (idem, p. 480).

O olhar que o homem de razão submete ao louco é outra forma de coação, pois estimula uma auto-contenção: “o louco é convidado a objetivar-se nos olhos da razão razoável como o estranho perfeito, isto é, aquele cuja estranheza não se deixa perceber” (idem, p. 481).

A vigilância e o julgamento que se instauram no asilo são frutos do olhar que reconhece o estranho nos atos dos pacientes. A consequência desses atos é a observação e classificação desenvolvidas nos asilos.

Com Pinel, o asilo deve transmitir uma continuidade da moral social e, assim, reduzir a diferença entre seus internos, reprimir os vícios e denunciar “tudo aquilo que se opõe às virtudes essenciais da sociedade” (idem, p. 488), tais como, o celibato, a devassidão, a preguiça. O mundo asilar e as relações entre internos, vigilantes e médicos se estruturam, em Pinel, a partir de quatro meios: o silêncio, o reconhecimento pelo espelho, o julgamento e a apoteose da personalidade do médico.

O silêncio, no asilo, estabelece-se pela ausência de diálogo entre a razão e a loucura. Não há lugar para encenação do espetáculo do delírio nessa nova concepção de tratamento. Qualquer manifestação de desrazão deve ser castigada e suprimida: “a culpabilidade se desloca para o interior, mostrando ao louco que estava fascinado apenas pela própria presunção” (idem, p. 490).

O reconhecimento pelo espelho é o resultado da convocação do louco para observar a própria loucura, porém no olhar do outro. É um meio de persuasão do louco de sua própria loucura: “identificado presunçosamente com o objeto de seu delírio, o louco se reconhece como num espelho nessa loucura cuja ridícula pretensão ele mesmo denunciou” (idem, p. 492).

No asilo de Pinel, a medicina é convertida em justiça e a terapêutica em repressão. O asilo se transforma num “microcosmo judiciário” (idem, p. 493). A punição leva “à interiorização da instância judiciária e ao nascimento do remorso no espírito do doente” (idem, p. 494-495).

A apoteose do personagem do médico cria um novo relacionamento entre o médico e o doente e entre a alienação e o pensamento médico. A constituição do asilo feita por Tuke e Pinel permite

o nascimento dessa estrutura fina que será a célula essencial da loucura – estrutura que forma como que um microcosmo onde são simbolizados as grandes estruturas maciças da sociedade burguesa e seus valores: relação Família-Filhos, ao redor do tema da autoridade paterna; relações Falta-Castigo, ao redor do tema da justiça imediata; relações Loucura-Desordem, ao redor do tema da ordem social e moral. É daí que o médico retira seu poder de cura. (idem, p. 500)

No Brasil, como nos ensina Amarante (1994), a história da Psiquiatria está intimamente ligada ao asilamento e a “medicalização social” (idem, p. 74). A intervenção do Estado na questão da doença mental ocorre com a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil e tem como objetivo o controle da sociedade: “As mudanças sociais e econômicas, no período que se segue, exigem medidas eficientes de controle social, sem as quais se torna impossível ordenar o crescimento das cidades e das

populações” (idem, p. 74). Em relação aos alienistas pré-República, em sua grande maioria

compartilham dos ideais positivistas e republicanos e aspiram ao reconhecimento legal, por parte do Estado, que legitime e autorize uma intervenção mais ativa no campo da doença mental e assistência psiquiátrica. O hospício deve ser medicalizado, isto é, deve ter em sua direção o poder médico, para poder contar com uma organização embasada por princípios técnicos (idem, p. 75).

Com a proclamação da República, a Psiquiatria moderniza os asilos para desvinculá-los dos moldes arcaicos e despóticos de D. Pedro II e busca “atuar no espaço social, no espaço onde vivem as pessoas, onde se estruturam as doenças mentais, e não se limita apenas ao espaço cercado pelos muros do asilo” (idem, p. 76).

Nos anos 1930, é grande o entusiasmo da Psiquiatria com a descoberta do choque insulínico, do choque cardiazólico, da eletroconvulsoterapia e das lobotomias, pois estes representam a possibilidade da cientificação de uma área que vem trabalhando com tratamentos que se baseiam no empírico.

Nos anos 1950, aparecem os primeiros neurolépticos. Esses fármacos antipsicóticos promovem uma nova orientação no meio psiquiátrico:

o furor farmacológico dos psiquiatras dá origem a uma postura no uso dos medicamentos que nem sempre é ‘tecnicamente orientada’, muitas das vezes utilizados apenas em decorrência da pressão da propaganda industrial, muitas vezes por ignorância quanto aos seus efeitos ou às suas limitações, quando não como mecanismo de repressão e violência, ou, ainda, como no caso dos manicômios, com o fito de tornar a internação mais tolerável e os enfermos mais dóceis (idem, p. 79).

Com a criação, na década de 60, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) com a unificação dos institutos de aposentadoria e pensão, o Estado passa a contratar serviços psiquiátricos do setor privado, transformando definitivamente a doença mental em objeto de lucro. “Ocorre, assim, um enorme aumento do número de

vagas e de internações em hospitais psiquiátricos privados, principalmente nos grandes centros urbanos. Chega-se ao ponto de a Previdência Social destinar 97% do total dos recursos da saúde mental para as internações na rede hospitalar” (idem, p. 79-80).

O processo de Reforma Psiquiátrica que eclode no Brasil no final dos anos 70 visa a modificar o modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico. Em 29 de janeiro de 1992, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são instituídos juntamente com os Núcleos de Assistência Psicossocial (NAPS), através da Portaria/SNAS n. 224. As diretrizes propostas para essas unidades de saúde fundadas no Brasil são, entre outras, a organização de serviços baseados na “regionalização”, na “diversidade de métodos e técnicas terapêuticas”, na “multiprofissionalidade” e na “participação social”.

Dessa forma, a partir de 1992, há a substituição progressiva, em vários estados brasileiros, dos leitos psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental, da qual o Centro de Atenção Psicossocial faz parte.

Os CAPS devem ser substitutivos, e não complementares ao hospital psiquiátrico. Cabe aos CAPS o acolhimento e a atenção às pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, procurando preservar e fortalecer os laços sociais do usuário em seu território. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento. (Brasil, 2005)¹⁵.

Nos CAPS são prestados atendimentos clínicos em regime de atenção diária, o que evita internações em hospitais psiquiátricos e promove a inserção social das pessoas com transtornos mentais através de ações intersetoriais. A proposta dos recursos humanos que prestam atendimento no CAPS é de multiprofissionalidade. Além de médicos, há psicólogos, psicanalistas, assistentes sociais, enfermeiros,

¹⁵ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à *Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e profissionais de educação física. Essa diversidade de saberes propicia um rearranjo na Psiquiatria.

Dessa forma, podemos afirmar que o CAPS é um “acontecimento enunciativo”¹⁶ que produz no discurso da medicina um deslocamento de um saber da internação para o da inscrição social¹⁷. O deslocamento é resultado do rompimento com a hegemonia da psiquiatria e a entrada do discurso da psicanálise nas instituições públicas. O acontecimento permite tanto a circulação de outros saberes sobre a loucura - que não sejam mais aqueles que promovem a exclusão social dos pacientes -, quanto a criação de condições da inscrição psíquica e social do psicótico.

A psicanalista Guerra (2008), falando de como se constituem os CAPS, nos ensina que, com a sua intuição,

surge o incentivo à circulação mais ampla da loucura para além do restrito universo do discurso “*psi*” que a sustentava nos antigos tratamentos de base asilar. Destaca-se a entrada do artesão e do artista enquanto monitores, o que possibilita uma leitura diferenciada da produção da loucura, inscrevendo-a num outro registro simbólico e cultural (idem, p. 39).

É possível visualizar vestígios desse deslocamento nos textos dos pacientes. Os discursos evocados nos mostram que apesar de ser uma sessão terapêutica, e, dessa forma, estar centrado na questão da cura, o discurso do cotidiano tem uma presença muito forte. Os pacientes relatam fatos ocorridos no seu dia-a-dia ou que estão vinculados à mídia. Esse olhar do paciente para um universo discursivo que transcende a doença mental marca a tentativa de inscrição social do paciente proposto pelo CAPS. A questão do sintoma também surge nos textos aí produzidos, porém se apresenta como uma tentativa de auto-conhecimento.

Percorrer a reflexão sobre Asilo em Foucault, a história da psiquiatria no Brasil e visualizar a reforma psiquiátrica e sua conseqüência, a implantação do CAPS, nos

¹⁶ Noção formulada por Indursky (2008, p. 27-28). Diferente do acontecimento discursivo, que é o surgimento de uma nova discursividade, gerando assim uma nova formação discursiva; o acontecimento enunciativo é o aparecimento de novos saberes no interior de uma formação discursiva.

¹⁷ É quando o psicótico encontra um modo particular de lidar com a linguagem e a cultura.

faz compreender a diferença de efeito de sentidos entre uma produção escrita dentro de um hospital psiquiátrico e o CAPS. Como nos mostra Foucault é intrínseco à estrutura do asilamento a segregação, por exemplo. Nos CAPS, a proposta é de inscrição social dos pacientes. E essas distintas condições de produção se refletem na escrita dos envolvidos na medida em que cerceiam correntes de sentidos diferentes daquelas da medicina.

Estudaremos, na próxima seção, a constituição do lugar discursivo da psicose.

3.2 O LUGAR DISCURSIVO DO ARQUIVO

Temos como objetivo estudar o lugar social e discursivo em que está inserido o discurso do psicótico institucionalizado. Iniciaremos nossa reflexão distinguindo lugar social e lugar discursivo.

A noção de lugar social surge em Pêcheux (1969), que formula essa noção para afastar a compreensão de que a produção de sentido tem origem nos indivíduos. Para isso, nos mostra que nos processos discursivos não estão indivíduos, mas “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (idem, p. 82). Para o autor, “esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (idem, p. 82). Os lugares sociais ocupados pelos interlocutores num processo discursivo são produtos de formações imaginárias.

A noção de lugar discursivo é mais estável que a de lugar social, na medida em que ela se forma não a partir de um processo de formação imaginária, mas sim num processo discursivo mais longo e heterogêneo: “O interdiscurso que forma um LD [...] traz o conjunto de [E] constituído por diferentes formações ideológicas. Ele, com sua densidade, formata e dá configuração à matriz simbólica do lugar que é apontado ao sujeito como realidade” (Dorneles, 2005, p. 120).

O *lugar discursivo* está relacionado com a argumentação, com a força que a palavra assume a partir de um determinado lugar. Ou seja, dizer que “o pão é o corpo de Cristo” no lugar discursivo do padre é diferente do que fazer a mesma afirmação no lugar discursivo do psicótico. Essa diferença não está relacionada apenas às formações imaginárias que se estabelecem entre o padre e seus fiéis ou entre o psicótico e seu interlocutor, mas também está apoiada em diferentes formações discursivas que extrapolam a relação imediata entre esses interlocutores. Todos sabemos que quando um padre diz a frase citada, ele fala de X, e quando um psicótico repete a mesma frase ele pode estar se referindo a X, mas também pode estar falando de Z ou de não-X mais Y. Estar num lugar discursivo direciona os efeitos de sentidos do sujeito que assume esse lugar.

Enquanto o *lugar social* é uma teia de projeções bastante fluutuáveis¹⁸ no processo discursivo e envolve formações discursivas que estão atuando numa determinada prática discursiva, o lugar discursivo é mais estável, porque foi construído sócio historicamente, a partir de diversas formações discursivas.

Embasamo-nos nos estudos de Pêcheux (1969) a respeito de formações imaginárias e de Guimarães (2005), sobre as noções de Locutor e de lugar social. Não tomaremos os pacientes psicóticos nem os médicos psiquiatras como indivíduos, mas como Locutores: “o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer” (Guimarães, 2005, p. 23). O *lugar social* que representa o Locutor-psicótico é constituído sócio-discursivamente, a partir do discurso da Psiquiatria sobre seus pacientes.

Estudaremos a Psiquiatria como uma instituição pela via de Castoriadis (1982), ou seja, como tendo uma constituição simbólica: “As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico [...] e constituem cada qual sua rede simbólica” (idem, p. 142). Nosso interesse na Psiquiatria não recai sobre as relações internas dessa área, mas sim sobre o efeito de exterioridade dessa ciência: “a ciência sai de si, sai do seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano do sujeito. Ou seja, ela vai ser vista como afetando as coisas a saber no cotidiano da vida social” (Orlandi, 2008, p. 57). Perguntamo-nos, nessa tese, quais são as contribuições da Psiquiatria para forjar o lugar discursivo do psicótico.

Propomo-nos a estudar o discurso dos Manuais de Psiquiatria (DSM IV(1995) e EY (1981)) para mapear o lugar discursivo do psicótico institucionalizado. Queremos compreender o simbolismo existente na relação entre *psicótico* e *psiquiatra* dentro da instituição Psiquiátrica, a fim de compreendermos as formações imaginárias que são passíveis de serem estabelecidas entre o paciente e o médico e opacificar o mecanismo de exclusão que perpassa essa relação. Compreendemos, em nosso trabalho, que o lugar social do psicótico projetado pelos manuais extrapola as fronteiras da ciência, ou seja, produz um efeito de exterioridade, e o saber a respeito desses pacientes passa a contribuir para construir o lugar discursivo do psicótico.

¹⁸ Explicamos o termo fluutuáveis para as formações imaginárias, na medida em que o lugar social operário não projeta o lugar social do padrão sempre do mesmo modo, ele pode ser um inimigo, ou pode ser um amigo.

3.2.1 O SIMBÓLICO E AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS NA RELAÇÃO ENTRE PSIQUIATRIA E PSICÓTICO

Castoriadis (1982) nos ensina que “tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (idem, p. 142). As instituições existem como sistemas simbólicos sancionados. Esses sistemas são constituídos de símbolos – que o autor aproxima do conceito de significante – que se ligam a significados tais como “representações, ordens, injunções ou incitações para fazer, conseqüências” (idem, p. 142). Na instituição Psiquiatria, o Manual de Psiquiatria não é apenas uma lista de procedimentos médicos, mas constitui uma rede simbólica a respeito da relação entre médico e paciente.

Partiremos do entrelaçamento, apontado pelo autor, entre o mundo sócio-histórico e o simbolismo para pensar o discurso dos manuais psiquiátricos (DSM IV(1995) e EY (1981)) como produtores de uma rede simbólica na instituição Psiquiatria. A questão da não neutralidade do simbolismo institucional, apontada por Castoriadis (1982), também será importante em nosso trabalho. O autor argumentará a respeito da questão da não neutralidade do simbolismo a partir da idéia, que ele considera inaceitável, de que haveria uma adequação das relações sociais:

“Ela postula uma tal substância que seria preconstituída em relação às instituições; ela estabelece que a vida social tem “alguma coisa a exprimir” que já é plenamente real antes mesmo da língua na qual será expressa. Mas é impossível captar um “conteúdo” da vida social que seria primário e “se daria” uma expressão nas instituições independente delas” (idem, p. 150 e 151).

Também na Análise do Discurso de Michel Pêcheux pesquisa-se a respeito da não neutralidade das relações sociais. Porém, diferentemente de Castoriadis, Pêcheux parte das noções de discurso e ideologia. Como já afirmamos no dispositivo teórico, o discurso não pode ser confundido com a mensagem, pois essa pressupõe apenas a transmissão de informação, num processo lingüístico serializado, previsível e infalível.

O discurso é o efeito de sentido entre os interlocutores, que se materializa na língua, ou seja, o discurso não é o resultado da habilidade do locutor em manejar a língua, mas dos efeitos de sentido que se estabelecem a partir de determinadas condições de produção.

O imaginário também é um conceito importante para pensar as relações que constroem o lugar social da psicose, na medida em que, como nos ensina Castoriadis (1982), “o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para ‘expressar-se’, o que é óbvio, mas para ‘existir’, para passar do virtual a qualquer coisa a mais” (idem, p. 154). O autor afirma também que a relação entre o simbólico e o imaginário não é bilateral, há também um componente imaginário em todo simbólico.

Na Análise do Discurso, a noção de imaginário ganha especificidade por estar relacionada com questões como ideologia e discurso. Para Orlandi (1994, p. 57), imaginário é o que permite a transparência entre realidade e discurso, colocando em evidência o produto do sentido quando há o apagamento de seu funcionamento, ou seja, o apagamento do modo como o discurso produz sentido. Dentro dessa concepção, podemos dizer que, para haver efeito de realidade, é preciso que haja a atuação do imaginário. Dessa forma, compreenderemos a noção *formações imaginárias* a partir de sua relação com o simbólico e com o imaginário.

Apesar de concentrarmos nosso estudo apenas no discurso dos Manuais de Psiquiatria, estamos trabalhando com uma formação discursiva muito maior, a da Psiquiatria, que comporta o discurso do diagnóstico, dos sintomas, da medicação. Em nosso trabalho, nos restringiremos a estudar os manuais que funcionam como pré-construído para os profissionais da clínica de doentes mentais, a fim de compreender uma questão pontual: como funciona a exclusão social-discursiva do psicótico.

3.2.2 A CONSTRUÇÃO DO LOCUTOR PSICÓTICO A PARTIR DOS MANUAIS

Conforme afirmamos, estudaremos o Locutor-psicótico a partir dos estudos de Pêcheux (1969) e Guimarães (2005). Tomando a noção de formação imaginária, de Pêcheux (1969), podemos estudar a constituição do lugar sócio-histórico do psicótico, na medida em que essa noção nos mostra que são os pré-construídos discursivos os determinantes para os posicionamentos nas relações sociais.

A noção de Locutor em Guimarães (2005) nos permite visualizar o posicionamento social do psicótico. O Locutor é pensado a partir de dois momentos: 1. o locutor (em minúsculo), que é o predicado social representado pela variável *x* (presidente, governador, índio, consumidor, médico, paciente, etc.) (idem, p. 24); 2. o enunciador, que é um lugar de dizer representado pelo próprio discurso. Guimarães (2005, p. 24, 25, 26) nos apresenta os seguintes lugares de dizer: o enunciador-individual, em que o lugar de dizer se representa como pessoal (exemplo: “Eu prometo que vou a sua casa”); o enunciador-genérico, em que o lugar de dizer se apresenta como apagamento do lugar social (exemplo: “Quem semeia vento colhe tempestade”); o enunciador-universal, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro em virtude da relação do que diz com os fatos (exemplo: “Todas as pessoas morrem”).

Queremos, nesse trabalho, mostrar os pré-construídos que constituem o lugar social do psicótico e, a partir disso, visualizar o Locutor-psicótico. Para isso, recortaremos seqüências discursivas de referência (sdr) dos manuais DSM IV e Ey que mostram o que o médico deve observar nos seus pacientes para diagnosticá-los como psicóticos. A partir dessas sdr, visualizaremos o Locutor-psicótico. Finalmente, estudaremos uma sdr extraída de uma entrevista com um paciente diagnosticado psicótico para podermos compreender como esse lugar social do psicótico se reflete no discurso.

A psicose é descrita nos manuais a partir de distúrbios identificados pelos seguintes meios:

a. Linguagem

sdr1. Distorção ou exagero da linguagem e comunicação (DSM IV, p. 264)

sdr2. A pessoa pode “sair dos trilhos”, saltando de um assunto para outro (“descarrilhamento” ou “associação frouxa”); as respostas podem estar obliquamente relacionadas ou não ter relação alguma com as perguntas (“tangencialidade”): raramente, o discurso pode estar desorganizado de forma tão severa, que é praticamente incompreensível e se assemelha à afasia receptiva em sua desorganização lingüística (“incoerência”, “salada de palavra”) (DSM IV, p. 264)

sdr3. A alogia (pobreza do discurso) é manifestada por respostas breves, lacônicas e vazias. O indivíduo com alogia parece ter uma diminuição dos pensamentos, refletida em uma redução da fluência e produtividade do discurso (DSMIV, p. 266)

sdr4. Seu discurso pode ser geralmente compreensível, porém digressivo, vago ou demasiadamente concreto. (DSM IV, p. 267)

sdr5. A conversação é singular pelo fato de que ela não é destinada a estabelecer um contato entre o doente e seu interlocutor; é um monólogo, às vezes rápido, alegre, porém em geral abstrato, inadequado à situação: de fato, o doente não se dá conta da situação, continuando em voz alta um “devaneio verbal”, sem finalidade, sem contato, sem intervenção consciente. (Ey, p. 576)

b. Pensamento

sdr6. São crenças errôneas, habitualmente envolvendo a interpretação falsa de percepção ou experiência. Seu conteúdo pode incluir uma variedade de temas (por ex. persecutórios, referenciais, somáticos, religiosos, ou grandiosos) (DSM IV, p. 264)

sdr7. O pensamento parece estar embrulhado e desordenado, às vezes lentificado, chegando à perseveração (estagnação mental de séries intermináveis de palavras ou de idéias, denominação automática dos objetos); outras vezes precipitados e prólixos, ou, ainda, elípticos e descontínuos, ocorrendo em saltos. A produção da idéia é caótica e mal dirigida. (Ey, p. 575)

c. Comportamento

sdr8. Comportamento amplamente desorganizado ou catatônico (DSM IV, p 265)

sdr9. Avolição: comportamento dirigido a um objeto (DSM IV, p 265)

sdr10. Os gestos são lentificados, apenas esboçados ou então mecânicos, como os de uma marionete. Às vezes dão uma impressão de desajeitamento e desenvolvimento defeituoso, ou então de afetação, de sobrecarga e de barroquismo. (Ey, p. 581)

Podemos observar que, nas sdr recortadas, há um parâmetro do comportamento, da fala e do pensamento dos pacientes psicóticos. Ao mesmo tempo em que serve para diagnosticar um paciente como psicótico ou não, esse parâmetro também restringe a leitura da expressão desses pacientes depois de diagnosticados. Ou seja, os manuais criam um discurso a respeito dos pacientes que serve como uma rede simbólica, colocando, assim, o paciente num determinado lugar social, o lugar do erro, do defeito, da falha.

Em relação à linguagem, podemos observar que é caracterizada como falha, não podendo ter nenhum outro efeito de sentido além do erro. Esse efeito de sentido de falha é construído a partir de determinados traços que são apontados como característicos da fala do psicótico. Esses traços são construídos de forma não muito precisa e a partir de adjetivação, sem que sejam fornecidos exemplos. Essa construção discursiva sobre o diagnóstico reflete dois movimentos contraditórios do trabalho do profissional da clínica de doentes mentais: 1. a autonomia desse profissional de interpretar o que seria pobreza de discurso, tangencialidade, associação frouxa, vagueza ou concretude demasiada, ou seja, os traços que os manuais colocam como determinantes de uma fala psicótica (apesar de não haver nenhuma teorização a respeito de questões de linguagem e de os autores dos manuais não serem profissionais da linguagem); 2. a força do imaginário de que o discurso do psicótico realmente possui essas características e que é por elas que o diagnóstico deve ser feito. Ao

mesmo tempo em que o discurso dos manuais permite uma flutuação da interpretação dos conceitos necessários para que haja o diagnóstico, esse mesmo discurso produz um imaginário, dentro da classe de profissionais da clínica de doentes mentais, de plena compreensão da linguagem dos pacientes.

A descrição de como seria o pensamento do paciente psicótico é também uma descrição de sua linguagem, já que só é possível atingi-lo a partir da fala do paciente. Na sdr6, podemos perceber que o paciente é excluído de um discurso determinado pela lógica, na medida em que possui “crenças errôneas, habitualmente envolvendo a interpretação falsa de percepção ou experiência”. Na sdr7, as afirmações a respeito do pensamento só refletem aquilo que já foi dito a respeito da linguagem: “parece estar embrulhado(a) e desordenado(a) [...] precipitados(as) e prolixo(a), ou, ainda, elíptico(a) e descontínuos(as), ocorrendo em saltos [...] caótico(a) e mal dirigido(a)”. (Trocamos o gênero dos adjetivos para mostrar que é possível relacioná-los tanto com o pensamento quanto com a linguagem).

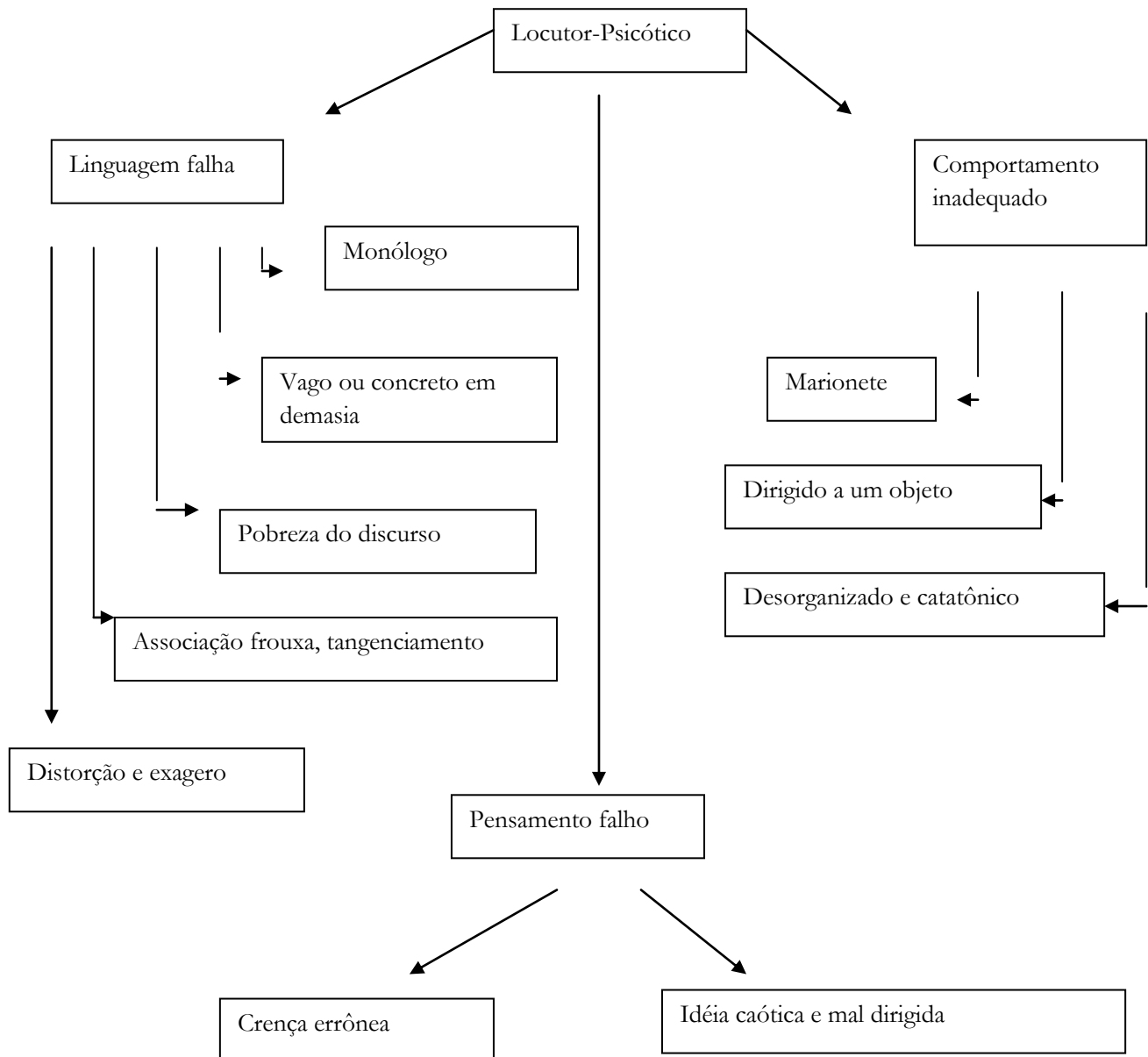
O comportamento do psicótico é consequência tanto da fala quanto do pensamento, na medida em que reflete tanto a desorganização da linguagem quanto a irracionalidade. O imaginário gerado pela descrição da fala e do pensamento do paciente cria uma forte idéia de que não se trata de uma pessoa, mas de um objeto. Podemos perceber isso com muita clareza na sdr10: “Os gestos são lentificados, apenas esboçados ou então mecânicos, como os de uma marionete. Às vezes dão uma impressão de desajeitamento e desenvolvimento defeituoso, ou então de afetação, de sobrecarga e de barroquismo”.

O discurso dos manuais é um guia para diagnosticar a psicose. Porém, esse guia serve de pré-construído nos processos discursivos médico-paciente, estando, assim, na base das formações imaginárias que resultam desse processo. Dessa forma, o lugar social do paciente projetado pelo médico está diretamente relacionado ao discurso dos manuais a respeito da doença. A partir do efeito de exterioridade (Orlandi, 2008, p. 57), o lugar social do paciente projetado pelo médico extrapola as fronteiras da medicina e é remetido a um saber cotidiano, e dessa forma contribui para a constituição do lugar discursivo do psicótico. Ou seja, dentro da instituição psiquiátrica, na relação entre médico-paciente, a partir das formações imaginárias que aí surgem, os manuais constroem um lugar social para o paciente. Fora desse âmbito,

na sociedade, esses pré-construídos juntam-se a outros e constroem o lugar discursivo do psicótico.

Visualizaremos, na figura abaixo, o Locutor que emerge desse lugar:

Ilustração 3: Constituição do lugar discursivo do psicótico



O lugar social do Locutor-psicótico produz necessariamente um efeito de sentido de um enunciador-falho, não autorizado a desempenhar determinados papéis sociais.

Ilustração 4: Relação locutor psicótico e enunciador.



Podemos visualizar essa imagem de Enunciador-falho no recorte abaixo:

sdr11

Entrevistador: Aham. Tu ouve vozes?

Paciente: Se o senhor tá falando comigo eu tô ouvindo a sua voz.

Entrevistador: Sim, isso é lógico. Mas quando tá sozinho?

Paciente: Não.

Entrevistador: Não.

Nesse trecho¹⁹, podemos ver os pré-construídos do discurso dos manuais nas formações discursivas que estão sendo utilizadas. O entrevistador espera obter uma resposta afirmativa a sua pergunta, o que confirmaria a presença, no paciente psicótico (F., 29 anos, sexo masculino), de um sintoma importante para diagnosticar psicose. Diante de uma resposta negativa, e sendo esse paciente já diagnosticado como psicótico, o entrevistador insiste em obter do paciente uma resposta que o coloque no

¹⁹ Essa passagem pertence ao banco de dados do grupo Lingüística e Psicanálise.

lugar social constituído pelo discurso médico para o psicótico: “Sim, isso é lógico. Mas quando tá sozinho?”. Para isso, projeta o imaginário médico a respeito da fala do psicótico: se o paciente é psicótico ele não pode falar algo lógico.

Acreditamos que o lugar social e também discursivo constituído pelo discurso dos manuais de Psiquiatria ultrapassa o imaginário médico, e se estabelece também no imaginário social, ocasionando assim uma exclusão social mais ampla. Ou seja, quase todos os lugares-comuns a respeito da loucura estão em franco diálogo com o discurso da medicina. Dessa forma, o discurso da medicina legitima a exclusão do psicótico na sociedade.

O lugar discursivo do psicótico produz na sua fala um efeito de exclusão, na medida em que não se espera desses dizeres um pensamento lógico, uma linguagem organizada, nem a manipulação dos conhecimentos pré-estabelecidos socialmente. Essa expectativa diante do dizer do psicótico leva a sociedade a ficar surda perante aquilo que está sendo dito. Essa surdez faz com que:

sua palavra [do psicótico] seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo [...] Todo este imenso discurso do louco retornava [e retorna ainda] ao ruído. (FOUCAULT, 1970, p. 10 – 12).

Na próxima seção, esclareceremos a origem do arquivo que estudaremos e mostraremos que gestos de apropriação foram necessários para se transformar num arquivo próprio à Análise do Discurso.

3.3 A APROPRIAÇÃO DO ARQUIVO DA CLÍNICA DA PSICOSE PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

O arquivo a partir do qual analisaremos a escrita de psicóticos pertence a uma área de conhecimento distinta da nossa, a clínica de psicóticos. Para transformá-lo em um arquivo de estudos da linguagem, é necessário que haja a apropriação desse objeto da Psicanálise. Precisamos, dessa forma, compreender melhor a constituição desse arquivo nessa outra área. Com essa finalidade, estudaremos inicialmente alguns autores que discorrem sobre a noção de arquivo.

A noção de arquivo de Foucault (1969a) baseia-se na sua questão de estudo: a constituição das disciplinas. Esse conceito afasta-se daquele formulado pelos historiadores, que concebiam o arquivo como um conjunto dos documentos catalogados em bibliotecas (idem, p. 146). Na concepção teórica foucaultiana, arquivo é da ordem da constituição do discurso, ou seja, é a “lei do que pode ser dito” (idem, p. 147). É o que permite que todas as coisas ditas “se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas” (idem). Também é o que define o “sistema de enunciabilidade” dentro das disciplinas, ou seja, é o “sistema de funcionamento” das práticas discursivas. Para poder refletir sobre a constituição do conhecimento, Foucault pensou num princípio de formação dos dizeres dos saberes. Essa noção de arquivo permite que se organize a dispersão dos dizeres, pois abarca a constituição da prática discursiva.

Apesar de a noção de arquivo de Foucault (1969a) afastar-se da nossa, acreditamos que ela contribui para o nosso trabalho, na medida em que percebe o arquivo como uma prática discursiva, ou seja, como uma peça de produção discursiva que comporta um sistema de repetibilidade.

Adotamos, em nosso trabalho, a concepção de arquivo de Pêcheux (1997). Para o autor, arquivo é um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (idem, p. 57). A contribuição do autor a respeito dessa noção ocorre pela problematização dos “gestos de leitura” subjacentes à constituição do arquivo. Esses

gestos ocorrem na construção do arquivo, no acesso aos documentos, na maneira de apreendê-los. O autor mostra-nos que há uma divisão social do trabalho de leitura do arquivo. Essa distinção em relação às possibilidades de leitura ocorre pela relação de dominação política na sociedade: “a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo interpretações, [...] outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas interpretações” (idem, p. 58). As leituras pertencentes à constituição de um arquivo e posteriormente a sua manutenção são permeadas pela ideologia. Sendo assim, o arquivo é uma construção ideológica.

A percepção da ideologia como intrínseca à constituição do arquivo desnaturaliza tal noção, porque nos mostra que, apesar de ser um conjunto de documentos, o arquivo sofreu vários gestos de leitura que estabeleceram a sua formação, ou seja, gestos que selecionaram quais os textos pertinentes para serem arquivados, que os agruparam em determinada classificação, que precisam ser recuperados para que seja possível o acesso a tais documentos e que interpretam o conjunto dos documentos a partir de um sentido.

Indo na mesma direção de Pêcheux (1997), Guilhaumou e Maldidier (1997) opacificam a noção de arquivo, na medida em que questionam o efeito de evidência, de os arquivos estarem instituídos “a priori”: “o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social” (idem, p. 164). Dessa forma, apesar de serem organizados pelas instituições, não há por parte delas um controle do material por eles classificados, porque o arquivo é permeado pela falha de classificação (nem tudo é passível de classificação), de reunião (porque uma instituição não reúne todos os documentos) e de interpretação (a instituição responsável pelo arquivo não tem como prever todas as interpretações dos usuários dos documentos, apesar de, muitas vezes, querer restringir esses sentidos).

Pêcheux (1997) mostra-nos a gênese da construção dos arquivos a partir da noção de *gestos de leitura*. Guilhaumou e Maldidier ensinam-nos que os gestos de leitura que as instituições estabelecem ao construir seus arquivos não apagam todos os sentidos que os perpassam, pois o arquivo é da ordem do equívoco e, desse modo, a falha lhe é inerente. Como consequência disso, muitas interpretações não previstas

pelas instituições podem ser atribuídas ao arquivo pelos usuários que a ele têm acesso. Acreditamos que esse seja o caso do arquivo por nós estudado, na medida em que temos objetivos de análise diversos daqueles que a instituição de origem teve ao organizá-lo.

Como já dissemos, o arquivo sobre os quais nos debruçaremos para estudar a escrita patológica pertence a outra área de atuação. Na clínica de psicose, esse arquivo é tratado como uma evidência: textos de doentes que são produzidos para fins terapêuticos em uma oficina de escrita que se encontra em um ambiente não hospitalar.

A partir da reflexão anterior, procuraremos trabalhar esse arquivo teoricamente, a fim de opacificar tal objeto. Analisaremos os gestos de leitura que foram estabelecidos para sua construção e posteriormente estabeleceremos outros gestos que irão transformar esse arquivo em outro, pertencente aos estudos da linguagem.

Não há teorização da escrita na prática de trabalho do grupo do Atelier de Escrita. Não teorizar sobre a escrita é um gesto de leitura que constitui o arquivo estudado, na medida em que essa não teorização produz efeitos de sentido nos textos e também na constituição desse arquivo, porque os textos não são vistos como materialidades discursivas, mas como materialidades do inconsciente.

A escrita, no Atelier, é tratada como realização gráfica da fala. Não há interesse nem no ponto de vista formal, nem no conteúdo. Há, em alguns momentos, estímulos para a escrita, mas eles destinam-se apenas para que o papel não fique em branco.

Apesar do contexto imediato – ser um texto realizado no CAPS, com fins terapêuticos – produzir efeitos de sentido nos textos dos pacientes, há um gesto anterior que também constitui os textos produzidos: a interpretação da escola do que seja a escrita. Todos os pacientes passaram por uma educação formal, muito embora o nível de escolarização dos pacientes seja variado²⁰. Esses diferentes graus de escolarização interferem na forma de escrita. A influência da escola pode ser visualizada a partir da formalização que os pacientes dão aos seus escritos. Os textos

²⁰ Não nos é autorizado saber a escolaridade de cada paciente. Apenas nos foi informado que alguns cursaram apenas as séries finais do ensino fundamental, outros, o ensino médio e, por fim, alguns que chegaram a concluir ensino superior.

são fragmentos de narrativas, alguns têm a formatação de poesias, outros parecem crônicas. Os escritos podem ser acrósticos, trechos de diário, ensaios, cartas, pequenas notícias sobre eventos públicos, orações, etc. Alguns pacientes escrevem ficção, outros não ultrapassam o relato de fatos presenciados por eles. Há textos que são cópias de orações e de trechos de músicas. A mídia também influencia os textos dos pacientes, principalmente em relação ao tema apresentado nos textos: cotidiano, religião, futebol, política, etc.

Sendo o CAPS uma instituição de tratamento psíquico, os gestos de leitura que organizam o arquivo são da ordem da inscrição social do sujeito. Os textos produzidos pelos pacientes no Atelier têm a finalidade de dar condições para o sujeito se enunciar, ou seja, de permitir a recuperação ou a retomada do uso da palavra: “No Atelier, vemos ressurgir a possibilidade de se expressar tão avassaladoramente destruída ou apagada em alguns sujeitos” (Trevisan, 2007, p. 189). O gesto de leitura que organiza esse material consiste em agrupar os textos pelos indivíduos que os escreveram

A escrita, na clínica de doença mental, possui também a função de socializar o paciente: “A escrita num espaço coletivo faz certa mediação das relações entre os frequentadores” (Trevisan, 2007, p. 184). A ação de escrever e ler seus escritos para o grupo permite que os pacientes troquem experiências e sentidos. No final de cada leitura, as coordenadoras estimulam a discussão a respeito do tema tratado no texto. É nessa organização da atividade de escrita que podemos ver mais um gesto de leitura promovido pela instituição CAPS.

A transformação desse arquivo de sessão terapêutica em arquivo para estudos da linguagem ocorre, num primeiro momento, pelo deslocamento de finalidade do arquivo. Se, na oficina, o texto é um meio de dar condições para o sujeito se enunciar, nos estudos da linguagem analisamos o funcionamento do discurso dessa forma de constituição subjetiva: a psicose.

Para tanto, filiamo-nos a uma noção de língua que não é transparente, que é afetada pela ideologia, a fim de percebermos os movimentos do equívoco e do assujeitamento nos textos examinados. Outro gesto de leitura para a apropriação desse arquivo é a análise dos textos tendo como embasamento noções como *texto*, *textualidade*, *autoria*, *coesão*, *coerência*, *consistência* e *pontuação*, tal como formuladas pela teoria da Análise do Discurso.

Os textos do arquivo não serão agrupados por autores, pois não analisaremos a evolução dos pacientes. Estudaremos o funcionamento discursivo de um lugar sócio-discursivo que é a psicose. O que regerá o agrupamento dos textos em nosso arquivo são dispositivos de arquivo (Guilhaumou e Maldidier, 1997). Ou seja, os textos serão reunidos a partir de elementos significantes que permitem a visualização do funcionamento do discurso do psicótico.

Os *dispositivos de arquivo*, no caso em tela, consistem na irrupção do real no texto dos pacientes. Examinaremos os tangenciamentos do real a partir de marcas lingüísticas: *nomeação, semelhanças formais entre palavras*.

Como nos ensina Orlandi (2005), a pontuação administra o equívoco na língua, na medida em que cria a ilusão de homogeneidade e de completude do dizer. Dessa forma, a pontuação será também considerada como um dispositivo de arquivo, pois analisaremos como sua presença e/ou sua ausência interferem na irrupção do real.

Outro dispositivo de arquivo é a compreensão de *como* ocorre o efeito de autoria na psicose. Num primeiro momento, estudaremos o *efeito de autoria* como o *represamento do interdiscurso* e o *estancamento do real*. Num segundo momento, a autoria será examinada como um ato de *inscrição* e de “*escrção*”.

Esses gestos de leitura permitem a desconstrução de um arquivo pertencente ao discurso da medicina e a apropriação desses textos como objeto de análise no âmbito dos estudos da linguagem, pois são gestos que retiram esse arquivo de um paradigma epistemológico das ciências naturais e o deslocam para as ciências humanas e, mais especificamente, para os estudos da linguagem. São gestos afetados pela ideologia que perpassam esse último paradigma, pois a neutralidade é da ordem do impossível.

Passaremos a seguir para a análise de nosso arquivo. Nessa primeira análise, examinaremos a *irrupção do real* e o funcionamento discursivo subjacente ao *efeito desse não-sentido*. Para tanto, iniciaremos o capítulo estudando a relação entre real e psicose.

4. INJUNÇÃO DO REAL NA ESCRITA DO PSICÓTICO

4.1 REAL COMO REALIDADE NA PSICOSE

Trataremos, nesse capítulo, de outra face do real, aquela que está relacionada com a questão do delírio e da alucinação na psicose. Para isso, primeiramente estudaremos como se constitui a realidade na psicose.

Em “A perda da realidade na neurose e na psicose” (1924), Freud mostra que, na psicose, a fuga inicial da realidade é sucedida por sua remodelagem por meio do delírio. Sobre os restos da antiga relação que o *ego* estabelecia com a realidade, o delírio é executado: “os traços de memória, as idéias e os julgamentos anteriores derivados da realidade e através dos quais a realidade foi representada na mente [do paciente psicótico]” (idem, p. 207).

As alucinações sustentam a realidade criada pelo ego, pois fornecem uma confirmação de sua existência. O delírio é visto por Freud como uma tentativa espontânea de cura por parte do paciente, pois tem a função de restaurar a realidade perdida. Podemos ver o reflexo dessa construção da realidade em relação à linguagem no seguinte exemplo retirado de “Inconsciente” (Freud, 1915):

Uma paciente de Tausk, uma moça levada à clínica após uma discussão com o amante, queixou-se de que seus olhos não estavam direitos, estavam tortos. Ela mesma explicou o fato, apresentando, em linguagem coerente, uma série de acusações contra o amante. “De forma alguma ela conseguia compreendê-lo, a cada vez ele parecia diferente; era hipócrita, um entortador de olhos²¹, ele tinha entortado os olhos dela; agora ela tinha olhos tortos; não eram mais os olhos dela; agora via o mundo com olhos diferentes”. (idem, p. 202).

Segundo o autor, o esquizofrênico “trata as coisas concretas como se fossem abstratas” (Freud, 1915, p. 208). Podemos ver isso no exemplo acima, em que um

²¹ O termo alemão *Augenverdreher* tem o sentido figurado de enganador (nota do texto citado).

elemento concreto, “olhos tortos”, não procede, pois a paciente esquizofrênica, apesar de acreditar que realmente tinha olhos tortos, não possuía nenhum problema neles. Freud (1915) acredita que o sintagma “olhos tortos” é tratado abstratamente, porque não está relacionado àquilo que denomina, mas à característica atribuída ao amante da paciente, que se manifestaria de forma alucinatória na paciente.

Para Lacan, a psicose ocorre por um acidente na estruturação da linguagem, ocorrido devido ao fracasso do psicótico em atravessar os momentos lógicos do Édipo, que são os momentos da constituição do sujeito a partir de uma estruturação simbólica. Dessa forma, “na psicose, [...] é realmente a própria realidade que é em primeiro lugar provida de um buraco, que o mundo fantástico virá em seguida cumular” (Lacan, 1988 [1955], p. 56-57).

Como na psicose a clivagem não ocorreu, o inconsciente está a “céu aberto”: “inconsciente é algo que fala no sujeito, além do sujeito, e mesmo quando o sujeito não o sabe, e diz sobre isso mais que do que crê. [...] nas psicoses é isso que fala” (Lacan, 1988 [1955], p. 52). Há uma distinção de como o inconsciente fala na neurose e na psicose, como podemos ver no seguinte trecho: “o psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto. O neurótico também é uma testemunha da existência do inconsciente, ele dá um testemunho encoberto que é preciso cifrar” (idem, p. 153). O delírio está na dependência do inconsciente (idem, p. 139). A alucinação é o aparecimento no real daquilo que “foi rejeitado no simbólico” (idem, p. 57).

Quinet (2003, p. 54) nos ensina os passos que desembocam no surgimento do delírio. Antes do surto, o psicótico sustenta a realidade através de “bengalas” imaginárias. Durante o surto, o imaginário se dissolve, destruindo todo o saber que o psicótico pré-surto possuía para se sustentar precariamente no simbólico. Posteriormente, há uma recomposição de uma realidade sustentada pelo delírio, que é uma restauração do imaginário. Nesse momento, acontece também um remanejamento na cadeia significante. Podemos ver isso na fala dos pacientes: neologismos, alterações sintáticas, etc. Lacan enfatiza a relação entre delírio e linguagem: “o delírio de Schreber é à sua maneira um modo de relação do sujeito com o conjunto da linguagem” (Lacan, 1988, p. 145).

Nas análises, veremos como ocorre a irrupção do real nos textos dos pacientes. Num primeiro momento, veremos como esse real interfere no ato de nomeação. Após, estudaremos como ele irrompe a partir de uma semelhança entre palavras.

4.2 A IRRUPÇÃO DO REAL NO SIGNO

4.2.1 A IRRUPÇÃO DO REAL PELO ATO DE NOMEAÇÃO

Analisaremos um ato de nomeação produzido pelo paciente V²² no texto A.

TEXTO A

NICOTINA E DOPAMINA

NICOTINA É MUITO ENCONTRADA NO FUMO

DOPAMINA SUBSTANCIA DOS MANIFEROS ~~EN~~ TÂMBEM ENCONTRADA

NO LEITE

AO SE MISTURAR ESTAS SUBSTANCIAS NICOTINA PELO ATO DO

TABAGISMO E A DOPAMINA PELO ATO DE EXERCICIOS FISICOS.

VOCÊ ACABA ENCONTRANDO UMA NOVA SUBSTANCIA, É O ÁCIDO

BUROCRATICO. AINDA NÃO SE SABE QUAL É O PIOR O ACIDO OU

A BUROCRACIA OS DOIS ELEMENTOS DESTA FORMULA EM EXESSO

OU O SEU USO FREQUENTE LEVAM A MORTE. A MUITOS ANOS

VEMOS NOS AVISOS “CUIDADO ÁCIDO”

V. 16/08/2006

Há, no texto A, um efeito de verossimilhança em sua construção formal. Inicialmente, ele imita um texto científico/pedagógico, e, após a nomeação da substância, ácido burocrático, mimetiza uma crônica humorística. A intertextualidade

²² Os textos de V serão escritos em letra maiúscula porque o autor escreve em letra de forma.

que se estabelece com esses dois tipos de texto produz um *efeito de familiaridade*²³ quanto à forma.

Esse efeito conduz o leitor a supor que o texto trata dos malefícios do fumo (o paciente estava freqüentando um grupo para quem deseja parar de fumar) que falha ao nomear a substância que deriva da mistura da dopamina e da nicotina, na medida em que não é aceitável que o nome do ácido seja burocrático - apesar de não ser questionável, para um leigo em química, que a substância resultante desses dois elementos químicos possa ser um ácido. Uma das possibilidades de explicação para o erro do nome do ácido seria que o nome do ácido a que o paciente está se referindo fosse parecido com “burocrático”.

O texto A também pode ser compreendido como uma tentativa de produção de humor, que surgiria exatamente na nomeação do ácido. Ou seja, o autor teria produzido um texto inicialmente de caráter aparentemente científico/pedagógico para romper com essa estrutura no momento em que nomeia uma substância maléfica para o indivíduo: a burocracia em forma de ácido, como podemos ver abaixo:

ainda não se sabe qual é o pior o ácido ou a burocracia

A informação de que o paciente freqüentava um grupo antitabagismo (que é a informação de seus leitores imediatos: as coordenadoras do Atelier e seus colegas de grupo terapêutico) faz com que dificilmente leitores leigos contestassem os dados científicos evocados pelo paciente no texto. Porém, essas informações não condizem totalmente com a realidade.

Apenas a referência à nicotina é verdadeira. A dopamina não é encontrada no leite nem ativada pelo exercício físico. Trata-se de um “neurotransmissor que é diretamente responsável pela mediação da resposta de prazer”²⁴. Há realmente uma

²³ *Efeito de familiaridade* é um efeito que constatamos em nossa dissertação, Borba (2006). Ele também é uma categoria de análise, porque permite o reconhecimento de fragmentos de outros discursos no dizer do psicótico. Esse efeito nos permite entrar no discurso do psicótico e estudar seu funcionamento.

²⁴http://www.geocities.com/qpn_nicotina/metabolismo

relação entre dopamina e nicotina, mas não aquela descrita pelo paciente, e sim porque a segunda substância desencadeia a primeira²⁵.

Na segunda possibilidade de leitura do texto A (trata-se de uma crônica humorística), a expressão “ácido burocrático” seria uma crítica social que quer produzir um efeito humorístico. Porém, esse tipo de classificação para tal texto traria duas conseqüências. A primeira seria a redução da complexidade desse escrito quanto a sua particularidade de estar organizado a partir de outra constituição subjetiva, a psicótica. A segunda conseqüência seria uma necessária imposição de correção do texto, a partir da supressão de “erros” que o paciente tenha cometido que não lhe permitiram realizá-lo plenamente.

Lacan, no seminário III, ao refletir a respeito do livro “Memórias de um doente dos nervos”, de Schreber, afirma que

se ele é com certeza um escritor, não é um poeta. Schreber não nos introduz numa dimensão nova da experiência. Há poesia toda vez que um escritor nos introduz num mundo diferente do nosso, e, ao nos dar a presença de um ser, de uma certa relação fundamental, faz com que ela se torne também nossa (Lacan, 1988, p. 94).

Nessa passagem, Lacan está refletindo sobre o efeito, que ocorre na literatura, de simultâneo compartilhamento de significados e estabelecimento de novos sentidos. O autor resume a compreensão psicanalítica da produção literária da seguinte forma: “A poesia é criação de um sujeito assumindo uma nova ordem de relação simbólica com o mundo” (idem, p. 94).

O psicanalista, ao comparar a obra do literato e o testemunho do psicótico, nos mostra que não é a total falta de compreensibilidade do texto do segundo que o diferencia do primeiro: “Que vamos, pois, dizer afinal de contas sobre o delirante? Estará ele só? Não é tampouco o sentimento que temos, pois que ele é habitado certamente por todas as espécies de existências improváveis, mas cujo caráter significativo é certo” (idem, p. 94). O que diferencia esses dois escritos é que o texto do psicótico é “de alguma maneira vazio dele próprio” (idem, p. 94), ou seja, só há

²⁵ idem nota anterior

passividade nessa produção, “ele é violado, manipulado, transformado, falado de todas as maneiras, é, eu diria, tagarelado” (idem, p. 94). Sendo assim, o psicótico é povoado pelos significados por ele transmitidos, não assumindo um papel de criador de uma nova ordem simbólica. Podemos compreender melhor essa idéia de passividade da psicose no seguinte trecho: “O psicótico, no sentido em que ele é [...] testemunha aberta [do inconsciente], parece fixado, imobilizado, numa posição que o coloca sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros” (idem, p. 153).

Não partiremos das possíveis leituras do texto A (uma tentativa de redigir um relato antitabagista ou de fazer uma crônica humorística) para realizarmos nossa análise. Queremos, a partir do embate entre ideologia (através da manipulação dos sentidos pré-construídos que há no texto A) e inconsciente, compreender o funcionamento da língua. Por ser um recorte afetado tanto pela ideologia como pelo inconsciente, trata-se de um objeto privilegiado para a observação do real da língua.

O primeiro passo de nossa análise será recuperar no texto momentos em que houve um afastamento de um sentido pré-construído que deveria ter sido utilizado, por causa da evocação de termos técnicos, para, após, recuperar, se possível, os sentidos que estão sendo mobilizados no texto.

Abaixo, estão os deslocamentos que ocorreram no texto A:

DOPAMINA SUBSTANCIA DOS MANIFEROS ~~EN~~ TÂMBEM
ENCONTRADA NO LEITE

A DOPAMINA PELO ATO DE EXERCICIOS FISICOS

AO SE MISTURAR ESTAS SUBSTANCIAS (.) VOCÊ ACABA
ENCONTRANDO NA NOVA SUBSTANCIA, É O ÁCIDO BUROCRATICO.

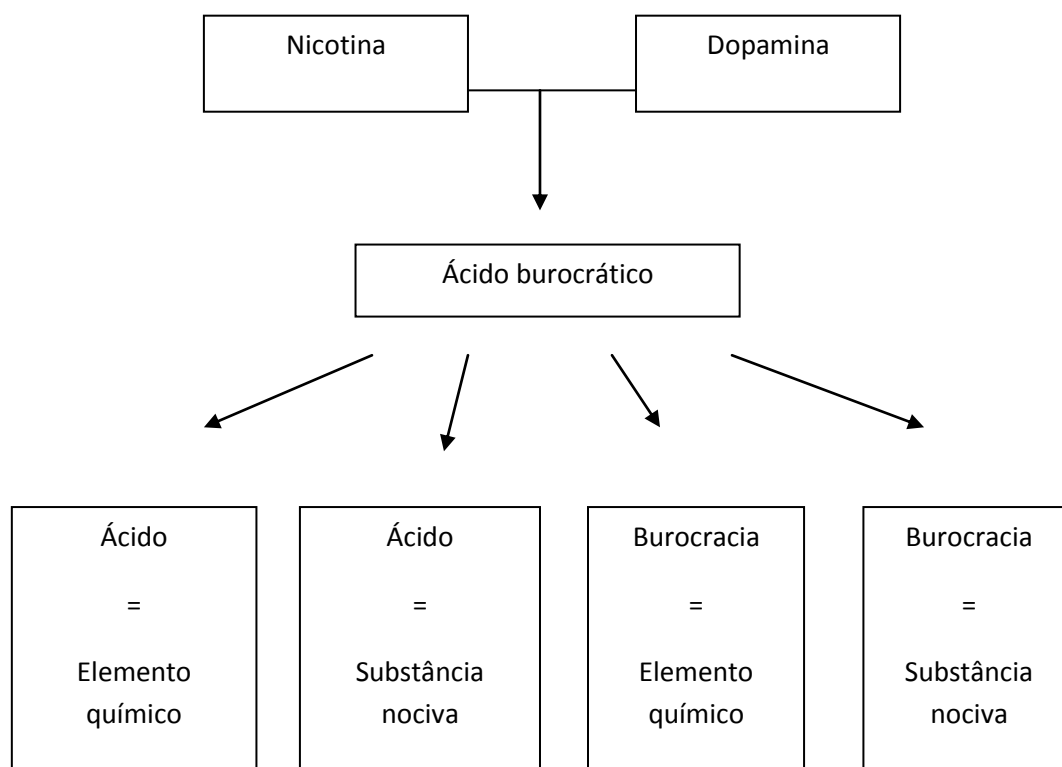
OS DOIS ELEMENTOS DESTA FORMULA EM EXESSO OU O SEU USO
FREQUENTE LEVAM A MORTE.

“CUIDADO ÁCIDO”

O paciente, pelo fato de ter freqüentado reuniões contra o tabagismo, teve acesso ao discurso científico / pedagógico do qual os pré-construídos utilizados nessas reuniões fazem parte. Porém, apesar de o paciente se apossar da forma como esse tipo de texto é apresentado e também da nomenclatura utilizada nesse discurso, esses pré-construídos não foram retomados no texto. Ou seja, o texto do paciente é o resultado de um deslocamento de um possível texto antitabagista. O deslocamento possui um ponto de partida, que é o discurso científico / pedagógico. Porém, esse deslocamento em sua deriva não aporta em um sentido socialmente compartilhado, ou seja, regido por uma formação discursiva. Não há um deslocamento que realize o movimento completo, isto é, que saia de um discurso para chegar a outro. Por isso, podemos dizer que os deslocamentos ocorridos no texto A não derivam em sentidos, mas mantêm os sentidos à deriva, criando-se assim uma impossibilidade de significação.

Iremos nos deter agora na análise do ato de nomeação que ocorre em “ácido burocrático”.

Ilustração 5: Nomeação do Ácido burocrático.



O termo “Ácido burocrático” se apresenta no texto como a nomeação do resultado do encontro entre duas substâncias, a dopamina e a nicotina. Porém, se há, no discurso científico, um nome para essa mistura, não é de fácil acesso a leigos (fizemos uma considerável pesquisa pela Internet e não encontramos um nome para essa reação química) e essa nomenclatura não estaria relacionada nem a ácido nem a burocracia.

A inauguração dessa mistura, que é feita pelo paciente, dá-se por uma nomenclatura inviável, porque, ao mesmo tempo em que impossibilita a compreensão do que ocorreu, também é um nome inverossímil. Tampouco é um ato de nomeação metafórico, na medida em que a metáfora é um momento de trânsito entre sentidos, e o que ocorre nessa nomeação é um esvaziamento dos sentidos. Se o primeiro elemento do nome, a palavra “ácido”, ainda carrega consigo o sentido de elemento químico, a projeção que isso estabeleceria com o próximo elemento do nome é rompida com o termo “burocrático”, produzindo assim um efeito de não sentido para o termo. O pré-construído “burocracia” não encontra nenhum eco no texto, apenas é evocado pela insistência de um efeito de leitura específico, o da crônica humorística.

“Ácido Burocrático” é um ato de nomeação do real, e não o encontro entre a dopamina e a nicotina. Essa reação química, que pode ter sido mencionada no grupo antitabagismo freqüentado pelo paciente, é o estopim para vários deslocamentos que resultam em sentidos à deriva, desembocando finalmente nessa nomeação. O real a que o paciente se refere não pode ser simbolizado. Dessa forma, “ácido burocrático” nomeia essa impossibilidade de nomeação.

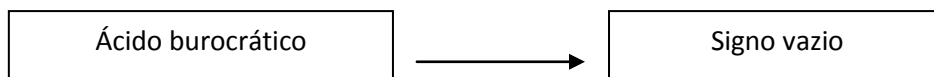
Podemos concluir que um dos funcionamentos da língua nessa tentativa de nomear o real é o esvaziamento dos signos. Como essa nomeação não consegue inserir-se em nenhuma formação discursiva, pelo fato de nenhum pré-construído poder traduzir o real, o signo se esvazia. O funcionamento utilizado para realizar esse ato de nomeação é muito similar àquele realizado em uma situação normal. Ou seja, há, na organização da língua, a previsão desse tipo de funcionamento:

A fuga dos enunciados, as brechas e deslizos que eles manifestam não devem ser imputados a enganos dos locutores, ou falhas de desempenho no domínio da língua; mas, sim, a um traço próprio à organização

singular, que não exclui nem rejeita o que escapa a suas próprias leis de formação (Leandro-Ferreira, 2000, p. 95).

O esquema abaixo mostra a relação que se estabelece na nomeação do real.

Ilustração 6: Nomeação do real.



No texto A, o ato de nomeação do real gerou um signo vazio, ou seja, no deslocamento, o signo não se acomodou em nenhuma formação discursiva na qual pudesse receber sentido. A irrupção do real não ocorre de forma isolada no texto. É algo que vai se construindo até chegar ao ápice, que é o signo vazio. O esvaziamento do signo é um mecanismo de resistência da língua perante o inominável. Essa resistência produz sentidos à deriva.

Prosseguiremos a análise tentando compreender outras formas de irrupção do real.

4.2.2 A IRRUPÇÃO DO REAL A PARTIR DAS SEMELHANÇAS DAS PALAVRAS

Analisaremos os efeitos de sentidos na semelhança entre palavras que se estabelecem no texto C do autor V. Para isso, usaremos o texto B do mesmo autor, produzido uma semana antes, para compreendemos melhor as condições de produção do texto C.

Texto B

MANTEIGA E SHAMPOO

UMA MULHER, HÁ 4 ANOS ATRÁS FOI PRESA E FOI PARA O PRESÍDIO CUMPRIR SUA PENA DE 4 ANOS POR TER ROUBADO UM SHAMPOO NO PRESIDIO FICOU COM TRAUMAS E LHE FURARAM UM DOS OLHOS QUE FICOU SEGA. HÁ +- UMA SEMANA OUTRA MULHER FOI PRESA POR TER ROUBADO UMA LATA DE MANTEIGA. NO PRESÍDIO A MULHER VAI FICAR POR ENQUANTO 120 DIAS.

SERÁ QUE NÃO A PUNIÇÃO MELHOR OU MAIS ADEQUADA PARA ESTES TIPOS DE CRIME.

“O CRIME NÃO COMPENSA”

22/03/2006 V.

Texto C

A MANTEIGA

SEMANA PASSADA SOLTARAM A MULHER QUE TINHA ROUBADO UMA LATA DE MANTEGA. NO DIA DE ONTEM UM NOVO MINISTRO

TOMOU POSE POR ESCANDALOS ENVOLVENDO O GOVERNO, E
ESTE NOVO MINISTRO NO ACASO TEM O SOBRENOME
MANTEGA

A VIDA CONTINUA, MAIS O PREÇO DA
MANTEGA TÁ UM HORROR, DE TÃO CARA.

V.

29/03/2006.

A análise se desenvolverá da seguinte forma: em primeiro lugar, estudaremos como ocorre o atravessamento ideológico nos textos B e C; após, analisaremos quais são as marcas do atravessamento do inconsciente presentes no texto C. Finalmente, examinaremos como ideologia e inconsciente se cruzam no segundo texto, permitindo assim a irrupção do real no texto.

O atravessamento da ideologia ocorre a partir dos sentidos mobilizados no texto, ou seja, o paciente está assujeitado a sentidos que marcam um posicionamento ideológico. Podemos observar isso pelo fato de o paciente se perguntar se não haveria uma solução mais adequada para punir quem rouba manteiga, ao invés de dizer que todo delito deve ser severamente punido para que o criminoso não volte a cometer o mesmo erro. Outro exemplo é a presença do pré-construído “o crime não compensa”, que poderia ter sido substituído por outro, “o crime deve ser bem feito para que o criminoso não seja punido”. Ou seja, ao utilizar uma determinada formulação, o paciente optou por mobilizar determinados sentidos, ao invés de outros. Isso demonstra que o paciente está afetado pelo interdiscurso e por uma determinada formação discursiva.

A marca do atravessamento do inconsciente está nos processos metonímico e metafórico, como são concebidos na teoria lacaniana, que ocorrem no texto C e formam novos signos. Mostraremos esses dois processos no esquema formulado por Dor (1989). Primeiramente, trataremos da metáfora e após da metonímia.

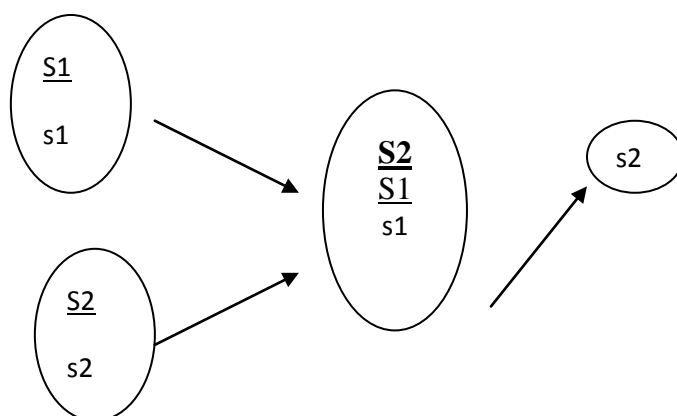
Na metáfora, ocorre uma substituição: o S1/s1 passa pela barra de significação, transformando-se, assim, em significado de S2. É preciso ressaltar que o significado

associado ao significante substitutivo S2 é um signo S1/s1, caso contrário, teríamos um signo e não uma metáfora.

Esquema da metáfora, formulado por Dor (1989, p. 43):

<u>S1</u>	<u>imagem acústica: “Psicanálise”</u>
s1	conceito de Psicanálise

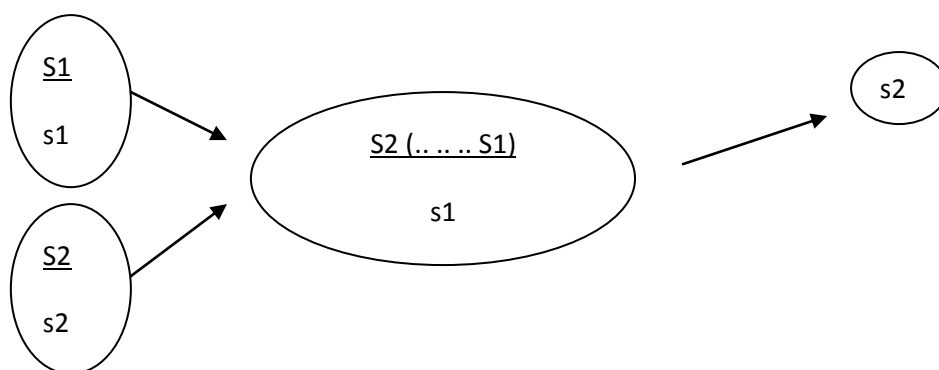
<u>S2</u>	<u>imagem acústica: “peste”</u>
s2	conceito de peste



A metonímia é uma transferência de denominação em que há uma conexão entre a palavra substituta e a substituída. Utilizaremos, novamente, o exemplo proposto por Dor (1989, p. 47), que está esquematizado na figura abaixo:

<u>S1</u>	<u>imagem acústica: “análise”</u>
s1	idéia de estar em análise

<u>S2</u>	<u>imagem acústica: “divã”</u>
s2	idéia de divã



No texto C, há um processo metonímico entre os significantes manteiga e Mantega. A associação entre esses elementos ocorrem no nível do inconsciente, muito possivelmente pela sua semelhança formal. Esse processo resulta no signo²⁶ X. O sentido vinculado a esse novo signo X é o de alimento, enquanto o de ministro é excluído, mas fica latente.

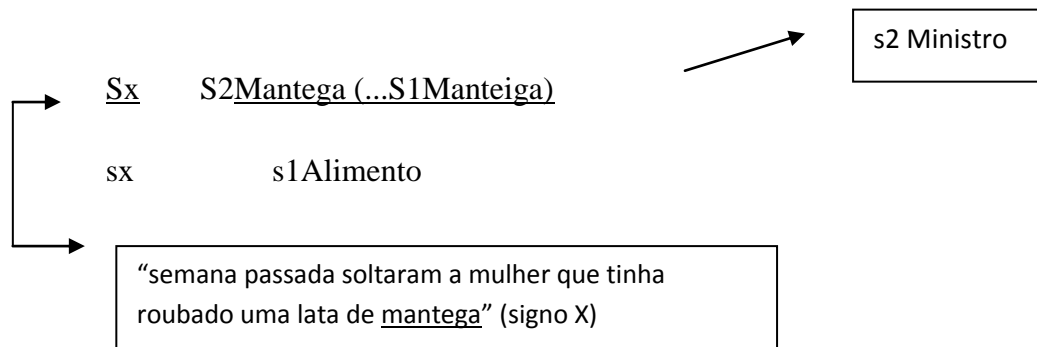
Ilustração 7: Metonímia no texto C:

Signos:

<u>S1 Manteiga</u>	<u>S2 Mantega</u>
s1 alimento manteiga	s2 Ministro Mantega

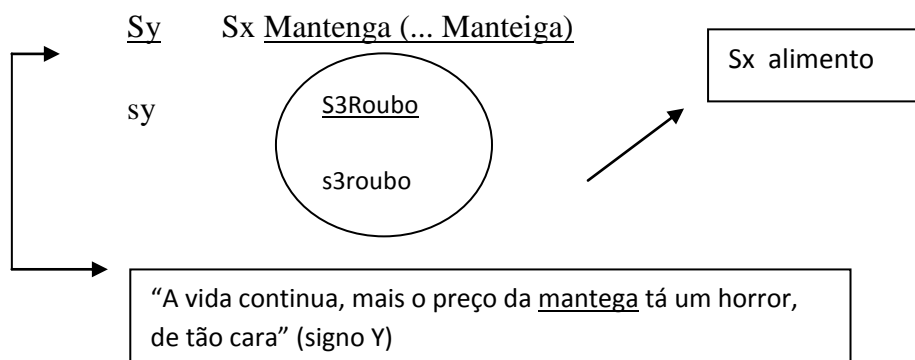
Esquema da metonímia ocorrida no texto C:

²⁶ Na Análise do Discurso, o termo signo não é muito utilizado. Os analistas dão preferência para as noções de significante e enunciado porque expressam a questão da pluralidade dos sentidos resultante da compreensão ideológica dos sentidos. Porém, não significa que a noção de signo seja incompatível com a teoria em tela. Quando lançamos mão da noção de signo na Análise do Discurso, ele deve ser compreendido como um funcionamento discursivo efêmero, como uma percepção de um momento em que o significante se une a um significado. É necessário ressaltar que o signo está sempre vinculado a uma formação discursiva e também que no interdiscurso é impossível a concepção de signos, porque o interdiscurso é a instância da pluralidade dos sentidos.



Também podemos visualizar uma metáfora no signo X, que é o resultado de um processo metonímico, e o signo 3, roubo (esse signo é evocado tanto na política quanto no caso do roubo da manteiga), formando assim o signo Y. Ou seja, os signos S1 (manteiga) S2 (Manteiga) e S3 (roubo) se romperam para formar o signo X e o signo Y.

Ilustração 8: Metáfora no texto C:



Vimos como ocorre o atravessamento tanto do inconsciente quanto da ideologia no texto. Haveria um cruzamento desses sistemas na produção discursiva ou eles são apenas processos isolados que se desenrolam no discurso? Acreditamos que esse cruzamento pode ser visualizado, no texto C, a partir de uma tensão entre esses dois sistemas, provocada pelas condições de produção do texto.

As condições de produção do texto são o contexto imediato (o texto está sendo produzido num grupo terapêutico de uma instituição pública de saúde em que é

solicitado aos pacientes que se escreva sobre fatos cotidianos) e o sócio-histórico, que iremos dividir em acontecimentos recentes (a prisão de uma mulher que havia roubado um pote de manteiga e a posse de Guido Mantega à frente do Ministério da Fazenda devido à crise política envolvendo Antônio Palocci) e pré-construídos que fazem parte do imaginário social brasileiro (“no Brasil só se prende ladrão de galinha” e “os políticos são todos ladrões”).

Essas condições de produção estão vinculadas a um nicho de saberes que são por elas determinados. Porém, na presente análise, vamos nos restringir a três signos, S1 (manteiga), S2 (Mantega) e S3 (roubo)²⁷, porque são esses que sofreram os processos de condensação e de deslocamento, conforme são compreendidas na teoria lacaniana, no texto C. O inconsciente possui regras que lhe são próprias, “regras muito precisas sobre as quais o eu ou *self* não possui qualquer tipo de controle” (FINK, 1998, P. 26) e que estão relacionadas à cadeia de significante e não ao significado. Lacan estabelece a relação entre a linguagem e o inconsciente ao afirmar que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”. O processo que ocorreu entre esses três signos foi um processo semelhante ao da linguagem, mas no nível do inconsciente. Observaremos o exemplo que nos dá o psicanalista Fink (1998) para percebermos a semelhança entre o processo explicado pelo autor e o que percebemos no texto C. No seguinte trecho, Fink comenta a utilização, pelo paciente, da palavra *schnob*, junção de *job* e *snob*:

job (emprego) e *snob* (esnobe) estão relacionados porque contêm um certo número de fonemas e letras idênticas, os blocos básicos de construção da fala e da escrita, respectivamente. Portanto, essas palavras podem estar associadas no inconsciente, mesmo que não estejam associadas conscientemente pelo indivíduo cujo inconsciente estamos analisando. (idem, p. 25)

A semelhança entre os significantes *manteiga* e *Mantega* faz com que haja inicialmente um processo metonímico. A mesma condição de produção que os trouxe à tona também mobilizou o signo roubo, produzindo, assim, uma metáfora entre o

²⁷ Gostaríamos de esclarecer que não estamos pensando o signo a partir da perspectiva da literalidade. Porém, não nos aprofundaremos na constituição discursiva dos signos citados, apenas pressuporemos que eles passaram pelos filtros das formações discursivas que afetam o paciente.

signo que sofreu uma metonímia e o signo roubo. A metáfora e a metonímia, observadas no texto C, são resultados das regras do inconsciente, que são sensíveis à semelhança formal dos significantes.

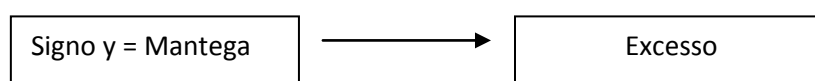
No texto C, esses processos ocorreram a partir tanto de uma lógica formal do inconsciente, quanto de um processo discursivo que aproximou as palavras manteiga e Mantega numa determinada condição de produção. A ocorrência, em um curto espaço de tempo, do roubo de um pote de manteiga e a posse um ministro da Fazenda cujo sobrenome possui grafia parecida com o nome do alimento, foi um acaso formal, como é explicitado pelo próprio paciente:

este novo ministro no acaso tem o sobrenome Mantega

Porém, os efeitos de sentido provocados pela substituição da palavra Mantega pela palavra manteiga na última afirmação do paciente não ocorrem por acaso - “o preço da manteiga tá um horror de tão caro”. Esses efeitos estão se apoiando em pré-construídos, como “os políticos são ladrões”, “os políticos roubam tanto que são caros para sociedade”, “o povo brasileiro sofre com os roubos dos políticos”, etc. Ou seja, a visualização do signo Y, que resulta da metáfora entre o signo X e o signo roubo, só foi possível pelo trabalho teórico de opacificação das condições de produção do texto e do assujeitamento ideológico que afeta o paciente.

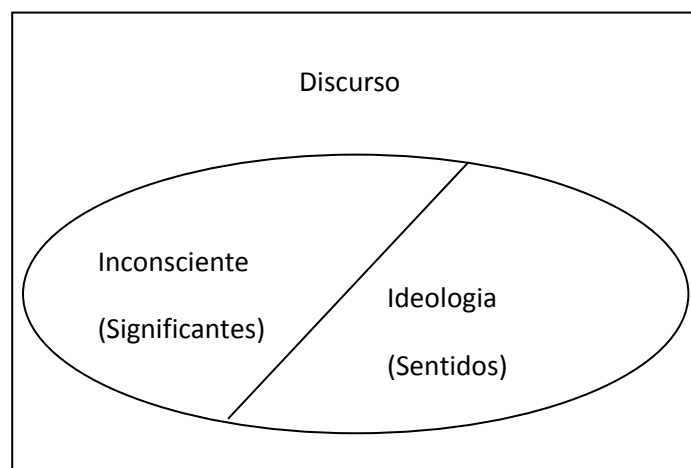
O signo Y se constitui em um excesso, provocado pelo cruzamento entre a ideologia e o inconsciente. Esse excesso é uma marca de resistência da língua perante o real que surge pela coincidência entre os acontecimentos da posse do ministro e o roubo do alimento, tal como o funcionamento de esvaziamento do signo ocorrido pelo ato de nomeação. No texto C, podemos observar o funcionamento da língua perante a tensão entre inconsciente e ideologia, que provoca o equívoco pelas semelhanças das palavras.

Ilustração 9: Irrupção do real pela semelhança das palavras.



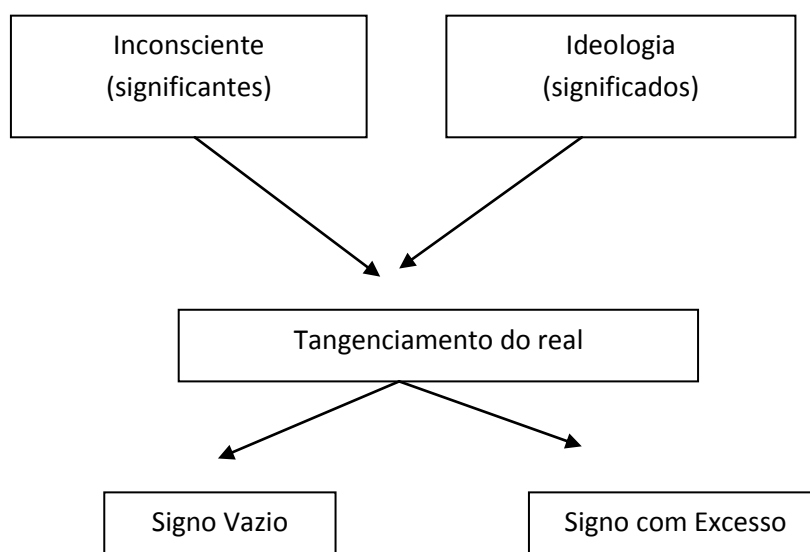
Sendo a ideologia vinculada ao sentido e o inconsciente ao significante, esses dois sistemas, ao se cruzarem, podem ser entendidos como as duas faces da mesma moeda nos processos discursivos, como podemos observar no texto C.

Ilustração 10: Relação do inconsciente e da ideologia no discurso.



A irrupção do real nos textos analisados resultou num esvaziamento ou excesso nos signos. A seguir, diagrama que mostra essa relação:

Ilustração 11: Relação inconsciente e ideologia no tangenciamento do real.



A irrupção do real na língua provoca funcionamentos atípicos no nível lingüístico. No caso da irrupção pelo ato da nomeação e pela semelhança das palavras, percebemos que o signo ou esvazia ou excede sua capacidade. Essas diferentes formas de constituição do signo lingüístico ocorrem no nível discursivo e inconsciente.

Apesar de serem atípicos os funcionamentos lingüísticos que descrevemos, por tratar de momentos raros de tangenciamento do real, gostaríamos de deixar claro que há, na organização da língua, a previsão desse funcionamento. Ou seja, o excesso ou o esvaziamento do signo não seria uma falha do sujeito falante, mas funcionamentos da língua ao se deparar com seus limites em relação ao processo de simbolização.

Na próxima seção, continuamos a análise da irrupção do real, porém pelo viés da pontuação.

4.3. A IRRUPÇÃO DO REAL NO SINTAGMA

4.3.1 A IRRUPÇÃO DO REAL E DO INTERDISCURSO PELO VIÉS DA PONTUAÇÃO

A pontuação é tratada nas gramáticas normativas ou como uma transcrição da fala, como em Bechara (2003) e Cunha (2001), ou como uma questão sintática, como em Almeida (1997).

Para Bechara (2003), o sinal de pontuação transcreve os aspectos melódicos e rítmicos da língua falada. Esses aspectos estão diretamente relacionados às questões sintáticas e semânticas da frase, como podemos observar no seguinte trecho:

Elas [as palavras e as orações] se organizam segundo princípios gerais de dependência e independência sintática e semântica, recobertos por unidades melódicas e rítmicas que sedimentam esses princípios. Proferidas as palavras e orações sem tais aspectos melódicos e rítmicos, o enunciado estaria prejudicado em sua função comunicativa. (Bechara, 2003, p. 606).

O autor propõe a seguinte classificação para a pontuação: separadores (vírgula, ponto e vírgula, ponto final, ponto de exclamação e reticências) e sinais de comunicação ou “mensagem” (dois pontos, aspas, travessão, parênteses, colchetes e chaves). É sugerida também a seguinte subdivisão: pausa conclusa (ponto, ponto e vírgula, pontos de interrogação e de exclamação e as reticências em função conclusa) e pausa inconclusa (vírgula, dois pontos, parênteses, travessão e colchete). A primeira classificação tenta separar a pontuação em pontos que organizariam internamente o texto ou que estariam relacionados à leitura. A segunda tenta compreender a função de todos os pontos na organização do texto. Essas classificações afastam o gramático da sua proposta inicial que é a de compreender a pontuação como transcrição da língua falada, na medida em que o ritmo e a melodia são partes constituintes do ato de comunicação.

As regras de utilização dos sinais de pontuação baseiam-se em três critérios. O primeiro tenta adaptar os sinais às entonações e melodias da língua falada: “Põe no final da oração enunciados com entonação interrogativa ou de incerteza” (idem, p. 607). O segundo critério é de caráter sintático: “para separar as orações adjetivas de valor explicativos” (idem, p. 609). E por último, critérios que não se baseiam em questões de linguagem, mas na impressão do gramático a respeito da sua observação do uso da pontuação: “para assinalar a irrupção de um seguimento natural das idéias” (idem, p. 610) e “num trecho longo” (idem, p. 611).

Para Cunha e Cintra (2001), a pontuação também é vista como um recurso da língua escrita para simular as nuances sonoras da língua falada. Ela reconstitui aproximadamente, como enfatizam os gramáticos, “o movimento vivo da elocução oral” (idem, p. 643). Nessa abordagem, há a compreensão da pontuação como um mecanismo falho, morto que não consegue desempenhar sua função plenamente, o de transcrever o ritmo e a melodia da língua falada.

O autor classifica a pontuação separando-a em dois grupos: os sinais que marcam pausa (ponto, vírgula e ponto e vírgula) e melodia e entonação (os demais sinais de pontuação). Apesar de definir a vírgula como “uma pausa de pequena duração” (idem, p. 644), baseia-se em questões sintáticas, para explicar sua função, sem relacioná-la à natureza rítmica do sinal: “Para separar elementos que exercem a mesma função sintática (sujeito composto, complementos, adjuntos), quando não vêm unidos pelas conjunções e, ou e nem” (idem, p. 644). As explicações que relacionam a vírgula a sua correspondente na fala, a pausa, estão a serviço da compreensão de questões sintáticas: “os termos essenciais e integrantes da oração ligam-se uns com os outros sem pausa; não podem, assim, ser separados por vírgula” (idem, p. 650). Observamos também que há uma indeterminação quando se trata de questões semânticas ou sonoras na compilação da função da vírgula proposta pelos gramáticos: “Quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los” (idem, p. 646).

A gramática de Napoleão Almeida (1997) é dividida em seções que tratam de fonética, de morfologia e de fonologia. O único assunto que não está dentro dessa divisão é a etimologia. A pontuação é compreendida como fazendo parte da sintaxe,

na medida em que é a “arte de dividir, por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima, e de mostrar do modo mais claro as relações que existem entre as partes” (idem, p. 570). O gramático se contrapõe à relação direta entre vírgula e pausa: “vezes há [...] em que separamos, na leitura ou em um discurso, o sujeito do verbo; outras, em que separamos o verbo do seu complemento, mas erro cometemos se graficamente representarmos tais pausas por vírgula” (idem, p. 570)

Nessa gramática, há divisão da pontuação em três classes: objetiva (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto final), subjetivas (ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências e parênteses) e distintivas (aspas, travessão, parágrafo, chaves, colchetes e asterisco). Podemos observar que, pelo fato de compreender a pontuação apenas como um fenômeno sintático, o gramático se exime da responsabilidade de explicar sintaticamente os sinais de pontuação subjetivos e distintivos, como podemos ver no seguinte trecho: “As reticências indicam interrupção ou suspensão do pensamento ou, ainda, hesitação ou desnecessidade de exprimi-lo” (idem, p. 579).

Percebemos nos gramáticos estudados que as questões cognitivas são utilizadas para preencher as lacunas que surgem a partir da compreensão da pontuação ou como transcrição da sonoridade da fala ou como um fenômeno sintático. Recorrer a um possível funcionamento do pensamento do indivíduo para explicar um sinal de pontuação é uma fuga da discussão dos limites das propostas teóricas dos gramáticos, e também é uma explicação reducionista do fenômeno da escrita, como podemos ver no trecho seguinte: “Machado de Assis era gago e isso influenciou psicologicamente no mecanismo mental do grande escritor, levando-o a produzir frases curtas, possíveis de serem pronunciadas no reduzido tempo de uma expiração, sem gaguejos” (Beltrão, 1989, p. 26). Não é possível compreender os efeitos de sentido que as frases curtas produzem na obra de Machado, apenas relacionando essa estrutura lingüística à gagueira do autor.

Em relação à divisão entre língua escrita e falada subjacente nas teorizações das gramáticas a respeito de pontuação, concordamos com Koch (2006), que dilui as fronteiras entre esses dois sistemas:

o que se verifica, na verdade, é que existem textos escritos que se situam, no contínuo, mais próximo da fala conversacional (bilhete, cartas familiares, textos de humor, por exemplo), ao passo que existem textos falados que mais se aproximam do pólo da escrita formal (conferências, entrevistas profissionais para altos cargos administrativos e outros) existindo, ainda, tipos mistos, além de muitos outros intermediários (idem, p. 44).

Porém, gostaríamos de ressaltar que, apesar desses dois sistemas poderem compartilhar características, trata-se de duas materialidades lingüísticas distintas. Acreditamos que a pontuação na escrita está a serviço de uma reorganização do discurso que advém do interdiscurso, tal como a própria questão rítmica e melódica da fala. Porém, as línguas escrita e falada possuem um funcionamento diferenciado devido às especificidades da materialidade à qual estão relacionadas.

Popin (1998) se opõe à idéia de prescrição da pontuação constituída pelas gramáticas: “La ponctuation [...] n’est pas absolument obligatoire: elle est seulement fréquente et réglementée. Par là elle échappe au concept de norme [...], et entre dans le domaine du standard, c’est-à-dire celui de la coutume [...], de l’usage et de la fréquence” (idem, p. 13). O autor nos apresenta uma percepção da pontuação diferente da dos gramáticos: não mais como lacunas a serem preenchidas para se escrever com correção, mas como signos que desempenham funções significativas, como os demais signos de uma frase: “le signe de ponctuation est fondamentalement symbolique, et qu’il demeure au plan des intentions et de la suggestion” (idem, p. 13).

Para Popin (1998, p. 9), a pontuação reconstitui o esquema enunciativo subjacente à produção do texto. Dessa forma, a ausência dessa sinalização produziria uma produção enunciativa singular a cada nova leitura: “le texte non ponctué fonctionnant en somme comme un canevas” (idem, p. 10). Para o autor, não pontuar sempre é um enfraquecimento do posicionamento autorial, porque se trata de uma transferência para o leitor do gesto de interpretação.

O autor nos ensina que pontuação não é um sistema coerente nem limitado na medida em que há uma variação em razão do tipo de texto e do meio a que ele está vinculado e também do estilo pessoal do autor. Há diferentes sinais de pontuação para cumprir uma mesma função e não há uma prescrição absoluta para a pontuação. Popin (1998) mostra que a pontuação é resultado de um processo criativo do autor que pode

resultar da manipulação ou deformação da utilização *standard* da pontuação: “ Si donc il n’y a pas de ponctuation innocente et que l’usage que nous en faisons dissimule plus ou moins une stratégie” (idem, p. 20).

O autor divide a pontuação em sistêmica e estilística. A sistêmica é aquela que as gramáticas tentam apreender em regras. A estilística ocorre quando um sinal de pontuação possui caráter não unívoco, não obrigatório e redundante. Popin (1998, p. 69) mostra que é uma questão de estilo quando o produtor do texto usa um sinal polivalente, pois o leitor é obrigado a escolher dentre as funções possíveis qual melhor se adapta ao contexto. Ou quando o produtor escolhe entre os vários sinais que são equivalentes, porém essa escolha não foi feita por caráter objetivo como frequência, modernidade. Ou quando não há no texto o uso de um sinal obrigatório. Ou quando o escrevente utiliza um sinal e não há motivações para isso. Ou quando há um uso impróprio do sinal ou também quando são utilizados diferentes sinais para mesma função (por exemplo, na utilização de aspas e itálico para se destacar falas no mesmo texto).

Tratando a pontuação não mais como prescrição, Popin (1998) reflete sobre a questão da correção da pontuação de um texto:

la ponctuation est libre, elle est donc variable, et elle donc varie, non seulement en fonction des individus et des styles individuels, mais également selon un bloc de translations historiques compactes, un peu comme un phénomène de mode, qui donne cependant l’illusion d’une évolution historique (idem, p. 65).

Desse modo, o autor chega a um impasse. Ou corrige o texto segundo critérios lógicos provenientes de uma pesquisa científica e, dessa forma, corre o risco de se alterar o sentido do texto. Ou não corrige e pode, assim, criar no texto zonas de não sentido ou de perturbações de leitura. Para fugir desse impasse, Popin (1998, p. 111) propõe ler a pontuação em cada texto como uma interpretação particular das estruturas fundamentais da pontuação.

Chacon (1998), a partir de uma perspectiva enunciativa, compreende a pontuação como uma das formas de estabelecimento do ritmo na linguagem. O ritmo,

na perspectiva desse autor, opera na construção da subjetividade: “O ritmo é subjetivo não no sentido de que ele reflete tais sentimentos e emoções, mas no sentido de que ele *lhes dá forma*” (idem, p. 31). O ritmo tem o papel de organizar o fluxo enunciativo: “o ritmo organiza o heterogêneo do discurso na atividade enunciativa” (idem, p. 39). O ritmo em Chacon (1998) não pode ser confundido com a métrica:

A regularidade métrica não possibilita explicar a alternância rítmica do sujeito na enunciação, já que, produzida pela ameaça e inscrição do outro, essa alternância ocorre entre aquelas estruturas lingüísticas que tentam colmatar a presença do outro em momentos não necessariamente regulares do fluxo do discurso. A não-regularidade da presença do outro produz, portanto, na cadeia discursiva, unidades rítmicas (correlativas às formas de colmatação) de estrutura e extensão variadas e variáveis, diretamente vinculadas à produção do sentido no discurso – aspecto da linguagem que a métrica também exclui (idem, p. 39)

Os sinais de pontuação são vestígios do ritmo na escrita. Tanto o ritmo quanto a pontuação operam na organização das várias dimensões da linguagem, ou seja, nas dimensões semântica, sintática, fonológica, pragmática, discursiva e outras. Dessa forma, o autor nos mostra que “Uma unidade rítmica revela [...] uma integralização de diferentes dimensões da linguagem estabelecida pelo sujeito em sua atividade enunciativa” (idem, p. 210)

Para Chacon (1998), a pontuação está relacionada diretamente ao processo enunciativo: “As diferentes maneiras pelas quais se enuncia determinam a pontuação, o que se pode comprovar pelas mudanças nas formas de se pontuar advindas de mudanças de concepção das próprias formas de se organizarem as construções lingüísticas” (idem, p. 129). Podemos perceber que as diferentes maneiras de organizar a heterogeneidade do discurso refletem nas diferentes maneiras que se pode pontuar um texto. O autor percebe a pontuação como “embreadores”:

como os atos enunciativos são instâncias de subjetividade da linguagem, a atualização desses “embreadores” é única a cada vez já que determinada por relações específicas entre interlocutores, tempo e espaço característicos das situações nas quais se desenvolve a enunciação (idem, p. 131)

A pontuação também é vista como demarcação da alteridade:

as partes que se pontuam [...] seriam exatamente aquelas partes que são sentidas pelo sujeito escrevente como estranhas ao fluxo de seu dizer e que, a nosso ver, corresponderiam à demarcação de intromissão do outro na continuidade da escrita do sujeito escrevente (idem, p. 141)

As unidades rítmicas são construídas pelo jogo de unidade e alteridade, fazendo com que o escrevente, no processo dialógico de construção do ritmo do texto, “vá construindo sua subjetividade ao reconhecer formas possíveis de diálogos e confrontá-las com possibilidades dialógicas concretas ligadas a elementos de sua história pessoal, delimitando-se, definindo-se e, sobretudo, marcando-se por meio de unidades rítmicas em função desses Outros aos quais, de um modo ou de outro, ele atribui existência em seu dizer.” (idem, p. 220)

A pontuação também é um tema relevante na Psicanálise. Como nos ensina Darman (1997, p. 133 - 134), numa sessão psicanalítica, a escansão realizada pelo analista no dizer do analisando é um tipo de pontuação. Porém o autor a distingue daquela realizada pelo escrevente em seu texto. O analista pontua em função da abertura e do fechamento do inconsciente, dos lapsos, atos falhos etc. A pontuação do analista não força o fim de uma frase, nem ocorre na sequência de um desenvolvimento, ela é feita sobre um significante que permite ler o que se faz entender à revelia do sujeito. Essa pontuação tem como objetivo estabelecer um corte e, desse modo, fazer surgir um efeito de sentido que rompe com o sentido manifesto no discurso do analisando. Como explica o autor: “il y a un lien étroit entre coupure et effet de sens. Ces coupures ne se confondent pas avec les pauses, avec des interruptions de la chaîne parlée, mais elles s'établissent plutôt rétroactivement” (idem, p. 134). Como vimos, Darman (1997) nos mostra que a pontuação da Psicanálise é diferente daquela produzida no texto, porém, acreditamos que as duas produzem efeitos de sentido. A pontuação na escrita delimita unidades de sentido proveniente do no interdiscurso, a pontuação na psicanálise apreende significantes no inconsciente.

O autor também nos ensina que “il n'y a pas de ponctuation au niveau de l'inconscient proprement dit” (idem, p. 138), e, para nos fazer entender isso, associa o conceito de inconsciente à idéia de conjuntos da matemática: “l'inconscient comme

assemblages de lettres. Et la pratique analytique consiste à conduire le sujet à se retrouver dans ces assemblages, c'est-à-dire dans son savoir inconscient et à partir de là à prendre ses responsabilités” (idem, p. 139 – 140).

A psicanalista Sciara (1997) escreve a respeito da pontuação realizada na transcrição de uma fala de um paciente maníaco. Ela mostra que, na fala desse paciente, não há pontuação verificável, mas também não há uma fala apressada. Ou seja, a falta de pontuação não ocorre pela precipitação do falar do paciente, mas é uma condição estrutural para ele. Ao ser transcrita, essa fala, que possui respiração, recebe pontuação da secretária incumbida dessa tarefa.

A autora relaciona a ausência de pontuação nesse discurso à “fuga das idéias”: “Il faut se demander en quoi la fuite des idées traduit un decapitonnage pathognomonique du parlêtre maniaque” (1997, p. 144). A fuga das idéias são associações de palavras que não se estabelecem por um laço lógico, mas por semelhança de som, por assonância. Essa associação se estabelece de modo particular em cada indivíduo. O sentido não importa nesse processo, o que importa é o som. A pontuação, que é uma maneira de fechar o sentido, não faz parte desse processo.

A fuga das idéias se distingue de uma associação livre pela aceleração psíquica do primeiro processo, que se arranja de modo caótico. A fuga das idéias é “un flot de significants qui s’associent par contiguité et sans coupure avec sa traduction clinique de pseudo-jeux de mots, de semblants digressions, de style télégraphiques » (idem, 157). Diferente da associação livre, ela não obedece a uma lógica significativa onde podemos supor um saber inconsciente.

Para a Psicanálise, a pontuação permite a singularização de uma voz: “celle qui donne corps à la parole, à son rythme, à l’énonciation, au sujet de l’inconscient” (idem, 152). Esse testemunho de singularidade só é possível porque a pontuação é um sistema que permite uma hierarquização e distinção dos sentidos:

Cette ponctuation, même si elle se refere à une codification qui a évolué depuis le blanc jusqu’aux signes qui nous sont connus, n’en est pas moins le témoin d’une singularité pour celui qui ponctue. C’est ainsi que concernant la fuite des idées, les efforts de maintenir le sens, de discerner, de s’en tenir à un supposé fil associatif discursif, se sont institués. (idem, p. 153)

Dessa forma, a pontuação também se constitui como uma forma de produção de sentido: “c’est une façon d’apprivoiser le réel de l’énonciation, voire de la voix intérieure pour celui ou celle que écrit » (idem, p. 153).

A autora estuda uma transcrição em que há o estabelecimento de uma pontuação que alegadamente representa a respiração do paciente. Porém a pontuação nunca é ingênua. Ela estabelece sentidos na materialidade escrita na qual se submete. Dessa forma, ela aparece na transcrição como uma releitura da fala do paciente por aquele que realizou a transcrição. Ou seja, pontuar é fixar sentidos num falar dominado pela fuga das idéias. A pontuação que aparece na transcrição é uma interpretação da fala do paciente por aquele que transcreve. E não evoca necessariamente os mesmos sentidos que estavam presentes na fala original.

Percebemos durante a leitura do arquivo que as teorias até aqui apresentadas não dão conta de explicar a complexidade desses textos. Nosso objetivo nesse trabalho é pensar como a pontuação nos textos estudados reflete a relação da psicose com o sentido.

Para refletir sobre essa relação, é necessário pensar a pontuação para além de uma possível relação dessa com a língua falada, ou apenas com o caráter sintático dos sinais. Assim, os estudos gramaticais da pontuação são insuficientes para refletir a respeito do viés semântico da pontuação.

Não podemos compreender a pontuação apenas como um ato individual de um sujeito que pretensamente controla os sentidos que de seu uso advêm, esquecendo que ela é uma materialidade histórica. Dessa forma, nos opomos aos estudos enunciativos de Popin e Chacon e aos estudos psicanalíticos de Darman e Sciara, no que diz respeito à falta de pontuação nos casos por eles examinados em seus trabalhos.

Para analisar como o sentido se constitui a partir da pontuação (nos textos analisados), é necessário compreender a pontuação como uma materialidade discursiva e, assim, refletir a respeito de seu caráter lingüístico, histórico, social e inconsciente. Filiamo-nos à Análise do Discurso por compreender que essa teoria consegue dar conta desses aspectos da pontuação. Não iremos excluir das nossas análises reflexões

sobre o viés gramatical, enunciativo e psicanalítico, porém incluiremos em nossa reflexão aquilo que essas teorias não comportam: a questão da ideologia.

Orlandi (2005), como os gramáticos, relaciona a noção de ritmo à pontuação. Porém, diferentemente deles, que vinculam a pontuação à sonoridade e à pausa, a autora opacifica a idéia de batimento subjacente ao conceito de ritmo, ou seja, “a pontuação faz parte da marcação do ritmo entre o dizer e o não dizer” (idem, p. 111). A pontuação é o vestígio no texto da relação de unidade e dispersão, que é inerente ao texto. O texto produz um efeito de unidade que é sua característica principal como texto, mas, ao mesmo tempo, nasce do interdiscurso e a ele sempre se remete. A pontuação apaga a relação do texto com o interdiscurso, e, contraditoriamente, denuncia essa relação.

Para Orlandi (2005), a pontuação é “o lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação, o modo como ele interpreta” (idem, p. 110). Pontuar é um gesto de interpretação, na medida em que “seleciona” saberes do interdiscurso produzindo um efeito de unidade e homogeneidade, produzindo assim “um ajuste na relação discurso e texto” (idem, p. 113). Dessa forma, a pontuação também é um vestígio do assujeitamento, porque esse é pressuposto para a interpretação, como nos ensina Calil (2004): “É porque se está assujeitado que se pode romper. Em outras palavras, é do repetível (já dito) que advém o deslocamento para o inesperado” (idem, p. 44).

A pontuação também marca no texto a questão da interlocução: “Se a ordem do discurso – efeito de sentido entre locutores – se materializa no texto, materialização de que a organização textual é o vestígio, em nosso caso, esses vestígios são a pontuação” (Orlandi, 2005, p. 114). Dessa forma, ela pode ser estudada através das formações imaginárias, como sinalização de um ato interlocutório.

A pontuação administra a relação do sujeito com a incompletude, a falha e o equívoco da linguagem, “trabalhando a incompletude do sentido e o inacabamento do sujeito” (idem, p. 116). O trabalho da pontuação é assegurar uma “normalidade” semântica na materialidade textual.

A autora identifica dois modos de pontuação. O primeiro ocorre na dimensão da frase (vírgula e travessão). Esse modo “abre, em seu interior, um espaço em relação

ao Outro” (idem, p 111). O segundo ocorre além da frase (ponto, dois pontos e reticências). Esses sinais de pontuação “trabalham os limites impossíveis em relação a um fora inacessível, inapreensível, inatingível” (idem, p. 111). Estudaremos apenas um sinal de pontuação de cada modo, a saber, a vírgula e o ponto final, porque são esses os mais significativos no arquivo estudado. A vírgula é definida por Orlandi (2005) como “signo da des-ligação em relação ao interdiscurso, fazendo intervir a passagem para outro discurso, abrindo para outro sentido” (idem, p. 117). A vírgula, ao mesmo tempo em que rompe com a dispersão e a heterogeneidade do interdiscurso, abre espaço para outro saber. Na enumeração, a vírgula é uma marca de que outros elementos virão. Já nas orações explicativas, é a sinalização de um acréscimo. O ponto final delimita o sentido, na medida em que “exclui o que não está lá” (idem, p. 117).

Na perspectiva da Análise do Discurso, Lisboa (2008) nos mostra a utilização criativa da pontuação realizada por Clarice Lispector. Essa criatividade ocorre por meio da transgressão das regras de pontuação oriundas da gramática e desembocando em novos efeitos de sentido. Dessa forma, Lispector

usa, por exemplo, para delimitar a frase, minúsculas ao invés de maiúsculas; usa, ainda vírgula e dois pontos, que são delimitadores de partes das frases, no início e no final do romance, respectivamente, como [...] no caso de “Uma aprendizagem ou livro dos prazeres; usa signos que tem por função interromper a progressão normal da frase, como o travessão, para iniciar e encerrar um romance, como é o caso de “A paixão segundo GH”. (Idem, p. 97)

Para Lisboa (2008), a pontuação é um lugar privilegiado para observar a noção de silêncio formulado por Orlandi (1992): “Trabalhando os espaços de silêncio da linguagem, Clarice Lispector faz com que o leitor, através de uma pontuação peculiar, seja lançado no interdiscurso ou no próprio silêncio, real do discurso, onde todo dizer é possível, e busque, aí, os seus sentidos” (2008, p. 95). Outro ponto importante na reflexão de Lisboa é que a pontuação em Lispector tem “mais uma função desorientante da significação do que propriamente de orientação [...] Clarice joga o leitor, pela via da pontuação, neste silêncio, onde a iminência do sentido se encontra com o indizível” (idem, p. 97). Porém, essa desorientação produz efeitos de sentido,

como Lisbôa ressalta, possibilitando assim ou o preenchimento de sentidos pelo leitor (idem, p. 101), ou o lançamento do leitor para o “campo do indizível” (idem, p. 104).

Lisbôa (2008) ressalta durante toda dissertação o caráter de labuta da obra de Lispector para chegar a determinados efeitos de sentido, ou seja, os efeitos de sentido produzidos no texto de Lispector estão mais relacionados à denúncia das condições de produção de heterogeneidade do sujeito e dispersão do sentido do que a um efeito do acaso.

Desejamos observar nos textos por nós analisados se os desvios das regras de pontuação neles observados são da mesma ordem de labuta como nos textos de Lispector ou se são da ordem do acaso. Questionamo-nos se esses desvios produzem efeitos de sentido semelhantes ao de Lispector. Deparamo-nos também com a dúvida se esses desvios produzem efeitos de sentidos identificáveis, ou se produzem efeito de não-sentido.

Em nosso trabalho, conceberemos a pontuação como um fato discursivo. Os pré-construídos que fazem parte de uma formação discursiva permitem ao leitor de um texto sem pontuação delimitar unidades de sentidos, e assim pontuá-lo a fim de produzir um determinado sentido. Dependendo do assujeitamento ideológico de cada leitor, haverá a mobilização de saberes discursivos diferentes, produzindo distintas leituras do texto. Dessa forma, se pontua um texto sem pontuação, a partir de saberes pré-construídos de determinada formação discursiva. Porém, para isso é necessário que haja a latência do funcionamento da pontuação, ou seja, é necessário que o texto se permita pontuar, que haja unidades de sentidos identificáveis. A condição essencial para que isso aconteça é que haja um assujeitamento, mesmo que parcial, do sujeito escrevente ao discurso.

Porém, o interdiscurso é, tal como o inconsciente, desprovido de pontuação. Isso se deve por suas naturezas heterogêneas e contraditórias. É interessante notar que a irrupção dessas duas instâncias no texto afeta a pontuação, tanto no seu uso quanto em sua ausência.

Propomos pensar a pontuação na análise dos textos dos pacientes psicóticos como o *represamento do interdiscurso*. Cada ponto pensado como um obstáculo que conteria sua fúria. A violência de suas águas deve-se ao *nons-sens*, à contradição, à

dispersão, à heterogeneidade que habitam o interdiscurso. Porém, esses obstáculos não são como pedras que podem ser apenas jogadas para que se barre a passagem da água. Os obstáculos do discurso possuem um duplo funcionamento discursivo: tanto uma constituição histórica quanto um funcionamento estrutural submetido às regras sintáticas da língua.

A pontuação tem como funcionamento a “normalização” do sentido, que ocorre pela delimitação de unidades de sentido no interdiscurso a partir do filtro da formação discursiva, ou seja, vincula um sentido a sua repetibilidade. Ao criar univocidade do sentido, afasta a materialidade textual do *non-sense* do real.

Analisaremos, na perspectiva da Análise do Discurso, a pontuação realizada por um paciente psicótico. Para isso, optamos por pensar a questão da pontuação a partir de fragmentos de textos. Em relação aos fragmentos que possuem pontuação, nosso recorte terá como ponto norteador a ocorrência

1. tanto da pontuação que produz um efeito de resistência perante os sentidos pré-estabelecidos - sendo, assim, considerada indício de tangenciamento do real - ,

2. quanto da pontuação que vincula os sentidos do texto a pré-construídos que não dão conta daquilo que se quer expressar – surgindo assim esse “outro” sentido que não comporta uma repetibilidade discursiva. Isso ocorre porque há uma resistência perante o ato de simbolizar.

Estudaremos também fragmentos que não possuem pontuação. Analisaremos funcionamentos distintos provenientes dessa ausência. O primeiro relaciona-se à existência da ambigüidade proveniente da falta de pontuação. O leitor, pela pontuação que estabelece na leitura, pode escolher ou um sentido ou outro. O segundo é decorrente da ausência de efeito de sentido, mesmo quando é colocada a pontuação prescritiva no texto do paciente.

4.3.1.1 FRAGMENTOS PONTUADOS

Analisaremos, nessa seção, as sdr 1 e 2, extraídas de textos do paciente psicótico V, de 27 de setembro de 2006, a fim de compreendermos a irrupção do real e do interdiscurso na esfera da pontuação.

Sdr1 (fragmento do texto D): A MINHA VIZINHA LÁ PELOS ANOS 1973, UMA MENINA QUE UM DIA QUEBROU UM VASO MING DO ORIENTE, FOI COLOCADA NA FEBEM POR CAUSA DISSO. PELOS PRÓPRIOS PAIS, NÃO BASTANDO AINDA FORAM ENCOMODAR OS VIZINHOS ENCLUSIVE EU.²⁸

Como assumimos na seção anterior, a pontuação é um gesto de interpretação e por esse motivo está relacionada à questão do assujeitamento à ideologia. Orlandi (2005) ensina que a pontuação produz um efeito de unidade que apaga o gesto de incompletude da linguagem. Porém, na sdr1 (texto D), percebemos outro funcionamento da pontuação: ao invés de administrar, ela está tornando explícita a incompletude inerente à linguagem.

Na sdr1, há uma voz passiva, como podemos observar no recorte a seguir:

“[minha vizinha] foi colocada na FEBEM [pelos próprios pais]

Porém, o sintagma “pelos próprios pais” aparece apenas na frase seguinte. Nesta frase, esse sintagma não desempenha nenhuma função gramatical ou de sentido. O ponto final da primeira frase da sdr1 não desempenha sua função de fechar discursivamente uma frase, na medida em que não produz uma fixação de sentido. Após o ponto final, a frase não está completa, os sentidos vinculados a ela estão ainda se estabelecendo.

²⁸ Os textos em que analisamos apenas fragmentos estarão de forma integral no anexo.

Orlandi (2005) ensina que “a pontuação aparece onde a continuidade falta” (idem, p. 121). Porém, na sdr 1, pela própria construção de voz passiva, não necessitaria de um ponto final.

O ponto final, que deveria funcionar como uma delimitação que excluiria tudo que não está na frase sob seu orquestramento, acaba evidenciando a fragmentação inerente ao discurso escrito. Também não desempenha o papel de delimitação, de fechamento. Ao não produzir um efeito de fechamento pelo ponto final, se opacifica a invasão do interdiscurso no intradiscurso, isso resulta num texto com o efeito de não sentido do interdiscurso.

A pontuação, em seu funcionamento corriqueiro, administra a incompletude da linguagem, na medida em que “fabrica a normalidade semântica do mundo, a organização do texto, a aparência de uma relação unívoca entre pensamento/mundo/linguagem, um sentido para um sujeito” (idem, p. 117). Porém nessa sdr, a pontuação está fazendo o trabalho oposto, ou seja, está evidenciando a incompletude da linguagem e a heterogeneidade do discurso, e, dessa forma, destituindo do mundo uma normalidade semântica, que é fabricada pelos efeitos de unidade, homogeneidade e completude.

Esse ponto final é um vestígio de falha no assujeitamento do escrevente ao discurso²⁹. Não é um desconhecimento das regras de pontuação, porque, pelos demais textos desse mesmo paciente, percebemos que ele está a par dessas regras. Não se apresenta como uma transgressão das normas, na medida em que não produz efeitos de sentido múltiplos. Como nos mostra Lisbôa, em Clarice Lispector, o sinal de pontuação é usado de forma criativa e serve para que o leitor possa refletir e produzir seus próprios sentidos no texto. Observamos que, diferentemente dos textos de psicóticos que tangenciam o real, o texto de Lispector, apesar de transgredir as normas da pontuação, não modifica seu funcionamento - o que permite que seus leitores produzam sentidos nos textos da autora. Os textos dos pacientes, ao denunciarem o real, silenciam seus leitores, não permitindo, assim, que eles produzam sentidos. Em textos em que há vestígios do real, também não é possível a construção de um corpo

²⁹ Por não passar por estágio de Édipo, o psicótico não se insere completamente no simbólico. Percebemos que há falhas também no assujeitamento do psicótico à ideologia. Porém, isso não o impede de construir outra via para lidar com a linguagem e o sentido. É por acreditar nessa possibilidade que desenvolvemos esse estudo, principalmente nos próximos capítulos, em que analisamos a possibilidade de autoria na psicose.

discursivo que simularia efeito de autoria, na medida em que são textos que rompem com a repetibilidade discursiva, ou seja, em que se produz efeito de não-sentido.³⁰

Por estar desempenhando um funcionamento inverso daquele que se espera, acreditamos que a pontuação estudada nesse recorte é um vestígio do tangenciamento do real pela linguagem. As características languageiras do tateamento do real num texto são, pois, as seguintes: opacificação da incompletude da linguagem, invasão pelo interdiscurso e efeito de silenciamento do leitor.

Orlandi (1992) mostra que o silêncio é condição da significação e que disso resulta a incompletude da linguagem quanto ao sentido. Porém, há funcionamentos na linguagem que produzem efeito de completude: “a pontuação é uma violência simbólica necessária: um mecanismo que administra nossa relação à incompletude da linguagem” (idem, p. 116). O tangenciamento do real modifica o funcionamento da pontuação: ao invés de camuflar, os sinais de pontuação ou sua ausência explicitam a incompletude da linguagem. Isso ocorre pela característica do real de não se inscrever no simbólico.

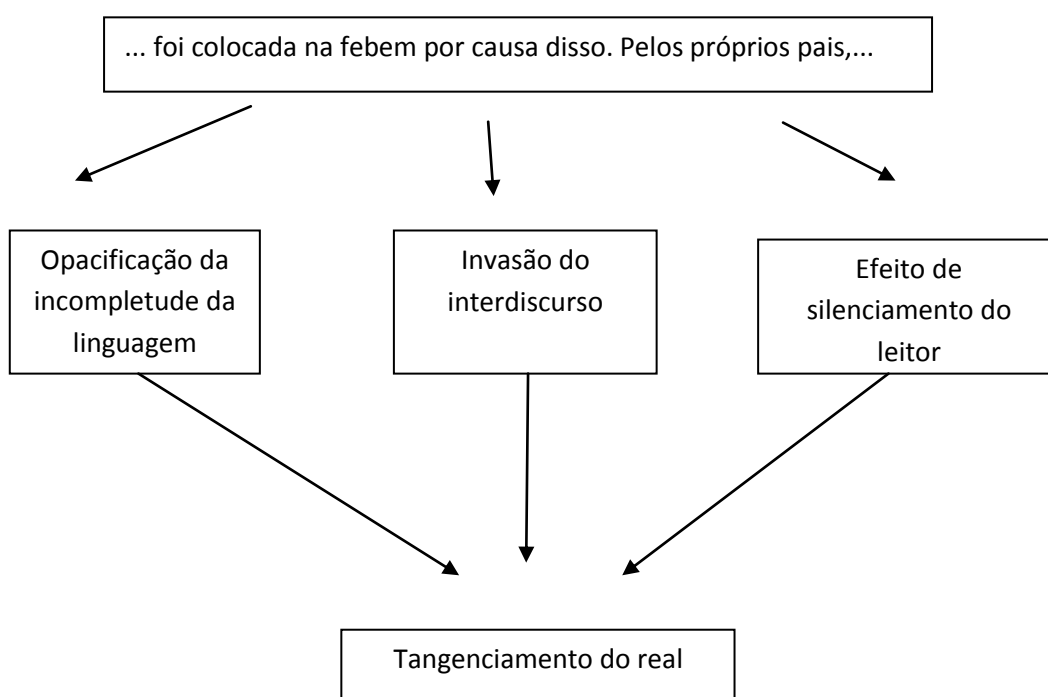
O interdiscurso é o lugar da dispersão, da heterogeneidade e da contradição dos sentidos, ou seja, o lugar do *non-sense*. Nas formações discursivas, os já-ditos se estabelecem como produtores de efeito de sentido homogêneo e uno. Num texto, os já-ditos estão vinculados às formações discursivas, porque “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso” (Pêcheux, 1975, p. 162). É o efeito de transparência do sentido que permite a leitura de um texto. Quando o interdiscurso invade um texto, ele reflete nele o efeito de não sentido, silenciando assim qualquer tipo de leitura.

Para a Análise do Discurso, o texto é um objeto aberto que permite uma pluralidade de leituras. Ou seja, “nem uma só, nem infinitas, mas possíveis leituras” (Indursky, 2003, 189). É nessa pluralidade que o sujeito leitor se inscreve. Como ensina Indursky (2003): o “sujeito-leitor, ao praticar a leitura o faz identificando-se com [...] [o] sujeito-histórico” (idem, p. 189). Dessa forma, as possíveis leituras de um

³⁰ É necessário ressaltar que estamos falando do texto em particular e não da capacidade do escrevente de produzir um texto com efeito de autoria. Tanto isso é verdade que iremos, na próxima seção, analisar o efeito de autoria em um texto do escrevente estudado nessa seção.

texto ocorrem devido aos laços discursivos que o texto estabelece com as formações discursivas: “uma mesma seqüência discursiva, ao mudar de domínio de saber, passa a participar de outra família parafrástica, inserindo-se em outra matriz de sentido e produzindo, por conseqüência, um efeito de sentido necessariamente diverso”. (Indursky, 2003, p. 191). Frente a um texto, o sujeito-leitor relaciona-o às formações ideológicas e discursivas a que está assujeitado. No entanto, frente a um texto em que há o tangenciamento do real, como é o caso de alguns textos que constituem nosso *corpus* discursivo, o sujeito-leitor é silenciado, porque essa seqüência não é uma materialidade discursiva na medida em que o real não estabelece relação com o sentido. O tangenciamento do real rompe o vínculo do texto com o interdiscurso, porque o real não estabelece relação com os já-ditos, não é determinado ideologicamente, não tem vínculo social ou histórico e não estabelece nenhum efeito de sentido para o interlocutor. Ou seja, produz-se no texto, pela tentativa de capturar o real, o não-sentido. A seguir, esquema que mostra o tateamento do real no texto analisado.

Ilustração 12: Características languageiras do tateamento do real no texto em análise.



A seguir, estudaremos a sdr2, que é um texto do mesmo escrevente, de 31 de maio de 2006.

Sdr2 (fragmento do texto E):

- 1 LONGE LEVAM OS PASSOS, O CAMINHO COM CURVAS,
- 2 PASSOS, CALÇADAS, ESTRADAS À ALGUM LUGAR ONDE SE
- 3 ACEMELHA A MESMA, OUTRO CAMINHO FORA DO MESMO
- 4 LUGAR, QUE NÃO É SÓ O MESMO, ONDE TEMOS VARIOS
- 5 A OPINIÃO É DIRIGIDA PELO MESMO.

Há, na sdr 2, a produção do efeito de não-sentido. Esse efeito ocorre não pela pontuação, mas pela organização dos pré-construídos no texto. Como nos ensina Leandro Ferreira (2000), a

fuga dos enunciados, as brechas e deslizes que eles manifestam não devem ser imputados a enganos dos locutores, ou a falhas de desempenho no domínio da língua; mas, sim, a um traço próprio à organização singular da língua que não exclui nem rejeita o que escapa a suas próprias leis de formação. Em outros termos: o que falta ou que excede são constitutivos da estrutura, como fatos lingüísticos, incontornáveis. (idem, p. 94, 95).

O texto em análise reflete o equívoco inerente à linguagem, porque, apesar de ser construído a partir de uma relação lógica entre as palavras (passos, caminhos, calçadas, lugar, direção), não produz uma unidade de sentido. Isso se deve a uma falha no assujeitamento do escrevente ao discurso, porque o sentido não está na língua, mas nas relações discursivas. O interdiscurso invade esse texto sem passar pelo filtro das formações discursivas. Nessas condições, o sujeito leitor é silenciado, pois a ele não são permitidas interpretações, nem relações intertextuais.

É uma característica inerente a um texto que tangencia o real a *ausência do funcionamento da pontuação*, até mesmo quando há uma pontuação aparentemente bem realizada, como ocorre na sdr2.

Percebemos, no texto E, que há uma pontuação que mimetiza os ensinamentos da escola. Na linha 1, há a sinalização de uma pausa. Na linha 2, há uma enumeração em que todos elementos são separados por vírgulas. O último elemento da enumeração não é separado do resto da frase por vírgula. Na linha 4, a oração adjetiva explicativa está separada por vírgulas. Na linha 5, há a utilização de um ponto final. O escrevente recorre a um tipo textual apresentado pela escola, a poesia. Na perspectiva formal do texto, podemos dizer que o discurso da escola ecoa no texto E.

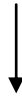
Porém, essa pontuação não produz um efeito de “normalidade” de sentido no texto. Os sinais de pontuação, no texto E, mimetizam o uso prescrito da pontuação, porém não realizam a barragem do interdiscurso nem o *estancamento do real*.

Não se trata de ensinar pontuação para que o paciente consiga produzir efeito de sentido no texto. Apesar de as regras de pontuação, que representam um saber que pertence ao discurso da escola, estarem presentes no texto, há falha no assujeitamento do paciente a esse discurso. Há uma possibilidade de *mimesis* desse discurso, mas não uma apropriação. Em diversos momentos, no arquivo de textos do paciente V, percebemos que há uma utilização prescrita dos sinais de pontuação, porém, como percebemos nos textos D e E, há momentos em que fica evidente a distinção entre mimetizar e apropriar-se do funcionamento da pontuação. A *mimesis* é suscetível ao erro e a apropriação está relacionada à criação.

Pontuar é uma forma de organizar o discurso. Assim, é intrínseco a esse funcionamento o assujeitamento às formações ideológicas e discursivas. Portanto, os sinais de pontuação não apenas marcam pausas, melodias, entonações, etc, eles também refletem um assujeitamento ideológico ao selecionar sentidos a partir de uma formação ideológica. Mimetizar o aspecto formal da pontuação não garante a um texto a produção de efeitos de sentido de unidade e coerência.

Ilustração 13: Diferença entre *mimesis* e apropriação da pontuação

Mimesis da
pontuação



Utilização formal das
regras de pontuação.
Ausência de
funcionamento da
pontuação.

Apropriação
da pontuação



Apropriação implica
assujeitamento
discursivo. Pontuar é
delimitar sentidos e
isso só é possível
quando se está
assujeitados a
formações discursivas .

4.3.1.2 FRAGMENTOS EM QUE HÁ AUSÊNCIA DE PONTUAÇÃO.

Analisaremos abaixo duas sdr que são dois textos do paciente V que, diferentemente dos fragmentos anteriores, são desprovidas de pontuação. O primeiro texto foi escrito em 7 de dezembro de 2005 e o segundo em 14 de dezembro de 2005.

Sdr3 (fragmento do texto F):

1 ALGUEM ENTEROU O OURO APROXIMADAMENTE 5 KILOS,
2 OS ELETROS ESTAVAM SOLTOS OU LIVRES A SUA LIBERDADE
3 ACABOU POIS QUANDO SE ENTERA OURO OS ELETRONS SÃO
4 ATRAIDOS PELO MAGNETISMO DA TERRA E SE TORNA UMA
5 CONCENTRAÇÃO DE ELETRONS FORA DO ÂTOMO ESTA CONCENTRA-
6 ÇÃO É DANOSA E PREJUDICIAL

Sdr4 (fragmento do texto G):

1 AS VEZES AÇHO QUE TEM A VER ALGUMA COISA
2 COM O DIABO JÁ QUE É FATO DE CÉLULAS POIS SOMOS
3 SERES DA TERRA FORMADOS DE CÉLULA E NÃO TEMOS O
4 CONTROLE DE NOSSA PROPRIA FORMAÇÃO.

Compararemos a ausência de pontuação das sdr 3 e 4, que foram retiradas de diferentes textos, F e G, do mesmo paciente, porque acreditamos que essa ausência deve-se a dois funcionamentos distintos: a ambigüidade e o equívoco.

Na sdr 3, há uma reflexão sobre ouro enterrado. O paciente nos conta que algum desconhecido enterrou aproximadamente 5 quilos de ouro. A partir desse fato, o paciente explica uma reação físico-química fictícia a respeito dos elétrons do ouro. Antes de serem enterrados, os elétrons dessa substância estavam livres, porém, com o enterro, os elétrons são atraídos pelo magnetismo da Terra, concentrando-se.

Há uma ambigüidade na sdr3, no trecho recortado a seguir:

QUANDO SE ENTERA OURO OS ELETRONS SÃO
ATRAIDOS PELO MAGNETISMO DA TERRA E SE TORNA
UMA CONCENTRAÇÃO DE ELETRONS FORA DO ÂTOMO
ESTA CONCENTRAÇÃO É DANOSA E PREJUDICIAL

Pode-se ler ou que a atração do magnetismo da Terra gera uma concentração de elétrons que virá a ser prejudicial somente se acontecer fora do átomo; ou que esta concentração ocorre dentro do átomo, sendo danoso por esse motivo. Para chegar a uma ou outra interpretação é preciso pontuar de forma diferente.

No primeiro caso, é preciso colocar um ponto final após a frase “se torna uma concentração de elétrons fora do átomo”.

QUANDO SE ENTERA OURO OS ELETRONS SÃO
ATRAIDOS PELO MAGNETISMO DA TERRA E SE TORNA
UMA CONCENTRAÇÃO DE ELETRONS FORA DO
ÂTOMO. ESTA CONCENTRAÇÃO É DANOSA E
PREJUDICIAL

No segundo caso, é necessário colocar um ponto após a palavra elétrons da frase anterior, deixando a frase da seguinte forma: “Fora do átomo, esta concentração é danosa e prejudicial”.

QUANDO SE ENTERA OURO OS ELETRONS SÃO
ATRAIDOS PELO MAGNETISMO DA TERRA E SE TORNA
UMA CONCENTRAÇÃO DE ELETRONS. FORA DO ÂTOMO
ESTA CONCENTRAÇÃO É DANOSA E PREJUDICIAL

O efeito de dissolução da ambigüidade ocorre por um gesto interpretativo do leitor, que se concretiza a partir da pontuação do texto F. Ou seja, selecionam-se saberes com o ato da pontuação. No caso, não é um gesto praticado pelo sujeito-escrevente, mas pelo sujeito-leitor, quando o leitor assume a posição de sujeito-autor.

Dessa forma, temos o funcionamento previsto para a pontuação de “normalizar” os sentidos, que, na sdr 3, consiste em solucionar uma ambigüidade.

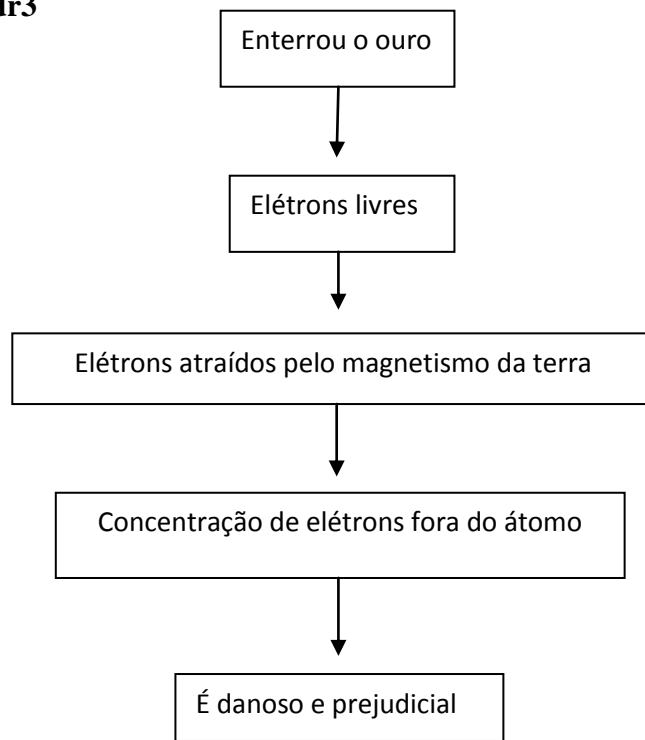
Na sdr 3, há latência do funcionamento de pontuação, apesar de não haver formalmente a colocação desses sinais. Compreendemos como *latência de pontuação* a possibilidade virtual de colocar os sinais de pontuação da forma como são prescritos, gerando assim efeito de sentido no texto. Essa possibilidade ocorre porque há uma organização discursiva possível, apesar de precária. A latência de uma pontuação discursiva ocorre porque saberes pré-construídos, que pertencem a formações discursivas distintas, são identificáveis, abrindo, assim, espaço para a realização de uma pontuação. Na sdr3, apesar de haver referência ao discurso bíblico (enterrar ouro – parábola dos talentos), a predominância é do discurso científico.

Na sdr 4, a única pontuação que se faz presente é o ponto final que fecha a seqüência. Porém, deveria haver, do ponto de vista sintático, uma vírgula na linha 2, que separaria a oração coordenada explicativa “pois somos seres da terra formados de células”. Essa vírgula possuiria o funcionamento discursivo previsto, que é de sinalizar a abertura controlada para um saber proveniente do interdiscurso. Porém, como é esperado também do funcionamento desse sinal de pontuação, deveria haver um gesto interpretativo nessa seleção dos saberes, o que não ocorre. O saber resgatado do interdiscurso não produz efeito de homogeneidade nem unidade no texto G. O leitor não consegue remeter o escrito a já-ditos vinculados a uma ou mais formações discursivas que permitiriam que se produzisse, senão um efeito de verdade, pelo menos um efeito de verossimilhança ou ficcionalidade. A ausência da vírgula denuncia tanto o não estabelecimento do gesto interpretativo do autor quanto a irrupção do real.

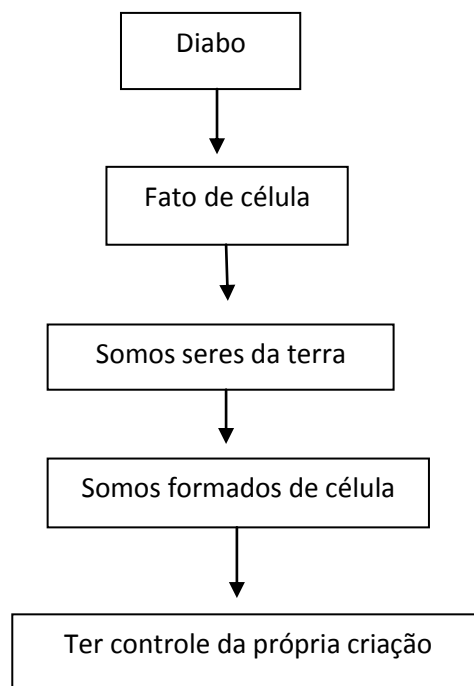
Diferente da sdr 4, a colocação do sinal prescritivo não normaliza o sentido, porque, nesse caso, a ausência desse sinal denuncia a falta do funcionamento da pontuação. Isso nos faz refletir a respeito de como devem ser estudadas as ausências de pontuação textual. Nem toda a ausência deve ser percebida como um tangenciamento do real no texto. Há ausências por imperícia. Há aquelas que denunciam um grau superficial da equivocidade da língua, como a ambigüidade. Mas há as que marcam a tangencialidade do real, como podemos ver na sdr 4, na medida em que a ausência do sinal de pontuação marca a ausência do seu funcionamento.

Abaixo, quadro comparativo de como é organizada a heterogeneidade discursiva nas sdr 3 e 4.

Sdr3



Sdr 4

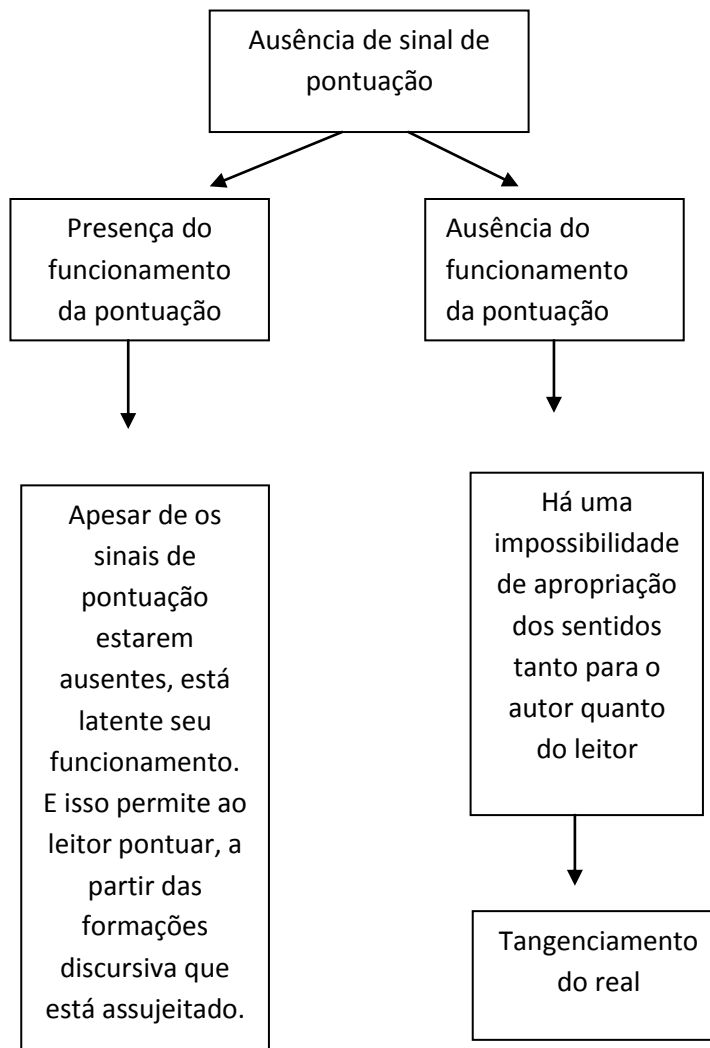


Podemos observar que há uma organização discursiva na sdr 3, apesar de precária. Essa organização, que permite ao leitor pontuar o texto, atesta um funcionamento latente da pontuação. Porém, na sdr 4, o discurso não está sendo organizado a partir de uma ou mais formações discursivas. O interdiscurso, heterogêneo e contraditório, invade o texto, produzindo assim um efeito de não-sentido. A não pontuação da seqüência faz transparecer a incompletude da linguagem, nos mostrando que nem tudo pode ser dito, e que algo nos escapa.

A partir do que precede podemos perceber também que o sentido está no discurso e não na língua, pois, se assim o fosse, todas as seqüências de linguagem seriam providas de sentido, coisa que as análises realizadas mostram não ser verdade. A invasão do interdiscurso e a opacificação da incompletude da linguagem não permite a inserção do sujeito autor e isso provoca um efeito de silenciamento do leitor. Porém, essa invasão e opacificação deixa transparecer outro funcionamento da linguagem: o tangenciamento do real.

Dessa forma, separaremos a ausência de sinais de pontuação em duas categorias, como está esquematizado abaixo:

Ilustração 14: Presença e ausência do funcionamento da pontuação.



4.3.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Na análise dos fragmentos pontuados, percebemos que o tangenciamento do real ocorre junto com vestígios de falhas no funcionamento discursivo do paciente. A Psicanálise nos ensinou que, por não atravessar o estágio do Édipo, o psicótico não entra na linguagem e na cultura. Podemos constatar, por nossas análises, que há também uma falha no assujeitamento ao discurso. O real não se inscreve no discurso e, dessa forma, é essa falha que permite seu tateamento pela linguagem³¹. A *mimesis* da pontuação, como podemos ver na análise da sdr2, nos mostra uma característica dessa falha do assujeitamento, que é a possibilidade de imitação das regras, mas sem sua apropriação propriamente dita.

Apesar de a falha do assujeitamento na psicose ser estrutural, o tangenciamento do real não está presente em todas suas manifestações languageiras. Isso ocorre porque, embora seja falha, há traços de *inscrição* do psicótico no discurso, como nos mostram estudos a respeito da referência e da incisa na fala do psicótico³².

Para Popin, um texto sem sinal de pontuação é uma tela a ser preenchida pelo leitor. Porém, vemos em nossas análises que alguns textos sem sinalização produzidos por psicóticos não podem ser pontuados. Observamos que nesses textos o preenchimento da sinalização, segundo as regras de pontuação, não produziria tampouco efeito de sentido. O que falha nesses textos é o funcionamento discursivo da pontuação. Sem esse funcionamento, o leitor não consegue preencher a tela segundo seu próprio assujeitamento. O leitor desses textos não produz sentido, ele identifica sentidos, a partir das formações discursivas em que está inscrito.

³¹ O tangenciamento do real também pode ser observado no discurso do neurótico. Porém, nesse caso, é uma falha passageira, denunciando a incompletude do sujeito.

³² Como vimos em nossa dissertação, o psicótico “por ter uma estruturação subjetiva diferenciada, passa por um processo de interpelação ideológica diferente daquela percorrido pelo neurótico. A falha na interpelação resulta em um discurso que vacila entre normalidade, em determinados momentos, e a desestruturação, em outros. Apesar da desestruturação das formulações, o discurso do esquizofrênico continua ancorado nos discursos sociais. Conforme podemos perceber nas análises das incisões, os referentes produzidos em outros discursos mantêm sua configuração original, não permitindo, assim, que outras referências sejam estabelecidas na cena enunciativa”. (Borba, 2006, p. 118)

É necessário dizer que apenas a ausência de pontuação não é um indício de tangenciamento do real, como observamos nas sdr 3 e 4. A ausência desses sinais com a latência do funcionamento faz com que o texto seja passível de pontuação pelos leitores. As ambigüidades geradas pela ausência de sinais serão “corrigidas” pelos leitores. Porém, a ausência do funcionamento gera uma equivocidade textual que não pode ser dissolvida pelo leitor. Essa equivocidade dá indícios da escrita de uma impossibilidade. Observamos em nossas análises que a ausência dos sinais na primeira seqüência denunciava a ambigüidade, na segunda, a equivocidade.

A escrita que se produz pelo tangenciamento do real – que na verdade é a escrita de uma impossibilidade – apresenta características diferentes daquelas estudadas pelos estudiosos da escrita, porque possui outro funcionamento no nível do discurso. Porém, é necessário ressaltar que, tanto a escrita do tangenciamento do real quanto a escrita cotidiana, são previstas pelo funcionamento da língua.

O tangenciamento do real pode se manifestar tanto na presença quanto na ausência de pontuação, porque ele não está relacionado com os sinais de pontuação ou com as regras de utilização desses sinais prescritas pelos gramáticos. A escrita dessa impossibilidade está relacionada com o funcionamento da pontuação, ou seja, com o mecanismo discursivo da pontuação de seleção e de organização dos saberes pré-construídos a partir do filtro das formações discursivas.

A modificação do funcionamento da pontuação, tanto a sua inversão quanto a sua ausência, ativa esse outro funcionamento da linguagem. A escrita do impossível é prevista pela linguagem, mas não em seu funcionamento cotidiano. As características observadas na análise para o tangenciamento do real, no nível da pontuação, são a opacificação da incompletude da linguagem, a invasão do interdiscurso e o efeito de silenciamento do leitor. Essas características nos mostram que a escrita do impossível modifica tanto o funcionamento da pontuação quanto o funcionamento do discurso. Essa modificação se deve à natureza do real, resistente à simbolização e pela natureza do interdiscurso, contraditório e heterogêneo. O tangenciamento do real mostra indícios da natureza do real e do interdiscurso, porém sem nunca inscrevê-los no texto.

Resumiremos nossas reflexões pelas seguintes ilustrações:

Ilustração 15: Características do tangenciamento do real.

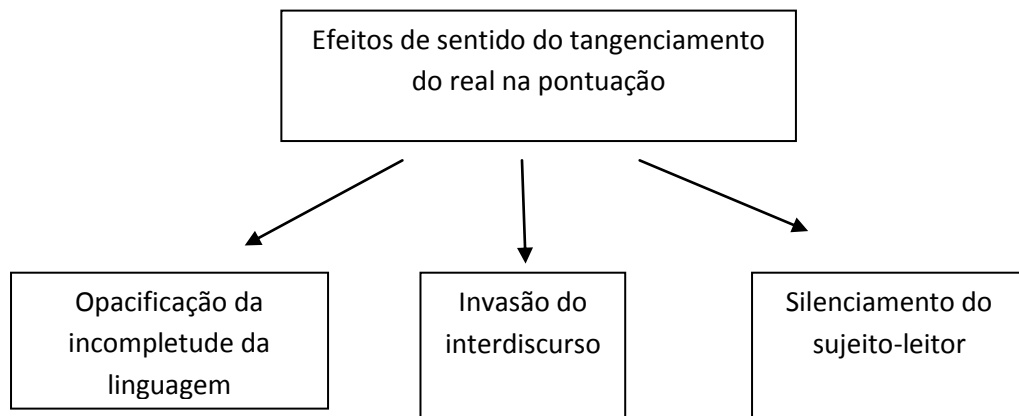


Ilustração 16: Tangenciamento do real na pontuação.

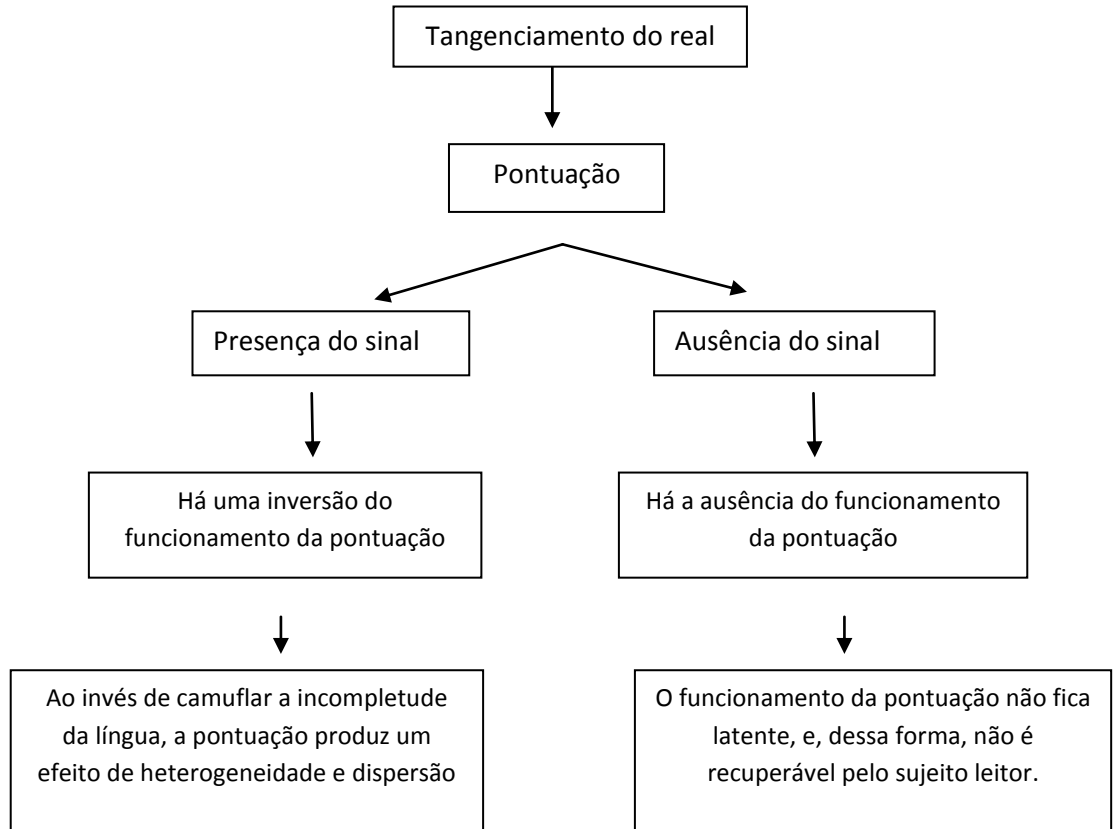
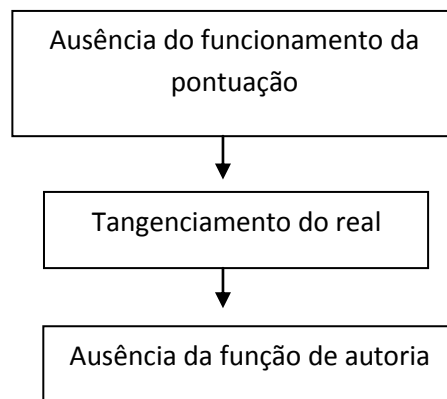


Ilustração 17: Relação autoria e pontuação.



5. AUTORIA NA PSICOSE

5.1 RELAÇÃO DA AUTORIA COM A LEITURA

Quase todos os membros do grupo do Atelier de escrita concederam a autorização para a leitura e cópia dos seus textos. Isso nos fez questionar sobre a importância do testemunho do outro como leitor no texto de um psicótico.

Iniciaremos o capítulo, especificando a noção de leitura para a Análise do Discurso. Depois, refletiremos a respeito da relação da leitura com a autoria na psicose.

Se, como ensina Pêcheux (1983), “todo enunciado, toda a seqüência é, pois, lingüisticamente descritível como uma série [...] de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar para a interpretação” (idem, p. 53), a leitura é uma prática discursiva de produção de interpretação. Dessa forma, para a Análise do Discurso, a leitura não é decodificação dos sentidos inscritos no texto, e sim, uma construção que tem suas bases na exterioridade, entende-se essa como a história e a sociedade. É preciso ressaltar que há uma limitação das realizações de leituras que são produzidas em um texto: “nem uma só, nem infinitas, mas possíveis leituras” (Indursky, 2003, p. 189). Essas restrições de leituras ocorrem tanto pela limitação imposta pelo texto quanto pelas finitas possibilidades de inserção histórica e social do texto e do leitor³³.

Para Orlandi (2006), a legibilidade está e não está no texto (idem, p. 8). Ela está no texto na medida em que é necessário que esse esteja inserido em uma repetibilidade: “o repetível é da ordem de um já-dito, mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos em outros discursos, que tanto podem estar inscritos na mesma formação discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra” (Indursky, 2001, p. 28).

³³ Não queremos dizer com isso que é possível para um analista de discurso contabilizar todos os possíveis sentidos de um texto. Porém que, num recorte histórico, são finitas as formações discursivas ativas em uma formação social.

A legibilidade não está vinculada apenas ao texto, mas também à relação desse com o sujeito-leitor e às condições de produção da realização de uma leitura: “Para um mesmo texto, leituras possíveis em certas épocas não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro. Isso pode ser observado em nós mesmos: lemos diferentemente um mesmo texto em épocas (condições) diferentes”. (Orlandi, 2006, p. 41).

Um dos fatores de diversificação dos efeitos de sentido produzidos na leitura é a incompletude do texto,

que reside no fato de que o discurso instala o espaço da intersubjetividade, o que implica que o texto é visto não como fechado em si mesmo, mas como constituído pela relação de interação que ele mesmo instala. Interação que pressupõe, necessariamente, o confronto entre autor e leitor, ambos determinados ideologicamente e produzindo sentidos a partir de um lugar social e sob determinadas condições. Tudo isso subentende também a relação com outros textos. (Grantham, 2002, p. 32)

O sujeito-leitor entra na incompletude do texto para produzir efeitos de sentido compatíveis com seu assujeitamento ideológico. Ele produz sua leitura a partir tanto dos saberes de sua formação discursiva quanto da sua história de leitura, ou seja, podemos dizer que a leitura é construída a partir dos já-ditos que envolvem o sujeito-leitor:

o sujeito-leitor precisa se inscrever na ordem do memorável para entretecer o texto à teia discursiva do interdiscurso e percebê-lo em sua existência histórica e, assim, poder significá-lo, mas, ato contínuo, já é imperioso esquecer-se dessa memória para poder re-significar o texto, produzindo novas amarras com a teia do interdiscurso (Indursky, 2001, p. 40)

A incompletude do texto está diretamente relacionada à incompletude do sujeito-autor. Apesar de esse se esforçar para produzir um efeito de completude no texto, sempre há uma brecha no texto em que se pode produzir um desvio de sentido. Um exemplo bastante significativo são as reticências, que “são como uma flecha que

aponta para o interdiscurso” (Grantham, 2002, p. 144). As reticências opacificam a relação que se estabelece entre a interpretação do texto e o interdiscurso.

Os textos já têm seu leitor construído, o leitor-virtual, que é aquele a quem o autor dirige-se. A projeção do sujeito-leitor ocorre a partir de formações imaginárias. O autor tem a ilusão de que dirige seu texto a um leitor, um corpo discursivo, que conseguiria compreender seu texto assim como ele o concebeu. A leitura também é o resultado da interação do leitor virtual com o sujeito-leitor.

Indursky (2003, p. 191) formula a noção de efeito-leitor, demonstrando assim que a leitura não é uma construção individual, mas um mecanismo não-subjetivo de produção de efeito de sentido. Efeito-leitor é o efeito de sentido que um texto produz a partir de determinada formação discursiva. Ou seja, dependendo das relações históricas e sociais mobilizadas em determinada leitura se produz um efeito de sentido específico. A diferença entre sujeito-leitor e efeito-leitor é explicada pela autora da seguinte maneira:

um mesmo ‘sujeito-leitor’ não pode identificar-se com diferentes efeitos-leitores. Passar de um ‘sujeito-leitor’ para outro pode significar uma troca ao nível do sujeito empírico; já passar de um ‘efeito-leitor’ a outro implica necessariamente passar de uma formação discursiva para outra. Essa troca de domínio de saber, contudo, não é fruto de um ato voluntário do sujeito-leitor, pois não se trata propriamente de um sujeito, mas de uma posição. (Indursky, 2003, p. 192).

Rickes (2002) reflete sobre o lugar que a alteridade tem na constituição da função-autor. Para isso, teoriza a respeito da relação do leitor com a assunção da autoria:

Se, por um lado, o autor constrói um lugar de leitura, por outro, o encontro do texto com um leitor constrói o lugar de autoria para o mesmo – lugar que marca tanto quem o escreveu como o próprio leitor que, para ler um texto, precisa converter-se em seu autor, autorizar-se na posição de fazer falar ali uma significação que se estabelece a partir do encontro das marcas expressas no escrito com as que lhe são próprias (idem, p. 101).

A autora nos mostra que há uma relação mútua na constituição da autoria e da leitura.

Em nosso trabalho, se faz necessário pensar a questão da prática da leitura no texto do psicótico, que não está inscrita no simbólico. Porém, é imprescindível a esse texto que estabeleça relação com o sujeito-leitor, a fim de que se transforme em uma materialidade discursiva. Para isso, é necessário que o dizer no texto seja da ordem do repetível.

A historicização do dizer do psicótico é possível. E ela não se produz pela *mimese* da estrutura e dos sentidos vinculados a um texto construído na estrutura subjetiva neurótica. O texto do psicótico se insere na história e no social quando consegue romper a injunção do real e o não-sentido de uma invasão do interdiscurso (que pode ser visualizada pelo efeito interferência radiofônico³⁴).

Podemos ver a relação do velho e do novo na construção discursiva de um psicótico no relato de Daniel Paul Shreber, em seu livro “Memórias de um doente de nervos”:

dei-me claramente conta de que a Ordem das Coisas exigia imperativamente a minha emasculação, gostasse ou não disso pessoalmente, e que nenhum caminho ‘razoável’ se abre para mim exceto reconciliar-se com o pensamento de ser transformado em mulher. A outra consequência de minha emasculação, naturalmente, só poderia ser a minha fecundação por raios divinos, a fim de que uma nova raça de homens pudesse ser criada (apud, Freud, 1911, p. 31).

O discurso delirante do autor tem fortes vínculos com o discurso religioso (ser fecundado por raios divinos, a fim de que uma nova raça de homens pudesse ser criada). Porém, os sentidos que se formam nesse delírio apenas partem dessa relação, porque foi necessária uma ruptura com os saberes religiosos para que, no delírio, se construa um novo saber que consiga significar o real. Os novos sentidos estão vinculados aos já-ditos, na medida em que são sentidos que têm uma origem e que

³⁴ A noção de *efeito de interferência radiofônica* descreve e reflete teoricamente a respeito de momentos pontuais de não contenção do interdiscurso: “É como se estivéssemos ouvindo uma estação de rádio e ouvíssemos algumas palavras descontextualizadas de outra rádio. Uma interferência momentânea, passageira, pontual e, logo a seguir, a estação sintonizada retorna. Isso acontece porque a *formação discursiva* que afeta os pacientes não consegue interferir no discurso-outro, representado pelas incisivas” (Borba, 2006, p. 113).

estabeleceram uma ruptura produtiva com essa origem. São sentidos que permitem uma interlocução com o sujeito-leitor.

Ao estudar o discurso psicótico, percebemos que muitos de seus mecanismos têm funcionamento diferente daqueles encontrados no discurso do neurótico. Porém, o funcionamento da historicização e da socialização dos sentidos é o mesmo tanto na neurose quanto na psicose, apesar de apresentar uma roupagem, muitas vezes, diferente.

Para que não haja o tangenciamento do real no texto e nem o efeito de silenciamento do sujeito-leitor, é necessário, primeiramente, que haja o *estancamento do real e represamento do interdiscurso*. Na próxima seção, analisaremos textos de psicóticos a fim de ver como foi possível a precipitação de sentido. Precipitação de sentido é uma expressão utilizada na Psicanálise. Apropriamo-nos dela, para nos referirmos a textos que estabelecem relações com já-ditos, a fim de marcarmos uma distinção entre esses textos e aqueles que já perderam o vínculo com o interdiscurso³⁵, como é o caso de textos em que há o tangenciamento do real. Examinaremos, na seção seguinte, também o que falhou na constituição desses, e qual grau de autoria que se estabeleceu nesses textos.

³⁵ É necessário distinguir a noção de invasão do interdiscurso da de vínculo a este. A invasão se verifica quando a presença do interdiscurso ocorre sem a interferência das formações discursivas e se fazem presentes a contradição e o não sentido próprios do interdiscurso. O vínculo ao interdiscurso – que é estabelecido pelo filtro das formações discursivas - é necessário para a produção do efeito de sentido.

5.1.1 AUTORIA COMO REPRESAMENTO DO INTERDISCURSO E ESTANCAMENTO DO REAL

Na presente seção, iniciaremos estudando a questão da crise e do delírio na psicose para refletir sobre a relação desse sujeito com o sentido e posteriormente pensar a questão da autoria na psicose.

O psicótico entra em crise quando vivencia uma situação que está além das suas possibilidades psíquicas, como no caso de Schreber em que a assunção a um elevado cargo desencadeia a sua loucura. O psicótico

sente a necessidade de se referir a algo para saber como lidar com [a situação], ao saber paterno (ou significante Nome-do-Pai). Como não tem esta referência devido à não-inscrição ou a forclusão do significante Nome-do-Pai, a resposta que ele procura lhe vem de outra forma como irrupção: [o psicótico] emerge no real como alucinação (Ramalho, 2007, p. 314).

Quinet (2003) ensina que, antes do surto, o psicótico tem sua realidade sustentada por bengalas imaginárias. O que permite a reconstrução da realidade, que é dissolvida na crise, é o delírio. Isso ocorre

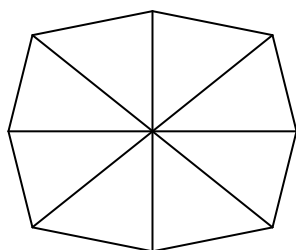
a partir da costura simbólica do real, construindo assim um modo de defesa do sujeito contra o impossível a suportar – o que do real está forcluído do simbólico. O delírio é, portanto, não algo a ser combatido para ser destruído, mas é o próprio trabalho de elaboração do sujeito para viver num mundo suportável (idem, p. 2003).

Para estabilizar o delírio, é necessário o advento da metáfora delirante, que tem como função suprir o Nome-do-Pai forcluído.

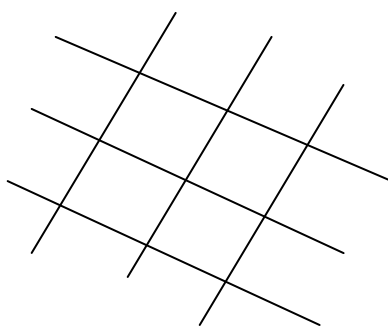
Calligaris (1989, p. 13-14) nos mostra que a estruturação do sujeito, seja ele barrado pela castração (neurótico) ou não (psicótico), é necessária para que o sujeito se diferencie do real do seu corpo, isto é, que não seja apenas alguns quilos de carne. Para haver a estruturação do sujeito, é necessária uma metáfora que estabeleça algum

tipo de significação que possa substituir a do real do corpo. Essa estruturação é diferente na neurose e na psicose.

Por passar pelo complexo de Édipo, ou seja, por uma metáfora paterna, adquirindo, assim, o Nome-do-Pai, a neurose organiza seu saber e seu mundo ao redor de um pólo central³⁶, conforme está representado pela figura abaixo:



Na psicose, há um mecanismo específico que a distingue da neurose: a forclusão. Dor (1999) nos ensina que esse termo foi tomado de empréstimo à terminologia jurídica e significa “uma determinada disposição [que] não ocorre nos prazos prescritos” (idem, p. 83). Lacan traz esse termo para a psicanálise para designar a rejeição do Nome-do-Pai pelo sujeito que o exclui de seu universo simbólico (conforme Roudinesco e Plon (1998, p. 245)). Por causa da forclusão do Nome-do-Pai, não haverá uma organização centralizada de seu saber e de seu mundo, como está representada na figura que segue³⁷:



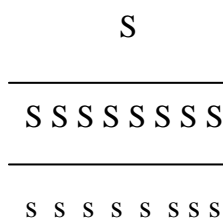
³⁶ Essa figura foi retirada de Calligaris (1989, p. 15).

³⁷ Essa figura foi retirada de Calligaris (1989, p. 15).

Na psicose, há significação, e essa é organizada de modo diferente do que ocorre na neurose. Calligaris (1989) nos mostra as conseqüências imediatas dessa estruturação diferencial:

é necessário considerar que a vida do neurótico é um rumo no qual a significação é dada por uma orientação em relação à qual há erros, mas não errância, esta orientação sendo exemplarmente a necessidade, o serviço da dívida paterna, já a vida do psicótico é uma errância, mas nem por isso sem significação (idem, p. 17).

Segundo Lacan (1998), “o pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei” (idem, p. 202). Podemos deslocar esta reflexão para pensar a linguagem. Na linguagem, encontram-se duas cadeias, a dos significantes S, a dos significados s; a primeira encontra-se acima da segunda conforme veremos na figura abaixo. O *ponto de basta*³⁸ é o mecanismo que permite a amarragem entre os significantes e os significados. O significante *pai* representa o lugar da lei, por isso ele se coloca acima dos demais significantes, conforme a figura a seguir³⁹:



A metáfora paterna, ou seja, o pai na posição metafórica, é a entrada do sujeito na ordem do simbólico, e permite, por esse motivo, a amarragem dos significantes e dos significados. Na psicose, como há a forclusão do Nome-do-Pai, a metáfora paterna está ausente. Desse modo, não se encontra, na psicose, a amarragem que essa metáfora proporciona. Apesar de o psicótico dispor dos significantes, ele não possui, como na metáfora neurótica, a função de amarragem central. Desse modo, “ele [o psicótico]

³⁸ Também chamado ponto-de-estofa. Trata-se da operação “pela qual o significante detém o deslizamento da significação de [...] modo indefinitivo. [...] [No] ponto de basta, [encontra-se] a função diacrônica na frase, na medida em que ela só fecha sua significação com o último termo” (Lacan, 1960, p. 820).

³⁹ Essa figura foi retirada de Lacan (1998, p. 202).

erra num saber metonímico, embora nessa errância tenha que produzir algum efeito metafórico”. (Calligaris, 1989, p. 22).

Segundo Calligaris (1989), a metáfora possível na psicose é a metáfora delirante, ou como o autor a re-nomeia, metáfora paterna delirante. Essa é uma metáfora pseudopaterna, pois permite uma amarragem, mas não aquela encontrada na neurose. A metáfora paterna delirante é a constituição de um delírio. Porém, a metáfora paterna delirante não foi simbolizada por ele no complexo de Édipo, o que ocorre “é que um tal lugar organizador volta para ele, mas não volta no Simbólico, porque nesse Simbólico não há essa função, então volta no Real”. (Calligaris, 1989, p. 22). Dessa forma, o psicótico tenta construir uma metáfora homóloga àquela do neurótico. Essa metáfora não possui uma função paterna simbolizada, mas uma função paterna no real (idem, p. 22).

Quinet (2006) nos ensina que a cura da radical exclusão do discurso como laço social que ocorre na esquizofrenia é “o investimento nas palavras, a alucinação, o delírio e a arte”. A direção do tratamento ocorre em

estimular a historização dos fenômenos, isto é, fazer o sujeito identificar em suas alucinações as palavras ouvidas que lhe tenham vindo do Outro, e favorecer as construções delirantes que lhe permitam circunscrever o gozo [...] promover a pontuação em sua fala para possibilitar a precipitação de sentido. (idem, p. 54)

Como nos ensina Ramalho (2007), o delírio do psicótico, em sua condição de metáfora delirante, deve ser viável socialmente: “na direção da cura nas psicoses, o analista passa a ocupar o lugar de testemunho desta metáfora construída e da significação obtida, cujo reconhecimento é essencial para o paciente.” (idem, p. 315).

A escrita proporciona condições para que o psicótico invista nas palavras. E essa prática pode ser um meio de estabelecer laço social. Para isso, é necessário que o texto seja viável socialmente. Na Análise do Discurso, se compreende que um texto é viável socialmente quando ele produz efeitos de sentido em interlocutores socialmente constituídos. Como explicamos na seção 2.3, o texto, neste campo teórico, não é um objeto fechado e organizado em início, meio e fim. O texto é afetado pela exterioridade (o contexto imediato, o sócio-histórico e outros textos). Nessa

perspectiva teórica, o texto é considerado um espaço discursivo. Como formula Indursky (2006), o “sentido não pertence, de direito, nem ao texto, nem ao sujeito que o produziu, mas é resultado da relação entre os sujeitos históricos envolvidos em sua produção / interpretação” (idem, p. 70). Porém, para que esses efeitos de sentido ocorram, é necessário que o texto, como materialidade discursiva, promova essas interpretações. A responsabilidade do sujeito-autor é de “costurar’ e organizar diferentes recortes para eles se tornarem um texto” (idem, p.71). É esse efeito-texto, ao possibilitar a interpretação do sujeito-leitor, que faz um texto ser viável socialmente.

Refletindo sobre essas questões na perspectiva dos estudos da linguagem, compreendemos a autoria como uma forma de promoção da cura na psicose. A nossa concepção de autoria não compara a escrita psicótica com a neurótica, nem busca encontrar nos textos estudados efeitos de sentido de normalidade. A autoria nos textos dos psicóticos, tal como a estamos concebendo aqui, se estabelece como a tentativa de significar o real, e isso só ocorre com o *represamento do interdiscurso e o estancamento do real*.

Trabalhamos na dissertação de mestrado, Borba (2006), com a fala de pacientes psicóticos internados. Observamos no discurso dos pacientes a invasão do interdiscurso e formulamos a noção de *efeito de interferência radiofônica*⁴⁰ para dar conta dessa não contenção da contradição, da heterogeneidade e da dispersão próprias do interdiscurso. O equívoco é próprio do discurso e é o que permite que se instale a interpretação no texto, possibilitando também a entrada do sujeito-leitor. As noções de *represamento do interdiscurso e estancamento do real* não vão de encontro a essa questão, pois elas não anulam o equívoco do discurso. Elas estão relacionadas à possibilidade de um escrevente psicótico construir um texto passível de leitura.

O *represamento do interdiscurso e o estancamento do real* são atos de contenção que permitiriam ao texto estabelecer efeitos de sentido, e conseqüentemente traria o reconhecimento do outro-leitor. Dessa forma, a nossa concepção de autoria está relacionada à noção de delírio, pois ambas vão ao encontro à possibilidade de construção de sentido. Assim como a crise psicótica é o não sentido, e o delírio é a tentativa de estabelecer sentido ao não-sentido, assim, quando há o tangenciamento do

⁴⁰ Ver nota 33.

real, estabelece-se no texto o *non-sense*, enquanto que um texto em que há vestígios de autoria possibilita-se a organização dos sentidos

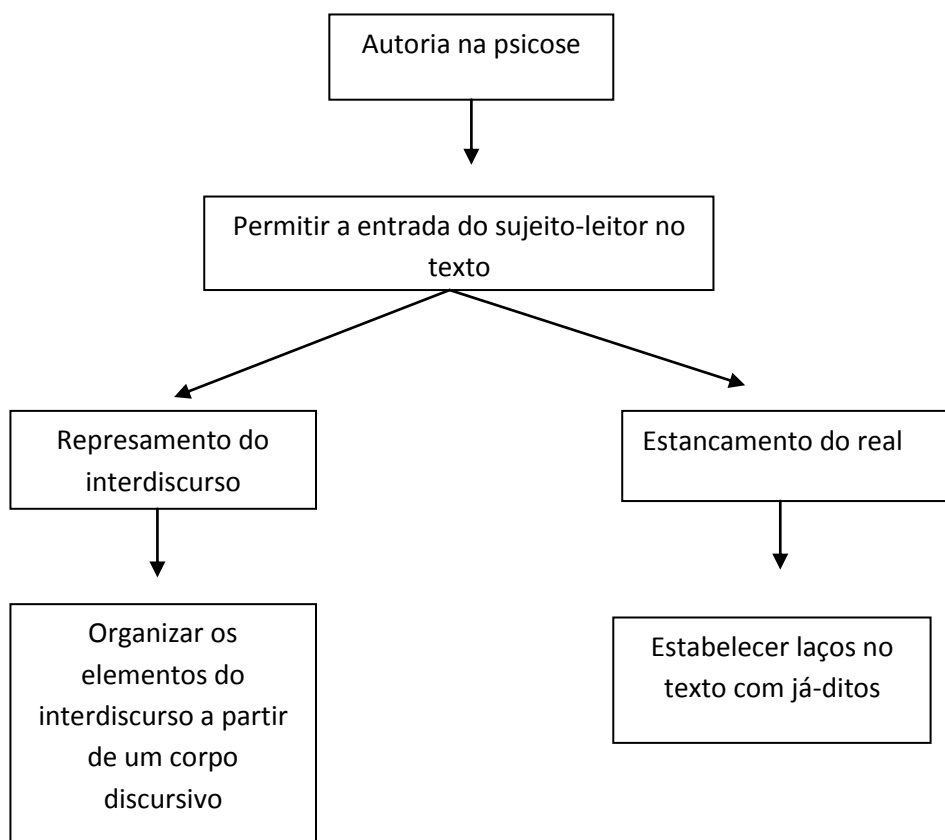
Há, no texto dos psicóticos, a injunção do real. E o tangenciamento do real, que é a manifestação dessa injunção, se concretiza na invasão do não-sentido e do interdiscurso, em sua forma heterogênea e contraditória. Dessa forma, é necessário pensar a autoria na psicose como organização dos sentidos. Mas não uma organização baseada em nosso sistema lógico, mas sim pensar numa organização delirante. Tal como o delírio, a nossa noção de autoria precisa estar embasada numa relação social.

O estabelecimento do vínculo social e a assunção da autoria, num primeiro momento, será pensado a partir da relação que se estabelece entre a escrita e o leitor (seção 5.1), e, num segundo momento, será pensada a partir da relação que o próprio texto estabelece com as formações discursivas (seção 5.2). A relação do texto do psicótico com seu leitor pode ser pensada 1. a partir da latência do funcionamento da pontuação, na medida em que esse funcionamento é necessário para que não se produza o efeito de silenciamento do leitor, 2. a partir do *repesamento do interdiscurso* e o *estancamento do real*, pois na ausência desses mecanismos de contenção do real e do interdiscurso produz-se no texto efeito de não sentido, 3. E também a partir da apropriação do sentido, para o que é necessário haver uma interpelação ideológica do escrevente. Já a relação do texto com o interdiscurso pode ser pensada a partir dos gestos de *inscrição* e *“escrissão”* estabelecidos nos textos produzidos nas oficinas (que serão estudados na seção seguinte).

A possibilidade da entrada do sujeito-leitor no texto será compreendida como uma das principais evidências da presença da autoria no texto do psicótico, porque viabilizaria a socialização do texto: “Fundamental é ter um reconhecimento que prescindia da publicação de um livro, um reconhecimento de um Outro, um Outro significativo para ele, que ocupe um lugar de testemunho da sua experiência narrativa.” (Ramalho, 2007, p. 323). Para que a leitura do texto seja possível, é necessário que haja o *repesamento do interdiscurso* e o *estancamento do real*. A marca de que o primeiro elemento está presente no texto se apresenta como traços de uma organização dos elementos do interdiscurso, a partir de um corpo discursivo. Enquanto que o segundo seria o estabelecimento de laços no texto com já-ditos. Ou

seja, é necessário perceber se há precipitação de sentido no texto, ainda que essa precipitação seja governada por uma lógica delirante.

Ilustração18: Relação autoria e sujeito-autor na psicose.



É necessário também afastar a idéia de que a autoria na psicose está relacionada à mimese do funcionamento discursivo neurótico. Podemos identificar essa mimese com a presença de um efeito caricatural no texto.

Quinet (2006) ensina que

Por não haver nem metáfora paterna nem metáfora delirante, pois não há uma amarração entre significantes e significados, nem precipitação de um sentido, a metonímia própria à cadeia significante faz aparecer na fala o que seria, propriamente falando uma ‘associação livre’ – livre das amarras da significação, sempre fálica, os significantes se associam por

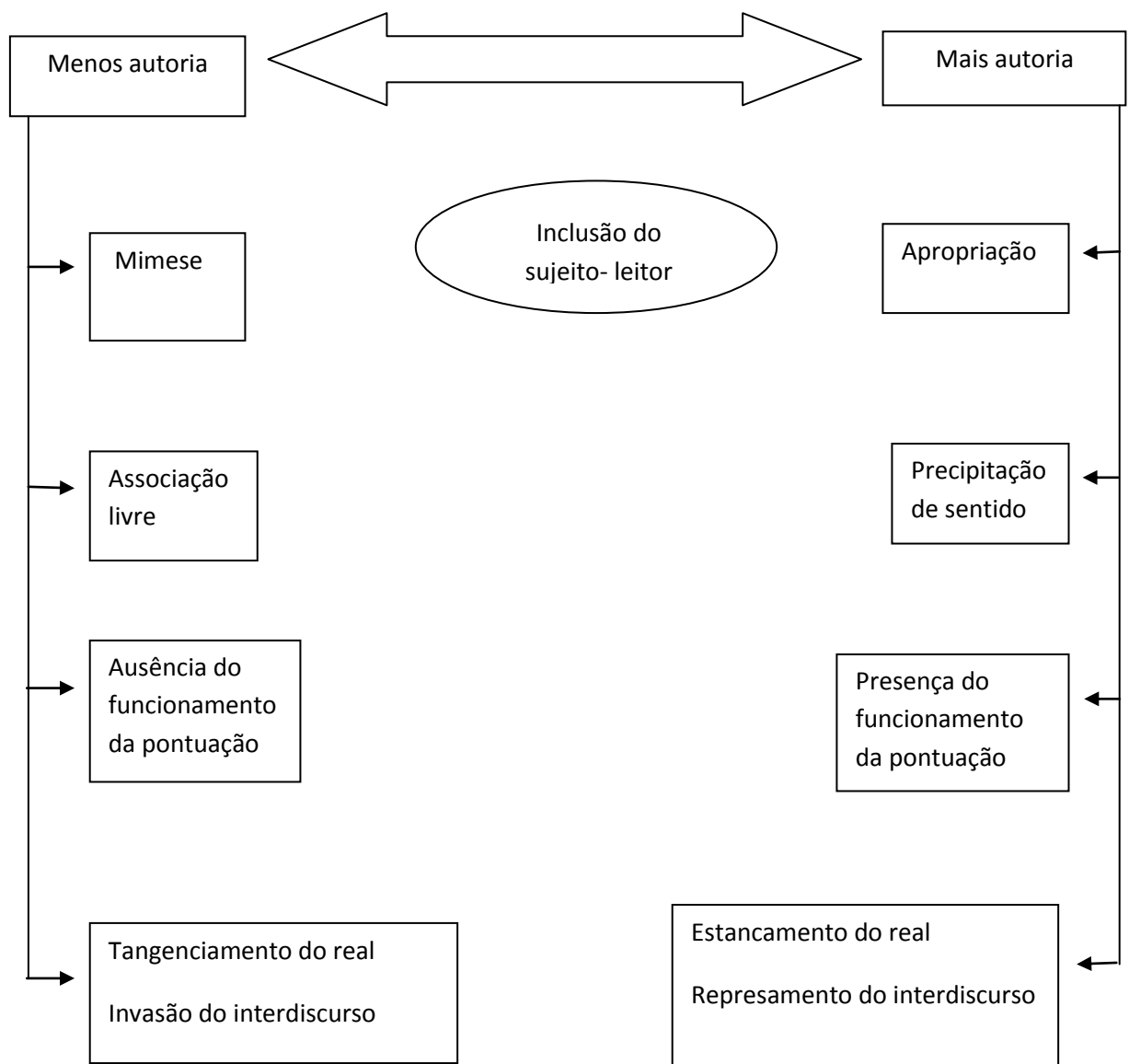
sua equivocidade, e não pelo sentido que poderiam constituir por sua articulação em uma cadeia” (idem, p. 80).

Dessa forma, é necessário perceber nos textos estudados se ocorre uma precipitação de sentidos que demonstrariam um maior grau de autoria, ou se o texto está se desenvolvendo a partir de uma associação livre, que denunciaria um menor, ou até inexistente, grau de autoria. Ramalho (2007) nos ensina que na psicose há “a possibilidade de uso da escrita como uma forma de lidar com a crise que signifique uma apropriação da experiência” (idem, p. 317). Iremos compreender a precipitação de sentido como um traço da assunção à autoria.

No texto de neuróticos, poderíamos dizer que a latência do funcionamento de pontuação não é um indício do estabelecimento do efeito de autoria. Porém, no caso dos textos estudados, acreditamos que é um vestígio de autoria, na medida em que não acarretaria nem na invasão do interdiscurso em sua forma contraditória e heterogênea, nem o efeito de silenciamento do leitor.

No quadro a seguir, um resumo de como pensamos o grau de autoria nos textos dos psicóticos:

Ilustração 19: Grau de autoria.



A seguir, analisaremos o texto H do paciente V.

Texto H

O MARIATÉ

HOJE AS 9:00 HORAS EU VINHA CAMINHANDO
 PELA ANDRADAS QUANDO DEREPEENTE UMA SENHORA
 GRITA NA FRENTE DA C.E.F. "LADRÃO" LADRÃO"

“PEGA” “PEGA” E O ELEMENTO COM A CAMISA SOCIAL
RASGADA NA MANGA CORRIA EM MINHA DIREÇÃO
E EU OLHEI RAPIDAMENTE ATÉ O OCORRIDO E PENSEI
SE NINGUEM IRIA FAZER NADA E NADA FIZERAM
LIGEIRO TOMEM UMA DECISÃO DE PEGALO, TENTEI DAR
UM CHUTE MAIS NÃO ACERTEI CORRI ATRÁS DELE
ATÉ PEGAR QUANDO ELE CAIO NO CHÃO VEIO A
BRIGADA E O PRENDEU E LHE DEU UMA SURTA.
DEPOIS DISSO VOLTEI ATÉ A RUA DOS ANDRADAS E AS
PESSOAS ME OLHAVAM COMO HEROI MINHA ALTO
ESTIMA CRESCER. MAS ACHO QUE NÃO É LEGAL
FAZER ESTE PAPEL PORQUE AS PESSOAS QUE ESTAVAM
NA RUA PASANDO TAMBÉM NÃO FIZERÃO
04/05/2005 V.

No texto H, percebemos que, apesar de não haver a sinalização e, até mesmo, de existir construções ambíguas no texto, a latência do funcionamento de pontuação permite ao paciente construir nesse texto um sujeito. Há uma organização do interdiscurso nessa seqüência. Os saberes pré-construídos estão organizados produzindo um efeito de linearidade, apagando, assim, a heterogeneidade e a contradição do interdiscurso. Esse efeito faz também com que a incompletude da linguagem não fique evidente.

Não há um efeito de silenciamento do leitor. Apesar de haver poucos sinais de pontuação, é a latência do funcionamento da pontuação que permite ao leitor compreender tanto a narrativa quanto a conclusão - a percepção do doente em relação ao que seria a normalidade. Dessa forma, podemos considerar a latência do funcionamento da pontuação como um dos traços característicos da autoria na escrita psicótica.

O texto não se desenvolve por associação livre, como ocorre em outros textos do mesmo paciente estudados nesse trabalho. Há efeito de coerência e consistência nesse texto. É possível rastrear efeitos de leitura vinculados a condições de produção de leitura específicas. Um efeito-leitor desse texto seria a crônica jornalística. O texto

produz efeito de sentido de denúncia do egoísmo e do descaso do comportamento considerado normal. De forma geral, há um corpo discursivo nesse texto, podemos ver isso na medida em que há um centro organizador do discurso que é um locutor na posição discursiva de “anormal”, ou seja, de uma pessoa que se comporta de forma diferente daquilo que se espera socialmente. E é esse corpo discursivo que aparece produzindo efeito de um sujeito que fala.

Porém, a costura de todos os sujeitos do texto, que cria a ilusão de apenas um, o autor, se desfaz em algumas passagens, evidenciando uma fragmentação do corpo discursivo. A seguir analisaremos essa fragmentação. Para isso, separamos em três quadros, os recortes que serão analisados:

Recorte A

E EU OLHEI RAPIDAMENTE ATÉ O OCORRIDO E PENSEI
SE NINGUEM IRIA FAZER NADA E NADA FIZERAM
LIGEIRO TOMEM UMA DECISÃO DE PEGALO

Recorte B

LIGEIRO TOMEM UMA DECISÃO DE PEGALO, TENTEI DAR
UM CHUTE MAIS NÃO ACERTEI CORRI ATRÁS DELE

Recorte C

CORRI ATRÁS DELE
ATÉ PEGAR QUANDO **ELE CAIO** NO CHÃO VEIO A
BRIGADA E O PRENDEU E LHE DEU UMA SURTA.

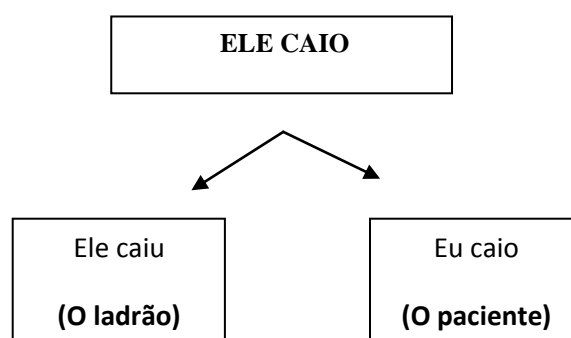
O texto faz a narrativa de uma situação testemunhada pelo paciente: uma senhora é roubada e o ladrão corre impunemente no meio dos transeuntes. No recorte A, o paciente reflete a respeito da inércia das pessoas que passam pela rua e

presenciam o ocorrido. A linearidade da leitura faz com que a frase, “ligeiro tomem uma decisão de pegalo”, produza um efeito de súplica do paciente às pessoas que o cercam.

O recorte B, que é uma seqüência do A, mostra que o paciente reage à indiferença das pessoas e toma a decisão de pegar o bandido. Dessa forma, numa nova leitura da frase citada, dessa vez levando em conta a ação subsequente, poderíamos nos questionar se não houve um engano no momento da escrita (ao invés de “tomem”, “tomei”): “ligeiro tomei uma decisão de pegalo”. É forte a ressonância desse outro sentido na mesma frase, principalmente no contexto lingüístico em que está inserido.

O batimento dos dois sentidos ressoando na mesma frase produz um efeito de anagrama⁴¹, em que ambos os sentidos são legítimos para o desenvolvimento da idéia. Ao mesmo tempo em que o paciente suplica para que as pessoas façam alguma coisa, também toma a iniciativa de capturar o ladrão. Podemos também ver que o elemento que falha, ou que potencializa o sentido, é a desinência pessoal. O anagrama faz suscitar duas entidades na mesma frase: o eu (autor) e os transeuntes. Ao mesmo tempo em que os dois sentidos são disjuntos, porque percebemos separadamente a possibilidade de haver duas frases, o anagrama denuncia uma condensação, a do paciente com os outros.

No recorte C, vemos novamente essa fusão entre o paciente e o outro (aqui personificado pelo ladrão).



⁴¹ Não compreendemos o termo anagrama como a utilização das mesmas letras para fazer palavras diferentes, por exemplo, América e Iracema. Utilizamos o termo para nos referirmos ao fenômeno de dois efeitos de sentido serem suscitados a partir do mesmo sintagma, concomitantemente, como na música Partido Alto, em que a expressão “Deus dará” possui dois efeitos de sentido opostos (Deus ajudará e ficar a Deus dará). Também em música de Djavan, o cantor brinca com esse batimento de sentidos. O verso “O que será de mim?” faz ouvir ao mesmo tempo a resposta para essa frase: “Esquecerá de mim”.

Nesse trecho, não é possível pelo contexto compreender quem caiu, se foi o paciente ou o ladrão. A condensação ocorre não em uma palavra, como anteriormente, mas em um sintagma. Colocar em seqüência o pronome de terceira pessoa com a desinência verbal de primeira não é um erro gramatical que um falante nativo cometeria⁴².

O recorte D é a conclusão do texto.

Recorte D

➤ Mas acho que não é legal fazer este papel porque as pessoas que estavam na rua não fizeram

Esse fechamento segue uma corrente argumentativa que se opõe àquela desenvolvida no texto. Há indignação do paciente frente ao roubo e ao descaso dos transeuntes, isso que faz com que ele vá atrás do ladrão. Esse ato resultou numa elevação de sua auto-estima. Mesmo assim, a conclusão foi que ele não deveria ter se intrometido.

O texto produz um efeito de sentido de denúncia da indiferença e do egoísmo do comportamento tachado de “normal”, porém o texto é finalizado com a idéia de que é melhor imitar esse comportamento. Esse desfecho produz dois efeitos-leitor: 1. ou efeito de sentido de ironia; 2. ou efeito de estranhamento no leitor, por ter uma conclusão diferente da formação discursiva que afeta o texto. No primeiro caso, as marcas de condensação devem ser compreendidas como erro do autor. No segundo, é necessário opacificar o funcionamento dessas condensações. Em nossa análise seguiremos o segundo efeito-leitor.

No final do texto H, o narrador se desprende de um posicionamento crítico do fato ocorrido e apenas conclui que deve imitar. Não há uma busca de re-significação do mundo, o paciente tenta mimetizar os sentidos já estabelecidos. O escrevente não consegue se apropriar plenamente dos sentidos. Isso resulta num efeito caricatural no texto.

⁴² O sintagma “veio a brigada” pertence a um padrão lingüístico, pertencente a um determinado grupo social. Dessa forma, não é um fato lingüístico-discursivo da mesma natureza de “Ele caiu”.

Se a conclusão destoia de toda argumentação desenvolvida no texto, ela é condizente com as condensações que ali se desenvolvem. O recorte D opacifica as condensações que ocorrem no texto, na medida em que nos mostra a relação de mimese do paciente com o outro. Essa mimese resulta nas condensações. Ou seja, para ser normal, é preciso ser como o outro.

É importante ressaltar que o texto H é de V, o mesmo paciente em cujos textos (que estão representados nas sdr1, sdr2 e sdr4) estudamos o tangenciamento do real, na seção anterior. O tangenciamento do real, na psicose, é uma injunção ao não-sentido da qual a autoria é uma possibilidade de fuga. É possível, na autoria, construir outra via de lidar com a linguagem e com os sentidos, já que, na psicose, essa relação não é imposta como na neurose. Percebemos que, no caso do paciente V, apesar de haver, em seus textos, diversas ocorrências do tangenciamento do real, há também a possibilidade da construção de um certo grau de autoria.

A seguir, analisaremos o texto I⁴³, da paciente L, escrito em 29 de junho de 2005.

Texto I

as vezes sinto só
as vezes me sinto ~~em tant~~ de tantas forma
~~triste, alegre~~, que muitas vezes nem sei
explicar mas eu acho que explicar é
importante as vezes acho que não é
tento levar minha vida adiante e as veze
me sinto mal por vida estar entrelaçada
na vida de outras pessoas
Sei que as pessoas ~~as~~ tentam me
ajudar mas as vezes atrapalham e me
fazem sofrer
~~Estou meio sem chão.~~

⁴³ A digitação do texto respeita a utilização de letras maiúsculas e minúsculas realizados pela autora.

Há, no texto em tela, um tema que norteia seu desenvolvimento: os sentimentos da escrevente. Esse tema se desenrola de modo a estabelecer efeitos de coerência e de consistência textual. O texto não produz efeito caricatural, porque não há uma mimese do comportamento neurótico. A dúvida que se estabelece na escrevente é genuína, e o texto se desenrola de forma a nomear seus sentimentos.

Apesar de o texto ser uma tentativa do escrevente de explicar o que está sentindo, essa busca de ressignificação do mundo é pendular no texto I. Como podemos ver no recorte abaixo.

Muitas vezes nem sei explicar;
Eu acho que explicar é importante;
As vezes acho que não é;

A busca de uma significação produz rasuras no texto estudado. Refletindo a respeito da heterogeneidade constitutiva da linguagem, Calil (2006), que se vincula teoricamente aos estudos enunciativos de Authier-Revuz, afirma que “na rasura, o retorno do sujeito sobre o dizer e o escrito, visando reformulá-lo, refazê-lo, produz um apagamento da enunciação precedente e, ao mesmo tempo, traz um dizer que pode estar marcado pela modalização” (Calil, 2006, p. 3). A rasura se concretiza como uma modalização autonímica quando o escrevente retoma a palavra rasurada de forma metaenunciativa, reflexiva e opacificante. Na primeira forma, se duplica a enunciação, ou seja, uma enunciação dentro de uma enunciação (ex. Vamos falar de amor, se é que a palavra convém.). Uma rasura tem forma reflexiva quando o termo que a substitui é um comentário daquele rasurado. Um termo é opacificado quando ele se evidencia pelo dizer e não pelo seu dito.

Em nossa análise a respeito da rasura investigaremos os seguintes aspectos: 1. as rasuras que se produziram durante a seleção de pré-construídos; 2. as rasuras nos sinais de pontuação. Nosso objetivo, ao analisar as rasuras, é perceber como ocorre a precipitação de sentido no texto em tela. Analisaremos as rasuras selecionadas nos quadros a seguir:

Recorte E

as vezes me sinto ~~em tant~~ de tantas
forma

Recorte F

Sei que as pessoas ~~as~~ tentam me ajudar
mas as vezes atrapalham e me fazem
sofrer

Recorte G

tantas forma
~~triste, alegre,~~ que muitas vezes nem sei

Recorte H

~~Estou meio sem chão.~~

As rasuras dos recortes E e F são de seleção de sentidos, na medida em que nelas ocorre a substituição de um sentido por outro. Como ensina Calil (2006):

A rasura, tanto oral quanto escrita, indica que o sujeito, em algum momento do processo de escrita, interrompeu o percurso para voltar-se sobre aquilo que foi dito ou escrito, para anular, substituir, deslocar, acrescentar, dizer de outro modo algo que já havia falado ou escrito. (idem, p. 9).

As rasuras dos recortes E e F são vestígios da precipitação de sentido no texto, ou seja, mostram que o texto não está se desenvolvendo a partir de uma associação livre. Elas também marcam o assujeitamento ideológico da escrevente.

Para explicar a questão do assujeitamento do indivíduo à ideologia, Pêcheux & Fuchs (1975) propõem duas noções: o esquecimento n. 1 e o esquecimento n. 2, como

foi explicado na seção 2.2. A rasura está relacionada ao esquecimento n. 2. Rasurar é não aceitar um determinado dizer e substituí-lo por outro, considerado pelo escrevente, apropriado. Essa seleção que ocorre na rasura dá-se a partir de um norteamto ideológico, ou seja, há, por esse ato, um reforço do posicionamento ideológico do escrevente.

A partir da ilusão proporcionada pelo esquecimento n. 2, a escrevente reformula seu dizer e se posiciona dentro de uma formação ideológica. O assujeitamento ideológico, que é um pressuposto na neurose, é uma conquista na psicose, na medida em que não é um *a priori* nessa constituição subjetiva. A própria rasura não é algo comum no vasto arquivo sobre o qual nos debruçamos.

As rasuras dos recortes E e F não são modalizações autonímicas. O elemento que substitui aquele trecho rasurado é um comentário a propósito do elemento anterior, porém esse retorno sobre o dizer não denuncia uma não-coincidência entre esses termos. O elemento que o substitui não explora sua heterogeneidade. No recorte E, há provavelmente uma substituição de “com tantas formas” por “de tantas formas”. Nessa substituição, há uma modificação do sentido vinculado ao texto. No recorte F, a substituição é provavelmente de “sei que as pessoas as vezes tentam me ajudar mas atrapalham e me fazem sofrer” por “sei que as pessoas tentam me ajudar mas as vezes atrapalham e me fazem sofrer”. Também nesse recorte, há uma mudança na seleção do já-dito que está sendo relacionado ao texto.

Há apenas três sinalizações de pontuação (~~triste, alegre, / Estou meio sem chão.~~) e essas foram rasuradas. Porém, a latência do funcionamento da pontuação é preservada, na medida em que o sujeito-leitor pode pontuar e, assim, estabelecer a leitura e a interpretação do texto. O sujeito-leitor não é, de forma alguma, silenciado no texto.

É preciso deixar claro que a latência do funcionamento da pontuação é diferente da presença de seus sinais em um texto. Como vimos no capítulo anterior, o ponto final só se estabelece quando há a finalização de um sentido, ou seja, quando se exclui de um sintagma tudo aquilo que não está presente nele, dessa forma, separando exterior (interdiscurso) do interior do sintagma (intradiscurso). Sendo assim, ao rasurar o único ponto final do texto, a escrevente rejeita tanto aquele sentido estabelecido pelo

ponto final (Estou meio sem chão.), quanto a própria finalização dos sentidos estabelecidos no texto.

Algo semelhante ocorre também na rasura das duas únicas ocorrências de vírgula no texto. Como dissemos, quando se coloca uma vírgula, se está estabelecendo uma seleção de elementos do interdiscurso. O ato da rasura, nesse caso, é um vestígio de uma impossibilidade de selecionar. É como se não fosse possível encontrar os sentidos desejados no interdiscurso.

Nos recortes G e H, podemos ver que a escrevente rasura os adjetivos (triste, alegre) e o sintagma (estou meio sem chão) que poderiam proporcionar a explicação que ela busca. Porém, a rasura não estabelece uma substituição de termos. A escrevente não encontra outros pré-construídos que sejam mais apropriados para nomear seus sentimentos. Isso nos mostra que os pré-construídos são inapropriados para delimitar aquilo que ela quer explicar. O que ela vai construindo com a rasura é o vestígio de uma impossibilidade de nomear seus sentimentos. Dessa forma, o real vai silenciando trechos de sua escrita.

No texto estudado, há um efeito de silenciamento produzido pela impossibilidade de nomear o real, mas existem também precipitações de sentido. Ou seja, há um corpo discursivo que “teima” em re-significar o mundo. No recorte que segue, há duas formulações a respeito dos seus sentimentos:

As vezes sinto só

Me sinto mal por vida estar entrelaçada na vida de outras pessoas.

Há um batimento entre a impossibilidade e a tentativa de explicar os sentimentos. Podemos observar, nessa flutuação entre a busca e a impossibilidade, uma falha na apropriação dos sentidos, mas também uma possibilidade de que esses sentidos possam vir a ser apropriados pela escrevente. É essa “teimosia” da escrevente que lhe proporciona traços de autoria.

A seguir, analisaremos o texto J⁴⁴ do paciente R, escrito em 11 de janeiro de 2006.

Texto J

O TIMONEIRO SE ESFORÇA

TENTANDO VENCER AS

ONDAS ENORMES

MAR AFORA

AS COISAS COMUNS

PARECE NÃO DÃO

MAIS SENTIDO A VIDA

TENTA O TIMONEIRO

NÃO ERRAR O CURSO

PREVISTO

SÃO TÃO INSIGNIFICANTES

OS ARGUMENTOS DE UMA

MENTE PERTUBADA

QUE O TIMONEIRO

TEVE NO PENSAMENTO

ARMAZENADA OS

MOMENTOS REAIS

DE UM BEM MAIOR

QUE SIMPLES QUEIXUMES

DE UMA VIDA QUE

VAI CONFORME O

VENTO DO MAR

⁴⁴ Os textos de R serão escritos em letra maiúscula porque o autor escreve em letra de forma

O texto J é uma poesia. A utilização desse gênero literário traz implicações para o texto. O corpo discursivo se apresentará como um eu lírico. A relação entre o eu lírico e o sujeito-leitor difere daquela estabelecida na prosa. Uma poesia não precisa ser totalmente compreensível: “A poesia lírica renuncia à coerência gramatical, lógica e formal, pois necessita se libertar para poder ser mais autenticamente momentânea” (Samuel, 1997, p. 75). Em outros gêneros literários, como a prosa e a narrativa, é necessária a construção de um corpo discursivo que reproduza a ilusão de um sujeito que sustenta o texto. Na poesia lírica, o eu lírico é um fragmento do sujeito, na medida em que a poesia é a representação de uma interpretação de um momento da existência desse ego. O corpo discursivo tem um traço difuso na poesia, porque não é necessário aparecer a delimitação de um sujeito.

A interlocução entre sujeito-leitor e eu lírico é de uma ordem diferente daquela estabelecida nas narrativas. A ilusão do sujeito-leitor de que ele está decodificando os sentidos do texto é minimizada: “o importante no estilo lírico não são as conexões lógicas. A comunicação entre leitor e o poema não exige que a compreensão ocupe o primeiro plano. O leitor se emociona primeiro, para depois entender” (Samuel, 1997, p. 75).

A precipitação de sentido no texto J é grande na medida em que há uma metáfora centralizadora dos sentidos desenvolvidos no texto: o timoneiro. É genuína a re-significação do mundo na poesia ora em tela. O tema desenvolvido é a loucura e a metáfora do timoneiro nos mostra a posição em que o paciente se coloca como condutor da própria vida e também o esforço que isso demanda. Não há nenhum efeito caricatural no texto, porque não há ali nenhuma mimese do comportamento do neurótico.

É possível perceber que o texto é determinado sócio-historicamente, na medida em que o escrevente consegue se apropriar dos pré-construídos para re-significar seu mundo. Isso não é um *a priori* nos textos de psicóticos, como é nos dos neuróticos. Também é outra conquista do escrevente a “costura” da heterogeneidade discursiva constitutiva do texto. Essa “costura” produz efeito de unidade, homogeneidade e a ilusão de completude da linguagem.

A pontuação do texto ocorre pela distribuição gráfica das frases, como é muito comum no gênero da poesia. Dessa forma, o funcionamento da pontuação é preservado, possibilitando ao leitor estabelecer a pontuação.

O lugar discursivo em que o texto está inserido é o da loucura (SÃO TÃO INSIGNIFICANTES OS ARGUMENTOS DE UMA MENTE PERTUBADA). Como mostramos na seção 3.2, o lugar discursivo é construído de já-ditos e projeta a imagem de um locutor que, no caso em questão, é a de um enunciador-falho. Analisaremos a seguir qual a relação estabelecida entre o enunciador construído no lugar discursivo da loucura e o eu lírico do texto.

A imagem do timoneiro, que abre o poema, coloca o eu lírico como condutor de sua própria vida. Dessa forma, o eu lírico desloca a idéia do louco como objeto, como uma marionete, para a de sujeito. As ondas do mar citadas no poema são a imagem das dificuldades enfrentadas pelo eu lírico. A primeira estrofe humaniza a loucura na medida em que constrói uma imagem que pode fazer com que o leitor se identifique. Na segunda estrofe que vai delimitando quais os tipos de dificuldades (AS COISAS COMUNS PARECE NÃO DÃO MAIS SENTIDO A VIDA). Apenas na quarta estrofe, o leitor se depara com o problema (SÃO TÃO INSIGNIFICANTES OS ARGUMENTOS DE UMA MENTE PERTUBADA).

O texto se desenvolve a partir da idéia de que o eu lírico luta contra a loucura (TENTA O TIMONEIRO NÃO ERRAR O CURSO PREVISTO / O TIMONEIRO TEVE NO PENSAMENTO ARMAZENADA OS MOMENTOS REAIS DE UM BEM MAIOR QUE SIMPLES QUEIXUMES DE UMA VIDA QUE VAI CONFORME O VENTO DO MAR).

O escrevente constrói novos saberes diferentes daqueles que constituem o lugar discursivo da loucura. Essa re-significação do mundo que o escrevente produziu se historiciza e constitui os saberes do lugar discurso da loucura⁴⁵. Concluímos que o grau de autoria no texto J é o maior dos três textos estudados.

⁴⁵ O escrevente R publicou, em 2006, um livro e esse texto faz parte da coletânea.

5.1.1.1 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Nesse capítulo, concluímos que, na psicose, a autoria não se manifesta de forma absoluta, mas se apresenta nos textos em diferentes graus. Dos três textos estudados, o texto H é a que apresenta o menor grau de autoria, enquanto que o texto J apresenta o maior.

A autoria está diretamente relacionada à apropriação de sentido pelo escrevente. No texto H, o escrevente não consegue se apropriar dos sentidos, ou seja, há uma falha na interpelação ideológica do sujeito. Dessa forma, o escrevente não re-significa o mundo, tentando, assim, mimetizar os sentidos já estabelecidos. Isso resulta tanto em um efeito caricatural no seu texto quanto nas condensações encontradas.

No texto I, a apropriação dos sentidos é pendular. A escrevente se apropria dos sentidos quando consegue expressar seus sentimentos. Porém, pela impossibilidade de nomear o real, há um efeito de silenciamento dos sentidos no texto.

O escrevente se apropria dos sentidos no texto J. Ao produzir novos saberes a respeito da loucura, pelo deslocamento da idéia de marionete para a de condutor de sua própria vida, o escrevente modifica os saberes inscritos no lugar discursivo da loucura.

Além da apropriação dos sentidos, são necessários, para o estabelecimento da autoria na psicose, o *represamento do interdiscurso* e o *estancamento do real*. No texto H, o interdiscurso não foi totalmente represado no texto e as condensações encontradas são o vestígio da invasão do interdiscurso. O texto está seguindo uma corrente de sentido vinculado a uma formação discursiva específica que lhe proporciona o efeito de sentido de crítica social, principalmente crítica ao descaso da sociedade pela sorte alheia. Porém, há outra formação discursiva antagônica concorrendo para também atravessar o texto. Ou seja, há uma formação discursiva predominante, que dá ao texto o tom de crítica social. Mas há também a invasão de outros sentidos, pertencentes a outra formação discursiva, e isso força o texto a ter outra corrente de sentido. A formação discursiva represa a heterogeneidade e a contradição do interdiscurso na medida em que seleciona saberes coerentes com a

forma-sujeito que a governa. Porém, quando não há o *represamento do interdiscurso*, o texto tanto pode produzir efeito de sentido de heterogeneidade e contradição quanto pode conter duas ou mais formações discursivas concorrentes. Observamos a segunda forma de invasão do interdiscurso no texto H.

Observamos nos textos analisados que o real se manifesta de duas formas: ou pelo não sentido ou pelo efeito de silenciamento. O não estancamento do real, no texto I, produz no texto esse segundo efeito. Tanto as rasuras das pontuações quanto a dos adjetivos nos mostram a impossibilidade de nomear o real. No texto J, tanto o real é estancado quanto o interdiscurso é represado. Podemos observar que há uma formação discursiva norteando o texto e também que o escrevente consegue re-significar seu mundo após a crise psicótica.

Como vimos no capítulo sobre pontuação, Popin afirma que a ausência de pontuação enfraquece a posição autorial, porém não endossamos essa afirmação a partir de nossas análises. Refletindo a respeito do arquivo que estudamos, percebemos que a presença da latência do funcionamento de pontuação já indicia a presença da autoria no texto. Nossa justificativa para nos opor a Popin é que esse autor estuda textos produzidos por neuróticos, e, dessa forma, desde que o escrevente tenha sido alfabetizado, não há a ausência da latência do funcionamento da pontuação nos seus textos. Nós trabalhamos com um arquivo em que esse funcionamento discursivo está ausente em inúmeros textos. Dessa forma, devemos valorizar essa conquista do escrevente, e contabilizar a latência do funcionamento de pontuação para pensar a autoria nessa forma de subjetividade.

Pelo fato de os psicóticos não estarem inscritos no simbólico, é necessária uma reorganização do sentido, a partir de uma metáfora delirante. A autoria na psicose está vinculada ao delírio. Mas é necessário não confundir delírio e autoria. Ambos têm uma estrutura e um funcionamento semelhantes. A organização de sentido que foi estabelecido no delírio é utilizada na autoria. Porém, são de ordens diferentes. Enquanto o delírio é de ordem psíquica, a autoria é de ordem lingüística e discursiva.

No esquema a seguir vemos a relação que queremos estabelecer entre a autoria e o delírio, tanto a autoria quanto o delírio promovem a precipitação do sentido e o vínculo social:

Ilustração 20: Relação crise e delírio.

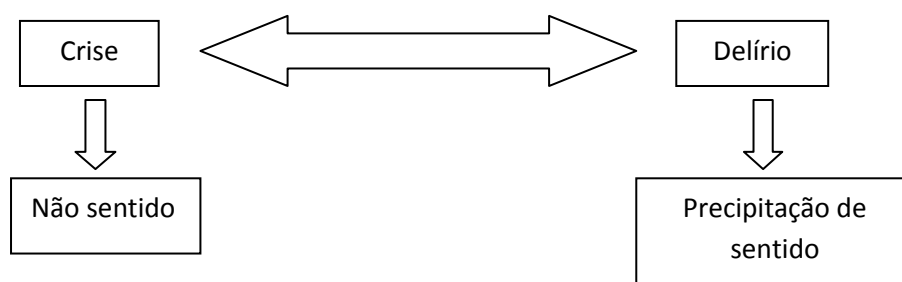
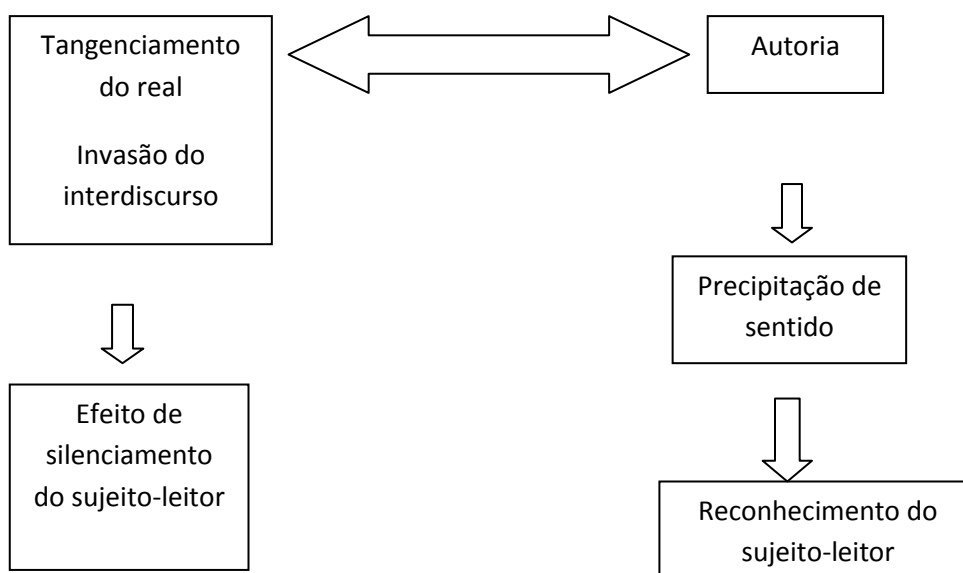


Ilustração 21: Relação Tangenciamento do real e autoria.



A leitura do texto psicótico apresenta duas facetas: tornar possível a leitura do texto e ele ser lido de fato. Ambas estão vinculadas à viabilidade social do texto e à assunção da autoria pelo escrevente. Percebemos em nossa análise que, para a leitura de um texto psicótico ser viável, é necessário que o escrevente conquiste uma relação com o sentido e com a linguagem que permita que seu texto fuja do não-sentido. A leitura do texto possibilita o testemunho dessas conquistas e também a historicização do discurso psicótico.

5.2 AUTORIA COMO INSCRIÇÃO E “ESCRICÃO”

Há duas questões importantes para pensar a subjetividade na psicose. A primeira é a dificuldade e, muitas vezes, até mesmo a impossibilidade de o psicótico estar inserido na sociedade, no simbolismo. A segunda é a possibilidade de o psicótico estabelecer vínculos com a sociedade, que é o objetivo do trabalho na clínica psicótica.

Formulamos duas noções para dar conta da autoria na psicose, pois acreditamos que elas tangenciam essas questões. Foi necessário formulá-las porque as teorizações existentes a respeito de autoria e de escrita não dão conta das peculiaridades da escrita psicótica. Acreditamos, contudo, que tais formulações serão proveitosas para pensar o funcionamento da escrita de modo geral.

Compreendemos *autoria* a partir de dois gestos diferentes: 1. o da *inscrição*, ou seja, o assujeitamento à língua, à ideologia, a submissão às coerções inerentes à materialidade escrita e a inserção social; 2. o da “*escricão*”, ou seja, o se escrever no texto, dar a ele singularidade, assumir uma posição no texto. Esta última noção está intimamente relacionada às questões da “criatividade” e “originalidade” tão presentes nas reflexões sobre escrita.

Para haver um *efeito de autoria* é preciso concomitância e equilíbrio entre os gestos de *inscrição* e “*escricão*” na produção textual. Exemplos de textos onde há alto grau de *inscrição* são as redações de vestibular. São textos em que há submissão às regras da gramática. Há inserção social que ocorre pelo recurso a clichês, mas há um baixíssimo grau de “*escricão*” do aluno como uma singularidade. O exemplo contrário seria a pichação, em que vemos a tentativa de jovens de marcarem sua singularidade perante a sociedade. Porém, os pichadores, por não seguirem as regras de grafia e ortografia, afastam essa escrita de uma inserção social legitimada.

Nosso estudo se dividirá em três partes. Inicialmente, faremos uma reflexão teórica a respeito de como compreendemos as noções de *inscrição* e de “*escricão*”. Em seguida, tentaremos perceber se esses gestos ocorrem em dois textos de diferentes pacientes psicóticos participantes do “Atelier de Escrita” do CAPS região Centro de

Porto Alegre. Finalmente, veremos como as questões a respeito da autoria estariam relacionadas à clínica da psicose.

5.2.1. A INSCRIÇÃO PELA SUBMISSÃO

Compreendemos a noção de *inscrição* como estando relacionada à inserção, ou seja, à necessidade de submissão a determinadas regras para poder estar inserido na linguagem, na sociedade, na alfabetização, etc.

Começaremos pensando a questão da submissão a partir da primeira *inscrição*, que seria a *inscrição* na linguagem. Essa seria representada na Psicanálise pelo Édipo, que é a abordagem mítica da constituição da subjetividade e se desenvolve em três momentos lógicos. No primeiro momento, há a persistência na relação dual entre a criança e a mãe, ou seja, está-se ainda no nível do imaginário. A criança é identificada como objeto de desejo da mãe, que é o Outro absoluto da criança. Por esse motivo, não há a constituição da subjetividade no sentido de uma individualidade psíquica. Podemos ver isso pela utilização da terceira pessoa: ao invés de a criança dizer “Eu”, ela dirá “Neném quer doce”. Mesmo não possuindo a linguagem, o bebê está em contato com ela, porque ele é falado pelos outros.

No segundo momento do Édipo, há o começo da entrada no simbólico. A relação da criança com a mãe deixa de ser imediata, pois há interferência do simbólico que advém da linguagem. Isso acontece pela introdução do terceiro elemento - a instância paterna como metáfora do pai⁴⁶ - que impõe a lei de interdição. Ocorre, nesse tempo lógico, o recalque originário que inaugura a cadeia significante do sujeito.

No terceiro momento do Édipo, há a inserção completa no simbólico. Ocorre a castração nos três níveis: criança, mãe e pai. Há o advento do pai simbólico, que é o representante da lei. Ocorre, nesse momento, a separação completa entre a criança e a mãe pelo interdito do pai, tornando possível a introdução do sujeito na ordem da cultura.

⁴⁶ É necessário dizer que não se está falando da mãe e do pai da criança, mas funções materna e paterna, pois, caso contrário, órfãos e institucionalizados não teriam acesso à ordem da linguagem.

A Psicanálise freudo-lacanianana nos ensina que passar pelo Estádio de Édipo é se submeter à linguagem, à cultura, à sociedade: é assujeitar-se ao Outro, é ser um sujeito “da linguagem”, ou “na linguagem”. A não passagem pelo Édipo acarretaria conseqüências, como a aparição de outra constituição subjetiva, a psicótica (esse assunto será trabalhado posteriormente). Dessa forma, é preciso se submeter a esse “meio distorcido” ou a essa “camisa-de-força” da linguagem e “permitir ser representado por palavras” (Fink, 1998, P. 72), a fim de constituir-se como neurótico.

O assujeitamento ideológico é outra *inscrição* necessária: a submissão aos sentidos. Para compreendermos a submissão à ideologia, é preciso compreender a noção de sujeito na Análise do Discurso. Essa noção é pensada através do conceito althusseriano de interpelação, que é “a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção” (Althusser, 1996, p.165). Para Althusser (1996), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e esse assujeitamento o conduz a exercer seu lugar social, sob a ilusão de estar exercendo esse lugar por vontade própria. Para explicar a questão do assujeitamento do indivíduo à ideologia, Pêcheux e Fuchs (1975) propõem dois conceitos: o esquecimento n. 1 e o esquecimento n. 2. Como já explicamos, o esquecimento n.1 é o que permite termos a ilusão de ser a fonte do que dizemos, e, desse modo, não percebemos que retomamos sentidos já-ditos. O esquecimento n.2 é o que permite ao sujeito reforçar, por argumentação, a sua posição ideológica.

A noção de sujeito carrega uma ambigüidade produtiva: ao mesmo tempo em que remete a uma subjetividade livre, também designa um ser subjugado. Althusser (1996) percebe que os mecanismos da ideologia carregam essa mesma ambigüidade:

o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite (livremente) sua sujeição, ou seja, para que “execute sozinho” os gestos e atos de sua sujeição. Não há sujeito senão por e para sua sujeição.” (idem, p. 138).

Retomando Lacan - o inconsciente como discurso do Outro – e Althusser – a ideologia interpela os indivíduos como sujeito –, Pêcheux (1975) procura dissolver “o

engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito” (idem, p. 172). Isto é, a alteridade não é mais vista como um elemento da subjetividade. Ela constitui o sujeito. Para ilustrar essa questão, Pêcheux (1975) nos traz a imagem da fita de Moebius, “cuja frente continua em seu verso” (idem, p. 184, nota 43), nos mostrando, assim, que é impossível separar o exterior da interioridade do sujeito.

Pêcheux (1975) percebe o funcionamento do sujeito no discurso a partir da relação do sujeito com as formações discursivas, que são os mecanismos de mediação entre as palavras e as formações ideológicas. A interpelação de um sujeito por uma formação discursiva se dá pela identificação a sua forma-sujeito, que é o elemento unificador dos sentidos de uma formação discursiva.

Dessa forma, podemos perceber que a idéia de que o sentido de um texto seria o que o autor quis dizer é ilusória, tanto quanto a idéia de autoria como reflexo da pessoa do autor. Como nos ensina Calil (2004),

a busca de coerência, de unidade, de não-contradição não está relacionada com o controle ou a autonomia do sujeito sobre a linguagem (seus meandros e becos escuros) nem à ‘situação de comunicação’, mas justamente com o movimento inverso de assujeitamento à própria, àquilo que as palavras carregam em suas possibilidades históricas e simbólicas (idem, p. 43 – 44).

A autoria se estabelece com o assujeitamento à linguagem, ao discurso, mas também há outros tipos de submissão, como a da materialidade textual e a da escola. Pêcheux (1997) nos ensina que “há uma ambigüidade fundamental da palavra de ordem mais centenária ‘aprender a ler e a escrever’, que visa ao mesmo tempo a *apreensão de um sentido unívoco* inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento (as famosas ‘leis’ semântico-pragmáticas da comunicação) e o trabalho sobre a *plurivocidade do sentido* como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento” (idem, p. 59). Essa é a *divisão social do trabalho da leitura* e, no nosso entender, também da escrita, em que há uma “relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou

afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações”...” (Pêcheux, 1997, p. 58).

Dessa forma, podemos compreender que há duas formas distintas de assujeitamento à escrita: aquela que permite ao sujeito produzir a pluralidade de sentidos e aquela que restringe a reprodução incessante de um sentido já estabelecido.

A partir da reflexão de Foucault a respeito das coerções das disciplinas, também podemos pensar as nossas questões de *inscrição*, principalmente em relação à escola. Foucault (2000), ao refletir sobre as disciplinas, trabalha com um princípio de coerção importante para nossa reflexão sobre a *inscrição* à escola: poder da Norma. As normas são o estabelecimento de

sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas têm em si mesmo um papel de classificação, de hierarquização, e de distribuição de lugares [...]. O poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras (idem, p.153-154).

É sob o poder da Norma que ocorre a alfabetização. Sendo assim, é necessário se inscrever nessa regulamentação para não ser excluído por ela. Nossa *inscrição* à escola, a formas pelas quais se dá a alfabetização, é uma marca perene na nossa produção textual.

Foucault (1969a) retoma a frase de Beckett “Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala?”, para pensar a autoria como uma função dentro da produção discursiva: é “uma espécie de regra imanente, constantemente retomada, nunca completamente aplicada, um princípio que não marca a escrita como resultado, mas a domina como prática” (idem, p. 34).

Foucault (1970) nos ensina que a autoria é também um princípio de coerção que ocorre internamente no discurso, na medida em que é um princípio de agrupamento do discurso, onde se dá a unidade, a origem e a coerência: “o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizontal do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor [...] tal como recebe de sua época ou tal como ele, por

sua vez, modifica” (idem, p. 28 e 29). O autor francês vai construindo a noção de autoria a partir de algumas especificidades. O princípio de autoria, que é o que limita o acaso do discurso em relação à identidade, remetendo um discurso a uma individualidade, a um eu (Foucault, 1970, p. 29). A posição autor, que é o recorte em relação àquilo que poderia ser dito, em tudo o que se diz todos os dias, a todo o momento, ou seja, é o perfil ainda que instável de uma obra (1970, p. 29). A função autor, que é a prescrição que o indivíduo recebe de sua época, passível de modificação (1971, p. 29).

Ao pensar a autoria como um princípio de coerção, Foucault nos mostra sua função restritiva, ou seja, a *inscrição* à função da autoria nos submete às regras do discurso: “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (idem, p. 8).

Como já dissemos na seção da autoria, para Orlandi (2001, 1988), a função-autor consiste em uma função discursiva do sujeito, tal como as funções de locutor e enunciador, noções formuladas na teoria enunciativa de Ducrot. O locutor representa o eu no discurso, o enunciador, as perspectivas que esse eu constrói, e a função-autor é a função social que o eu assume como produtor do texto (Orlandi, 1988, p. 61).

Por esse motivo, o autor deve ser coerente, seguidor das normas estabelecidas, relevante, não-contraditório, responsável e uno (Orlandi, 2001, p. 75 – 76), sofrendo, assim, mais determinações exteriores (sócio-históricas) que qualquer outra função discursiva do sujeito. Conforme Orlandi (2004, p. 75), em relação à interpretação e às condições de produção, essa função é determinada: 1. a não poder dizer coisas que já não tenham sentido e 2. a não poder dizer coisas que não tenham sentido para o interlocutor efetivo ou virtual. Ou seja, além das coerções sociais sobre a autoria, há também uma relação de constituição entre o autor e o interlocutor: “o autor é o sujeito que sabe que há um interlocutor” (Orlandi, 1992, p. 106). A determinação do autor pelo interlocutor é um elemento coercivo na medida em que não é possível ignorá-lo, não responder a suas indagações, ou simplesmente excluí-lo de sua produção discursiva.

São várias as inscrições necessárias para que haja o efeito de autoria: à língua, à ideologia, ao discurso, à escola e à interlocução. Porém, se não houver também gestos de “*escrificação*”, esse efeito não se constituirá, como veremos na próxima seção.

5.2.2. A “ESCRICÇÃO” PELO DESLOCAMENTO

Foi preciso nos valer de um neologismo, “*escricção*”, para nomear o ato de se escrever no texto, deixar suas marcas. Porém, queremos deixar claro que não se trata aqui de um sujeito onisciente controlador de sentidos que produzirá essa “*escricção*” no texto. Mantemos a mesma noção de sujeito a partir da qual desenvolvemos a noção de *inscrição*: dividido, heterogêneo, assujeitado pela ideologia, determinado pelo inconsciente.

Queremos mostrar com a noção de “*escricção*”, a possibilidade de se escrever no texto apesar das inscrições que são inerentes ao sujeito. Para isso, precisamos mostrar que a “*escricção*” se deve à possibilidade de deslocamento que ocorre na língua, nos sentidos, na prática social. Como nos ensina Calil (2004): “É porque se está assujeitado que se pode romper. Em outras palavras, é do repetível (já dito) que advém o deslocamento para o inesperado” (idem, p. 44).

A “*escricção*” ocorre a partir de vários gestos de deslocamentos. O primeiro gesto de deslocamento necessário para se produzir a “*escricção*” acontece quando há um posicionamento do sujeito discursivo “responsável” pelo texto. Como nos ensina Schons (2005), “o autor é aquele que, tendo domínio de certos mecanismos discursivos, diante da escola ou fora dela, assume, pela linguagem, seu papel na ordem social em que está inserido” (idem, p. 144). Esse posicionamento é o primeiro gesto para se produzir um texto, porque o discurso, matéria-prima do texto, é intrinsecamente disperso e heterogêneo. Sendo assim, é preciso deslocar a dispersão para produzir a unidade, e a heterogeneidade para gerar o efeito de homogeneidade.

Para que o deslocamento da dispersão e da heterogeneidade resulte na unidade e na homogeneidade, é necessário que esse deslocamento se estabeleça a partir de um “corpo social discursivo” (Pfeiffer, 1995, p. 74), responsável por uma memória discursiva mais individualizada, ou seja, numa memória resultante da vivência social de um sujeito. O gesto de “*escricção*”, tal qual propomos aqui, além de não permitir que o texto venha a ser um emaranhado de lugares-comuns, produz também um efeito de pertencimento, ou, dizendo de outro modo, um efeito de “espelhamento de um sujeito no texto” (Gallo, 1994, p. 165).

Entendemos a “*escrissão*” como um gesto de leitura, não como uma leitura “literal” ou, como diz Pêcheux, “enquanto apreensão-do-documento” (1997, p. 57), mas como uma leitura interpretativa, “que já é uma escritura” (idem, p. 57). Não é só no gesto de *inscrição* que podemos ver a questão da *divisão social do trabalho de leitura* e de escrita, mas também no gesto de “*escrissão*”. Porém, diferentemente da *inscrição* que pode resultar tanto num assujeitamento à reprodução dos sentidos quanto à interpretação, a “*escrissão*” é apenas um gesto interpretativo.

A “*escrissão*” será compreendido por nós como um deslocamento de sentidos já estabelecidos, produzindo, assim, “um lugar de interpretação no meio dos outros” (Orlandi, 2004, p. 70). A possibilidade de deslocamento do sentido deve-se ao fato de o equívoco e a incompletude serem inerentes à língua. Dessa forma, todos nós somos aptos a deslocar os sentidos, promovendo um *evento interpretativo*. Se, na prática, essa possibilidade se restringe a uns poucos, isso se deve a uma organização do corpo social que divide aqueles que têm o direito à interpretação, os *intérpretes*, daqueles que fazem o trabalho de sustentação da interpretação que deve se estabilizar, os *escreventes* (Orlandi, 2004, p. 66).

A “*escrissão*” é a tomada de posição de *intérprete*. A assunção dessa posição não precisa ocorrer por uma legitimação social, como a publicação de um livro. Ele pode e deve acontecer nas salas de aulas, nos clubes de mães, nas cooperativas, nas associações de vizinhos, nos grupos terapêuticos, enfim, em todos os lugares em que seja possível compartilhar saberes que não apenas aqueles legitimados, e que são de grande importância para aquela comunidade. Nesse momento, o discurso do outro pára de ser repetido para que um discurso mais íntimo, mais acessível, mais importante se construa. Esse discurso continua sendo assujeitado pela ideologia. O que o distinguiria de um outro que poderíamos chamar de alienado é que nesse o sujeito discursivo assume uma posição-sujeito dentro de uma formação discursiva coerente com sua história social.

A “*escrissão*” é assunção de um lugar social que permite ao sujeito interpretar, e não apenas repetir o discurso dominante. Quando há o gesto de “*escrissão*”, o empregado não assume o discurso do patrão; o negro consegue construir um discurso diferente daquele do branco e a mulher consegue perceber que o discurso que a constitui é diferente daquele do homem. Aos estudiosos do discurso, cabe o papel de

teorizar a fim de que seja possível a visualização das correntes sócio-históricas que constituem os lugares discursivos que fazem com que alguns sujeitos sejam escreventes e outros intérpretes e das forças ideológicas que não permitem que essas correntes sejam transparentes.

O deslocamento dos sentidos que possibilita a “*escrificação*” pode ocorrer de diferentes formas: pode se dar na tentativa de se produzir um efeito estético, causando, assim, uma reinterpretação da parte formal da língua; na tentativa de se repensar as organizações sociais, buscando, assim, uma reinterpretação da sociedade; na tentativa de pensar questões pessoais, produzindo, assim, uma reinterpretação da prática cotidiana, que não podemos deixar de enfatizar que é discursiva e ideológica.

Vamos, agora, analisar os gestos de *inscrição* e “*escrificação*” nos textos dos psicóticos, a fim de se compreender qual o grau de autoria possível desses textos.

5.2.2.1 ANÁLISE

Como nossa análise incide sobre textos de pacientes psicóticos, é necessário esclarecer um ponto mencionado anteriormente, em nossa reflexão sobre a *inscrição* na linguagem: o de que essa *inscrição*, na psicose, não ocorre da mesma forma que na neurose.

Na Psicanálise, a psicose é definida justamente pela não passagem completa pelo Édipo. Apesar de estar submetida ao simbólico, no primeiro momento do Édipo, a criança apenas terá acesso ao imaginário. Isso se deve ao fato de o imaginário estar presente no discurso da mãe e dos adultos que cercam o bebê. Mesmo não possuindo a linguagem, o bebê está em contato com ela, porque ele é falado pelos outros. Essa atribuição de sentido não é totalmente governada pelo simbólico, e podemos ver isso quando os atos da criança são interpretados através do discurso da mãe: *O neném está chorando, ele quer mamar!;* *O neném está chorando, ele está com sono.* O choro da criança não é uma linguagem - ele não sinaliza nada - é apenas um suporte para a mãe atribuir sentido. Esse jogo da interpretação materna é assim pensado por Leclaire:

Que a interpretação (de que a mãe é o primeiro agente) seja a violência inicial (para sempre indelével), imposta ao sujeito e à sua liberdade, é uma evidência; mas, igualmente evidente aparece o que tal violência tem de necessária para que o grito venha a ser apelo, e não simples ruído, o sorriso signo de amor e não simples jogo de músculos, a amamentação desejo de dar vida e não pura oferta de caloria. (Leclaire, 1991, p. 170).

No segundo momento do Édipo, se inicia a entrada no simbólico. Segundo Quinet (2003), *se, no primeiro tempo lógico do Édipo o Outro é a mãe, o Nome-do-Pai é o que vem barrar o Outro onipotente e absoluto, inaugurando a entrada da criança na ordem do simbólico* (idem, p. 12). Há, nesse tempo lógico, o recalque originário que inaugura a cadeia significante do sujeito.

É em relação ao acesso à linguagem que há a possibilidade de se produzir um afastamento da própria vivência. A linguagem possibilita nomear o desejo, deste modo, este é substituído pelo símbolo. Concomitantemente, o Nome-do-Pai produz a clivagem da subjetividade infantil em consciente e inconsciente. O pai, conforme Garcia-Roza (2004, p. 222), não é para a criança o representante da lei, mas ele substitui a mãe do primeiro momento do Édipo, como a própria lei. Isso faz com que não haja o estabelecimento do *pai simbólico*, mas do *pai imaginário*⁴⁷, detentor do falo.

O psicótico fracassa nesse segundo momento e nunca atinge o terceiro. Segundo Freire (2001, p. 155), é a falta dos dois últimos momentos lógicos do Édipo que impede o psicótico de se constituir como sujeito do inconsciente, sujeito dividido e desejante. A constituição diferencial da subjetividade na psicose implica em que haja a forclusão do Nome-do-Pai, que é o significante que se encontra na origem lógica da linguagem, e, por isso, assegura seu funcionamento ordenado.

Lacan afirma que, na constituição subjetiva da psicose, é possível uma certa amarragem dos significantes e dos significados na metáfora delirante (Lacan, 1958, p. 584). Segundo Calligaris (1989), a metáfora possível na psicose é a metáfora delirante.

⁴⁷ Segundo Julien (2002), o pai real é uma novidade da releitura feita por Lacan da obra freudiana: *O simbólico e o imaginário, Lacan os lê no texto de Freud, mas o real, ele mesmo o inventa para responder às questões em suspenso que lhe são colocadas por Freud*. (idem, p. 69). Como essa noção não se inclui na constituição da subjetividade psicótica, não iremos nos deter nela.

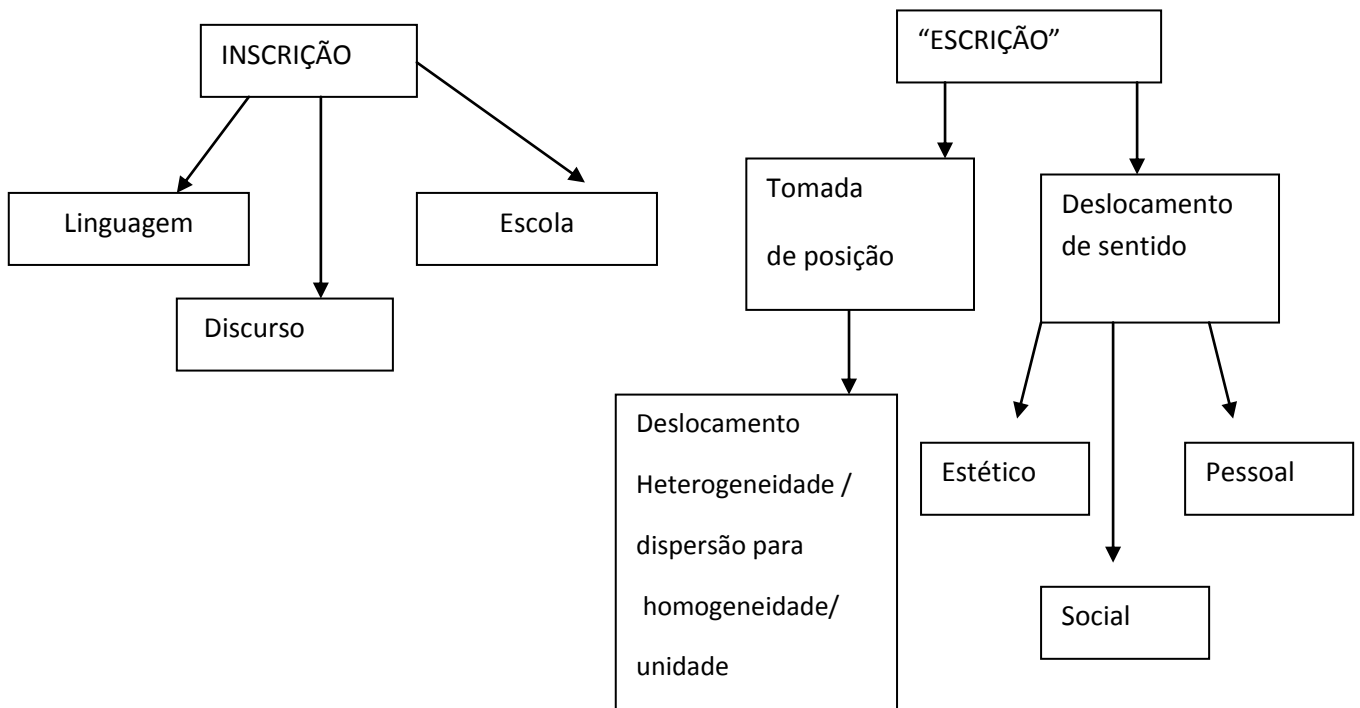
Essa é uma metáfora pseudopaternal, pois permite uma amarração, mas não é aquela encontrada na neurose. A metáfora delirante é a constituição de um delírio. Ela surge depois de uma crise psicótica, quando o paciente necessita referir-se à metáfora paterna. Porém, como essa não foi simbolizada por ele no estágio do complexo de Édipo, o que ocorre “é que um tal lugar organizador volta para ele, mas não volta no Simbólico, porque nesse Simbólico não há essa função, então volta no Real”. (Calligaris, 1989, p. 22). Dessa forma, o psicótico tenta construir uma metáfora homóloga àquela do neurótico. Essa metáfora não possui uma função paterna simbolizada, mas uma função paterna no real (idem, p. 22).

Dessa forma, é possível haver uma *inscrição* na linguagem diferente daquela estabelecida na neurose. Não podemos, ao analisar textos de psicóticos, pressupor uma *inscrição* na linguagem, ao contrário da análise de textos de neuróticos. Essa *inscrição*, no caso dos psicóticos, é uma conquista. A constituição da autoria, nesse caso, ganha uma dimensão maior do que na neurose, porque é uma forma de o paciente vir a se inscrever na linguagem e, assim, se constituir por ela. Ao mesmo tempo em que o trabalho de produção do efeito de autoria é mais árduo do que na neurose, devido às especificidades da psicose, esse efeito reverte para o sujeito uma possibilidade de uma melhor amarração dessa subjetividade na própria linguagem.

Analisaremos a escrita de três pacientes psicóticos que participam do Atelier de Escrita. Chamaremos os pacientes psicóticos V, L e R. Tentaremos compreender os gestos de *inscrição* e “*escrção*” desses pacientes.

Abaixo, esquema que mostra os pontos que serão analisados nos textos.

Ilustração 22: *Inscrição* e “*escrção*”.



Acreditamos que, na escrita de psicóticos, tanto o gesto de *inscrição* quanto o de *“escrissão”* não são nem plenos nem nulos, eles ocorrem numa gradação.

Segue abaixo um texto do paciente V, escrito em 27 de setembro de 2006:

Texto L

VIZINHO

SÊ VOCÊ VIVE SOZINHO, DIZEM QUE O VIZINHO É O PARENTE
 MAIS PROXIMO DE VOCÊ. EU NÃO ACHO
 ACHO QUE OS PARENTES MAIS PROXIMOS SÃO OS PROPRIOS DENTES
 POIS COM ELES PRODUZO SONS CONSIGO ME SATISFAZER DE
 VARIAS FORMAS EXETO QUANDO UM OU OUTRO DELES FICA DOENTE.
 SÓ NÃO SABE QUEM NUNCA TEVE DOR DE DENTE OU SEJA QUEM
 NÃO EXISTE. POIS É TENHO UM VIZINHO QUE FEITO DE PEDRA
 “AMETISTA” PRA VARIA FOI EU MESMO QUEM O FEZ, DIGO
 MELHOR FEITO SÓ POR VOCÊ MESMO. ELE NÃO ME ENCOMODA
 E É BASTANTE CONFORTAVEL, MAS OCUPA UM LUGAR NO ESPAÇO

DE OUTRO, QUE JÁ NOS DEIXOU POR UMA COROA
MAL FEITA 3 VEZES TIVE QUE ARRANCALO, ESPAÇO FICOU
E EU O OCUPEI COLOCANDO UMA PEDRA.
ESPERO QUE OS OUTROU PARENTES OU VIZINHOS NÃO
ENCOMODEM E NÃO SEJAM ENCOMODADOS.

Analisaremos a *inscrição* na linguagem e no discurso de forma conjunta. Na Psicanálise, a noção de linguagem não é apenas estrutura, mas também abarca a cultura e a sociedade. Para a Análise do Discurso, essa noção está relacionada à sociedade e à ideologia. Acreditamos que nesta análise não seria produtivo tentar distinguir o que seria estrutura, cultura e ideologia.

Em relação à *inscrição* na linguagem e no discurso, no texto de V, podemos dizer que a *inscrição* ocorre de forma tênue. Há, de certa forma, uma amarragem entre o significante e o significado⁴⁸, na medida em que o texto é legível.

A seguir, temos um recorte das duas primeiras linhas:

Sê você vive sozinho, dizem que o vizinho é o parente
mais proximo de você’.

Podemos perceber que as palavras, “sozinho”, “vizinho” e “parente”, se inter-relacionam de forma previsível (quando se vive sozinho, ou seja, sem os parentes, o vizinho se transforma em um parente, ou seja, uma pessoa próxima). A amarragem, nessa passagem, produz um *efeito de familiaridade*. A seguir, recorte da terceira linha:

Acho que os parentes mais proximos são os proprios dentes

⁴⁸ Por não ser o objetivo de nossa pesquisa e não ser um assunto que diz respeito apenas ao estudo da linguagem, não estudaremos a natureza dessa amarragem.

A passagem de parentes mais próximos para dentes é tolerável, pois há um ditado que os relacionam (“amigo mesmo só os dentes, e eles ainda te mordem”). A seguir, recorte da sétima linha:

Pois é tenho um vizinho que feito de pedra “ametista”

Porém, quando ocorre um efeito de ambivalência de *vizinho* e *dente*, como podemos ver no segundo recorte, inicia-se um deslizamento que não possui nenhum gancho discursivo. Nas duas últimas linhas, essa deriva de sentido continua na relação *dente*, *parente* e *vizinho*, na medida em que “incomodem e sejam incomodados” serve para vizinhos e para parente⁴⁹, mas não para dente, que só incomodam, nunca podem ser incomodados (em nenhum momento do texto, os dentes são personificados para poderem vir a ser incomodados). Dessa forma, podemos afirmar que a amarragem à linguagem e ao discurso ocorre de forma tênue.

A *inscrição* à escola também ocorre, como podemos ver pelas seguintes marcas: presença de um título, tentativa de produzir um fechamento formal do texto, que se concentra nas duas últimas linhas. Porém, podemos ver que não há um alto grau de *inscrição*, pelas palavras escritas de forma incorreta, como podemos ver no quadro que segue:

Sê, proximo, proprios, varia, exeto, encomoda, confortavel, arrancalo, encomodem, encomodados.

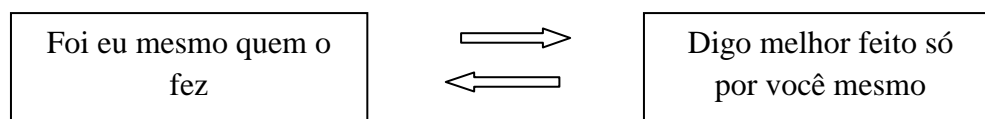
A tentativa de gesto de “*escrificação*” desse texto ocorre pelo posicionamento frente a uma opinião geral (“dizem”). Se esse gesto se concretizasse, poderíamos ter um deslocamento no nível social. Porém, não há um grau de responsabilidade muito grande no texto. Apesar de nele haver uma linearidade (relaciona vizinho e parente e, após, parente com dente; fala dos próprios dentes e da pedra que está no lugar de um

⁴⁹ É interessante perceber que no sintagma “parentes e vizinhos não incomodem nem sejam incomodados” é um discurso transversal de um saber do senso comum que é “doentes mentais incomodam parentes e vizinhos”.

deles; e finaliza com uma tentativa de acomodar os elementos parente, vizinho e dente), a figura do responsável pelo texto se esvai junto com a hesitação de um “eu”, como podemos ver no seguinte trecho:

pois é tenho um vizinho que feito de pedra ‘ametista’ pra varia
foi eu mesmo quem o fez, digo melhor feito só por você mesmo

O funcionamento da pontuação é latente, o que permite a inserção do sujeito-leitor no texto. Há no texto uma oscilação entre o “eu” e o “tu”:



Dessa forma, falha o espelhamento do sujeito no texto. O corpo discursivo fica fragmentado.

Em relação aos efeitos de homogeneidade e unidade, que o espelhamento do sujeito deveria proporcionar, também ocorre falha. As contradições do texto opacificam a heterogeneidade do interdiscurso que está invadindo esse escrito: (linha 6) “só não sabe”, diz respeito ao quê? Que o parente mais próximo são os próprios dentes, ou que com eles “produzo sons consigo me satisfazer de várias formas exceto quando um ou outro deles fica doente”; (linha 8) É possível colocar pedras ametistas na arcada dentária para substituir dentes? Existem dentes de ouro, mas de pedra?; (linha 14) parentes e vizinhos incomodam e são incomodados.

Como vimos, a *inscrição* ao discurso é parcial. Há uma retomada de já-ditos, que nos mostra que há no texto um grau de interpelação ideológica, porém o escrevente não está “costurando” esses já-ditos. Ele deixa muitos fios discursivos soltos no tecido textual. Essa dificuldade de *inscrição* discursiva não permite que o escrevente se “escreva” no texto, pois dificulta a tomada de posição de interprete. A falha na *inscrição* ao discurso não está permitindo que o escrevente desloque da dispersão e da heterogeneidade que os sentidos têm no interdiscurso para um efeito de

unidade e homogeneidade no texto. Só se estivesse inscrito no discurso que seria possível construir de forma mais nítida um corpo discursivo que espelhasse um sujeito no texto.

Não há efetivamente um deslocamento de sentido no texto, porque não há nele preocupações estética, social nem individual. Apesar de partir de uma questão socialmente compartilhada, não há uma reformulação dessa questão. Podemos perceber que nesse texto existem preocupações do paciente (como quem são as pessoas mais próximas a ele), mas que não são suficientemente formuladas e refletidas. Prosseguiremos a análise com outro texto de V, escrito em 30 de agosto de 2006.

Texto M

SOBRA DE TEMPO

À DUAS SEMANAS ÀTRAS QUANDO EU FUMAVA CIGAROS
AINDA ME SENTIA NA FALTA DE ALGUMA COISA, SENTIA UMA
GRANDE INQUIETUDE POR ESTA FALTA SEM SABER QUE
FALTA DE QUE. DURANTE 22 ANOS VIVI ASSIM, AGORA
QUE NÃO FUMO MAIS CONSIGO SABER O QUE ME FALTAVA,
TODO ESTE TEMPO, “O PRÓPRIO TEMPO CONTADO FOI EM VÃO
POR NÃO SABER O QUE ME FALTAVA ERA TEMPO PARA
PODER VIVER.

O texto M se inscreve na linguagem e no discurso. Diferentemente do texto anterior do mesmo paciente, esse está se submetendo aos sentidos. Não há nenhum vestígio de não sentido nem de fragmentação do sujeito espelhado no texto. A inscrição à escola é frágil, como podemos ver pelos erros formais cometidos no texto, mas é suficiente para produzir uma materialidade discursiva. O funcionamento da pontuação é latente, permitindo a inserção do sujeito-leitor no texto.

Ocorre, no texto M, o deslocamento da heterogeneidade e da dispersão do discurso para a homogeneidade e unidade. O escrevente “costura” os já-ditos, produzindo um efeito de início, meio e fim. Disso resulta uma tomada de posição do sujeito refletido no escrito. Essa é a primeira “escrção” no texto.

Podemos observar também um deslocamento de sentido no nível pessoal. O paciente se “escreve” no texto ao fazer uma reflexão a respeito do tempo e do abandono do hábito de fumar. O escrevente realiza um evento interpretativo, ele parte do pré-construído antitabagista, “fumar é uma perda de tempo”, uma expressão que significa que “fumar é inútil”, para levá-la ao pé da letra. Ou seja, se o tempo falta quando se está fumando, o tempo sobra quando se pára de fumar.

No quadro a seguir, podemos ver como é construída essa reflexão:

O PRÓPRIO TEMPO CONTADO FOI EM VÃO POR NÃO SABER O QUE ME FALTAVA ERA TEMPO PARA PODER VIVER.

O título do texto M resume a situação em que se encontra o escrevente: por não fumar mais o tempo sobra. O deslocamento de sentido reflete sobre o escrevente, porque permite reinterpretar sua prática cotidiana. É importante ressaltar que um deslocamento de sentido só foi possível porque, primeiramente, houve uma submissão ao discurso.

Continuaremos a análise do funcionamento da autoria a partir do texto N da paciente L.

Texto N

Porto alegre 24 de março 2004

Eu ultimamente ando meio vazia

de vez em quando uma imagem do
passado surge para me atormentar
Acho que a Busca da perfeição me
constrangiu, hoje eu ~~de~~ aprendi deixar
as coisas fluírem, sei que é possível ~~deixar~~
mudarmos o presente para construirmos
um futuro melhor mas ao mesmo
tempo tenho a sensação de que o futuro
é o agora, então eu não procuro
modificar nada, prefiro deixar as
coisas se organizarem por si sós, para
me sentir mais fixada ~~na~~ num
presente ~~para mais tarde se transformar~~
~~em~~ que mais tarde se transformara
em um passado

O texto N se inscreve na linguagem, na medida em que é legível. Há um alto grau de *inscrição* à escola. Podemos observar isso pela correção gramatical e até pela escrita da data no cabeçalho, que reproduz a forma ensinada na escola. Apesar de os sinais de pontuação serem escassos, o funcionamento da pontuação é latente, permitindo assim a inserção do leitor. Há *inscrição* ao discurso no texto, seus sentidos são assujeitados à ideologia.

Nesse texto, a escrevente consegue se submeter aos sentidos, pelo assujeitamento à língua, à ideologia, às coerções inerentes à materialidade escrita. Ao fazer isso, ela consegue fugir do não sentido. Porém, é necessário um deslocamento do sentido para produzir-se um efeito de singularidade em seu texto.

A tomada de posição da escrevente no texto é um ato de “*escrção*”. Há deslocamento da heterogeneidade e dispersão dos sentidos no interdiscurso para a construção de homogeneidade e unidade dos sentidos. A escrevente “costura” os já-ditos, produzindo um efeito de homogeneidade e unidade. O texto N espelha um

sujeito responsável pelo dizer, ou seja, há a construção de um corpo discursivo que organiza o discurso.

A “*escrificação*” também ocorre por deslocamento de sentido no domínio pessoal. A escrevente re-significa questões pessoais, e isso promove um deslocamento de sentido.

Eu ultimamente ando meio vazia
de vez em quando uma imagem do
passado surge para me atormentar

O quadro anterior nos mostra o problema que faz com que a escrevente produza um deslocamento de sentido no cotidiano.

Acho que a Busca da perfeição me constrangiu,

No recorte anterior, destacamos o sentido que a escrevente irá deslocar em sua escrita e também em sua vida. A “Busca da perfeição” é um pré-construído que agrega saberes como “se aprimorar como pessoa”, “controlar a vida pessoal”, “se esforçar para não cometer erros”, ou seja, saberes que estão relacionados com o trabalho que uma pessoa realiza para ter a ilusão de perfeição. Esse pré-construído produz um efeito de sentido que se opõe àquele que a escrevente desenvolve no quadro a seguir.

hoje eu aprendi deixar as coisas fluírem,
sei que é possível mudarmos o presente
para construirmos um futuro melhor

O efeito de sentido de passividade construído no quadro anterior produz dois deslocamentos de sentido: o primeiro é a mudança de prática cotidiana que a autora nos relata; o segundo ocorre nos saberes associados ao pré-construído “deixar as coisas fluírem”. O pré-construído “mudar o presente para construir um futuro melhor”

está associado à idéia de ação sobre um presente que não é satisfatório para transformá-lo em outro que resulte num futuro mais promissor. Porém, a escrevente associa esse pré-construído a uma idéia de passividade a respeito dos fatos que cercam o presente.

eu não procuro modificar nada,
prefiro deixar as coisas se
organizarem por si sós,

No quadro anterior, a escrevente delimita o sentido de “deixar as coisas fluírem” para “mudar o presente”. O resultado do deslocamento de sentido realizado pela escrevente é “o futuro de um indivíduo não melhora pelo esforço desse, mas pela passividade frente ao desenrolar dos fatos”. A paciente se “escreve” no texto a partir de um deslocamento de sentido no nível pessoal, na medida em que ela constrói um “novo” saber no seu cotidiano e também a partir desse modifica o seu dia-a-dia.

A escrevente também produz um efeito de deslocamento de sentido em relação à questão temporal. No trecho a seguir, podemos ver como se inicia a construção de um jogo temporal que resultará no deslocamento.

mudarmos o presente para construirmos
um futuro melhor mas ao mesmo
tempo tenho a sensação de que o futuro
é o agora,

O deslocamento se inicia com uma desvalorização do futuro em favor do presente. E, como podemos ver no quadro a seguir, há assunção de outro elemento, o passado, que não se faz presente no pré-construído, modificar “o presente para construir um futuro melhor”.

me sentir mais fixada num
presente que mais tarde se transformara
em um passado

A partir do pré-construído “mudar o presente para construir um futuro melhor”, a escrevente desloca seu sentido para “mudar o presente para construir um passado melhor”. Podemos observar a motivação desse deslocamento no quadro a seguir:

de vez em quando uma imagem
do passado surge para me atormentar

Dessa forma, podemos ver que se faz necessário o deslocamento de um sentido pré-construído que valoriza o presente e o futuro, para um que mostra a importância do presente na construção do passado. A “*escrita*” da paciente no seu texto ocorre a partir da re-significação de seu cotidiano.

Segue o texto O do paciente R, escrito em 8 de março de 2006:

Texto O

O CONFLITO MENTAL
SE FAZ SENTIR
QUANDO TENTA PEGAR
CONDUÇÃO PARA SE
DIRIGIR RUMO A OFICINA
DE ESCRITA

NÃO SABE SE VOLTA
OU FICA PERAMBULANDO
COMO O ANDARILHO FAZ SEM NUNCA CHEGAR
A LUGAR NENHUM

VOLTAR PARECE QUE NÃO

É POSSÍVEL TALVEZ
MAIS DIFÍCIL SE TORNA
SEMPRE O RETORNO
AO ABRIGO QUE SEMPRE
BUSCA NAS HORAS DE APERTO

SABE QUE DERREPENTE
TUDO FICA CALMO EM SUA
VOLTA
O CONFLITO DIMINUI
A PAZ VOLTA VOLTA
A SUPOSTA PAZ

Também, no texto de R, há *inscrição* na língua e no discurso, na medida em que o texto parte de um tema socialmente compartilhado e é legível. Não vemos, no texto O, nenhuma deriva de significação, todas as amarragens entre significantes e significados produzem efeito de familiaridade.

Em relação à escola, há *inscrição* principalmente pela tomada de um gênero apresentado nela, a poesia, para falar de uma questão tão íntima do paciente, a doença mental. Apesar de os pré-construídos do texto virem de discursos diferentes - o discurso do fazer poético (palavras não ordinárias como conflito, perambulando, andarilho, de repente, suposta), linguagem do cotidiano (condução, horas de aperto), discurso da medicina (pela tentativa de descrever aparecimento de um sintoma da doença, a desorientação). O escrevente desloca a heterogeneidade e a dispersão do interdiscurso para construir os efeitos de homogeneidade e de unidade textual, surgindo assim a figura de um “eu” poético, responsável por sua voz. Dessa forma, o paciente se “escreve” por uma tomada de posição no texto.

A “*escrção*” ocorre também pelo deslocamento de sentido que se produz pela preocupação estética que o escrevente tem ao falar da doença mental. O texto O é construído no formato de poesia, e o paciente tenta extrair das palavras efeitos estéticos (por exemplo, última linha, “suposta paz”). As condições de produção desse texto, produzido em uma oficina terapêutica, ressaltam ainda mais o deslocamento de sentido no nível estético, na medida em que não há, nesse espaço, uma demanda de textos que tenham valor estético, como ocorreria numa oficina literária.

A poesia é o relato de um momento que o paciente denomina “conflito mental”. Há dois sujeitos presentes no texto, o personagem e o narrador. O primeiro não possui voz, estando apenas sujeito aos sintomas da doença mental, enquanto o segundo consegue relatar o que está acontecendo. A onisciência do narrador é o que permite dar ao leitor conhecimento do que está se passando com o personagem. É a partir do trabalho estético com a linguagem que o paciente consegue se dividir e transmitir para o leitor o sofrimento da loucura. A poesia não foi apenas um gênero literário para o paciente na construção de seu texto, mas uma possibilidade de se enunciar. É a partir das ferramentas lingüístico-discursivas da poesia que o paciente consegue se afastar da doença e falar sobre ela.

5.2.2.2 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Nos três textos, há diferentes graus de *inscrição* e “*escrissão*”. Ressaltamos que tanto o gesto de inscrição quanto o de “escrissão” ocorrem em graus e não é a plenitude desses gestos que estabelece o efeito de autoria. A autoria está relacionada com a capacidade de conseguir estabelecer de forma equilibrada esses gestos.

No primeiro texto de V, não ocorre uma construção de responsabilidade, porque não há uma tomada de posição frente ao deslocamento da heterogeneidade e à dispersão do interdiscurso e a construção dos efeitos de homogeneidade e unidade textual. Isso faz com que se verifique uma deriva maior dos sentidos, sem haver de fato um deslocamento. Dessa forma, não há a construção de um efeito de autoria no texto.

Porém, no segundo texto analisado de V, podemos notar que um corpo discursivo que se responsabilizava pelo dizer foi construído, produzindo assim efeito de homogeneidade e unidade textual. O paciente se “escreve” pelo deslocamento de sentido no nível pessoal. Isso permitiu que houvesse a construção de efeito de autoria no segundo texto.

Já nos dois outros textos examinados, tanto no texto de L quanto no texto de R, há a construção de um efeito de homogeneidade e de responsabilidade, que permitem um deslocamento de sentido. Vemos que a virtualidade dos gestos de *inscrição* e “*escrissão*” estão presentes nos dois textos, o que diferencia ambos é o tipo de

“*escrificação*”. Enquanto a “*escrificação*” de L ocorre pelo deslocamento de sentidos no nível pessoal, a “*escrificação*” de R ocorre no nível estético. Não é necessário, para a produção do efeito de autoria, que o sentido seja deslocado em todos os níveis: pessoal, social e estético. O importante é que haja algum desses deslocamentos no texto, pois só assim é possível para o escrevente sair da repetição para assumir a posição de *intérprete*.

Ambos os pacientes buscam estabelecer gestos de *inscrição* e de “*escrificação*” ao escrever. Acreditamos que esses gestos, além de ser uma conquista lingüístico-discursiva do paciente, estão vinculados a uma posição de autoria legitimada pelos outros. Isto é, só haverá “*escrificação*” se houver uma demanda por ela. Simultaneamente a esse gesto, ocorrerá o da *inscrição*. A relação que o psicótico estabelece com a linguagem e com o discurso está intimamente relacionada com a relação que ele estabelece com o outro, que, no caso da construção da materialidade escrita, é o leitor.

No caso específico do Atelier de Escrita, o fato de os pacientes escreverem textos para serem lidos por outros participantes do grupo terapêutico coloca esses pacientes num lugar de autoria. Como nos ensina Gallo (1992), ao pensar a escrita de seus alunos,

o que está envolvido é a questão do ‘acreditar-se’ autor, ‘sentir’ que produziu, realmente um livro etc. o que, do ponto de vista da Análise do Discurso, é percebido pela forma de representação do sujeito que nesse caso ‘coloca-se no lugar de autor’, ‘representa-se’ como tal, ocupa uma ‘posição’⁵⁰.

É também a partir da posição de autoria que se estabelecem os gestos de *inscrição* e “*escrificação*”⁵¹.

A autoria no arquivo estudado pode significar tanto um funcionamento lingüístico-discursivo quanto a assunção de uma posição sócio-discursiva. Essas facetas da autoria possuem uma relação de cumplicidade na medida em que uma promove a outra. Podemos visualizar a complexidade dessa relação a partir da fita de

⁵⁰ Apud Lagazzi-Rodrigues (2006, p. 94).

⁵¹ Parabenizamos o Atelier de Escrita por proporcionar o lugar discursivo da autoria aos seus frequentadores.

Moebius, cuja frente continua em seu verso. Essa fita é feita a partir da torção de uma fita de papel e a união de suas pontas.

Ao mesmo tempo em que o escrevente psicótico é posto no lugar de alguém que tem o que dizer, cujas experiências e reflexões são importantes, promove-se uma tentativa e também um querer produzir gestos de *inscrição* e “*escrissão*” no texto.

Acreditamos que o Atelier de Escrita é um lugar propício para se observar o funcionamento da autoria em relação à dupla face da fita de Moebius: uma das faces remete ao lugar de autoria, a outra face, aos gestos de “*escrissão*” e *inscrição*. Vemos o efeito disso nos textos analisados.

O primeiro texto analisado de V nesse capítulo tem vários vestígios que mostram que o escrevente tenta alcançar um efeito de autoria. É um texto que pretende dialogar com o senso comum. Possui um título para indicar ao leitor qual o assunto tratado. É um texto que mimetiza formalmente a construção textual, com início, meio e fim. Apesar do lugar de autor que ocupa, o escrevente, nesse texto específico, não consegue produzir de fato o efeito de autoria. Porém, no seu segundo texto analisado, o escrevente consegue fazer frutificar essa posição autoral que lhe ofereceram. O que poderia parecer impossível, frente aos outros textos do mesmo autor analisados no presente trabalho.

Podemos observar os efeitos da posição autoral sobre os gestos de *inscrição* e “*escrissão*” também nos textos de L e R. O lugar autoral que a primeira escrevente ocupa promove um texto reflexivo em que o gesto de “*escrissão*” recai sobre um domínio pessoal. A busca por uma “*escrissão*” no nível estético é um vestígio muito forte do anseio do segundo escrevente de ser lido.

Os gestos de *inscrição* e “*escrissão*” fazem o escrevente assumir um lugar autoral. Por isso, utilizamos a imagem da fita de Moebius para demonstrar esse fenômeno, já que não temos como saber se são os gestos de *inscrição* e “*escrissão*” que estão colocando o escrevente psicótico numa posição autoral ou se é essa posição que está suscitando tais gestos. O funcionamento da autoria na psicose se comporta tal como a fita. Nunca sabemos o que estamos observando: ora é a face, ora é o verso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado na introdução, o discurso do psicótico não faz parte do objeto de estudo clássico da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. Porém, ao longo da tese, sustentamos que é possível incluí-lo como objeto dessa área pela íntima relação que mantém com noções que sustentam o arcabouço da teoria em que nos embasamos: a ideologia e o real. A partir de nossa pesquisa, podemos observar o singular funcionamento discursivo da ideologia e do real no discurso do psicótico, que não é necessariamente o mesmo observado no discurso do neurótico.

Outro motivo para a inclusão do discurso psicótico na área de estudos da Análise do Discurso, é que esse arcabouço teórico nos permite demonstrar a questão da exclusão, que está tão intimamente relacionada a esse discurso. Podemos perceber o funcionamento da exclusão a partir do lugar discursivo de falha, que é socialmente atribuído ao psicótico. Além de seu papel denunciativo, o estudo da exclusão é necessário para a compreensão das condições de produção dos textos estudados.

Também pretendemos demonstrar com esse trabalho que é possível apropriar-se de arquivo de outras áreas de estudo, no nosso caso, a Psicanálise. Porém, essa apropriação não deve ocorrer de forma passiva. É necessário que se estudem as condições de produção do arquivo da outra área e se opacifiquem os gestos de interpretação que lhe são inerentes.

Temos as seguintes proposições como respostas preliminares às perguntas norteadoras da tese: 1. qual o funcionamento discursivo da irrupção do real no texto do psicótico?; 2. haveria autoria na escrita do psicótico?

Em relação à injunção do real na escrita psicótica, concluímos que ela produz funcionamentos passíveis de serem descritos. Um deles é a ocorrência dessa irrupção do real no ato de nomeação. No estudo do funcionamento dessa ocorrência, observamos que há o esvaziamento de sentido do signo, ou seja, não há a inserção do signo em uma formação discursiva, como seria de se esperar. O funcionamento da irrupção do real no ato de nomeação no discurso do psicótico parece, num primeiro momento, similar a um ato de nomeação normal, porém, diferentemente do que se espera da nomeação, não ocorre acomodação do signo, ele fica à deriva.

Em relação à irrupção do real a partir das semelhanças entre palavras, percebemos que, diferentemente daquela que ocorre pelo ato de nomeação, há um excesso de sentidos no signo. Pela semelhança das palavras “manteiga” e “Mantega”, dá-se uma sobreposição dos pré-construídos que essas palavras evocam, acarretando, assim, um excesso, uma distorção de sentidos sobre a palavra Mantega.

O que assemelha os dois funcionamentos de irrupção do real apresentados no trabalho é que há o aparecimento de um não-sentido num momento pontual do texto. Esse não-sentido se estabelece por uma falta ou excesso de sentido e envolve tanto a ideologia quanto o inconsciente, que são elementos constituintes do sentido.

Analisamos também a irrupção do real pelo viés da pontuação. Em nosso estudo, observaram-se fragmentos de textos tanto pontuados quanto sem sinais de pontuação. A pontuação é um lugar privilegiado para observar a relação do real com a linguagem. Esse funcionamento discursivo permite a organização dos sentidos, porém, como nos mostra Lisbôa - estudando os textos de Clarice Lispector -, a pontuação pode ter uma “função de desorientante da significação” (Lisbôa, 2008, 97). Mesmo quando a pontuação não está organizando o sentido, ela produz efeito de sentido, que no caso dos textos de Lispector é um efeito estético. A ausência de pontuação não produz necessariamente o efeito de não-sentido, pois, em um texto em que há ausência desses sinais, o funcionamento discursivo da pontuação pode ser latente. Isso pode ser observado em textos em que, apesar de não haver pontuação, é possível para seu leitor o preenchimento da sinalização no decorrer da leitura.

Para Popin, a ausência desses sinais permitiria uma produção enunciativa a cada nova leitura. Afastamo-nos dessa reflexão sobre a ausência de pontuação, porque acreditamos que, a cada leitura, ou diferentes formações discursivas são manejadas por diferentes leitores ou um mesmo leitor, em diferentes momentos, relaciona o texto a diferentes pré-construídos. Dessa forma, uma mesma leitura de um texto não pode ser reproduzida em todos os seus atos de leitura. Tanto a Psicanálise, como podemos ver em Sciara (1997), quanto a Análise do Discurso, percebem esse ato de sinalização do texto pelo leitor como um momento de produção e não de decodificação de sentido estabelecido pela leitura.

O não-sentido ocorre pela falta da latência do funcionamento da pontuação no texto. Em nossas análises, constatamos que esse funcionamento discursivo não é

observado nos textos em que há o tangenciamento do real no arquivo estudado. Para a teoria da Análise do Discurso, essa constatação é relevante na medida em que mostra meandros do funcionamento discursivo que não podem ser observados no arquivo clássico dessa teoria.

A relação entre ideologia e inconsciente, que aparece no capítulo a respeito da injunção do real, é muito cara para a Análise do Discurso. Em “Só há causa daquilo que falha [...]”, Pêcheux (1975) retifica seu trabalho a respeito das noções de sujeito e discurso, considerando insuficiente o desenvolvimento da questão do inconsciente nessas noções. Acreditamos ser o objetivo do trabalho dos pesquisadores dessa área refletir sobre a relação entre a ideologia e o inconsciente, a fim de aprofundar as questões de sujeito e sentido na Análise do Discurso.

O presente trabalho procura contribuir para essa reflexão na medida em que pesquisa essas duas noções no discurso analisado. As analogias estabelecidas por Lacan e Pêcheux, o primeiro entre inconsciente e linguagem e o segundo entre ideologia e inconsciente, nos fazem questionar sobre são as relações estabelecidas entre ideologia e inconsciente nos processos discursivos. No capítulo, “A injunção do real na escrita psicótica”, observamos que, no discurso do psicótico, o significante é governado pelo inconsciente e o sentido pela ideologia. Foi possível também, pela peculiar opacidade desse discurso, observar o atravessamento da ideologia e do inconsciente no discurso. Essa intersecção nos textos analisados é o que torna viável compreender teoricamente a irrupção do real no discurso. Porém, a relação entre o inconsciente/significante e ideologia/significado não se estabelece apenas no discurso do psicótico, mas também no do neurótico. Dessa forma, é necessário que os analistas de discurso se questionem se o cruzamento do inconsciente e da ideologia ocorre apenas no tangenciamento do real, ou se é um funcionamento inerente à linguagem que não foi amplamente observado e analisado na nossa área de estudo.

A respeito da autoria, refletimos sobre a viabilidade social dos textos de psicótico. Dessa reflexão, resultaram as noções de *represamento do interdiscurso* e *estancamento do real*. Essas duas noções nos permitem distinguir duas questões importantes para pensar a viabilidade social do texto psicótico: a possibilidade de entrada do sujeito-leitor no texto e o efeito de silenciamento do leitor. Tanto a *invasão do real* quanto o *tangenciamento do interdiscurso* são injunções na produção

discursiva na psicose, devidas ao não atravessamento do estágio do Édipo. Como vemos nas análises, é possível tanto barrar o real quanto represar o interdiscurso. Nesse capítulo, nos preocupamos em analisar a questão da viabilidade social dos textos de psicóticos em relação a sua constituição discursiva, relacionando as questões da leitura e da produção textual.

As noções de *represamento do real* e de *estancamento do interdiscurso* são importantes para pensar a questão da autoria na psicose, apartada da idéia de que a autoria estaria relacionada à mimese do funcionamento discursivo neurótico. Ou seja, essas duas noções são específicas para pensar a questão da autoria na psicose.

A *inscrição* e a “*escrição*” são gestos que constituem a autoria. São gestos de linguagem e de interpretação que produzem sobre uma materialidade escrita o efeito de pertencimento do texto a um sujeito que se constitui discursivamente. A análise nos permitiu perceber que esses gestos são passíveis de vir de um paciente psicótico, apesar de esse ser descrito nos Manuais de Psiquiatria como possuidor de “discurso pobre” (DMS IV, p. 266) e propenso à “distorção e exagero na comunicação” (idem, 264), ou seja, de não ser considerado apto para comunicação:

A conversação [no caso do psicótico] é singular pelo fato de que ela não é destinada a estabelecer um contato entre o doente e seu interlocutor; é um monólogo, às vezes rápido, alegre, porém, em geral, abstrato, inadequado à situação: de fato, o doente não se dá conta da situação, continuando em voz alta um ‘devaneio verbal’, sem finalidade, sem contato, sem intervenção consciente. (Ey, p. 576).

Podemos perceber que a escrita no tratamento de psicóticos é de grande importância na medida em que possibilita ao paciente estabelecer outro laço com a linguagem, apesar de sua falha na passagem pelo Édipo. Esse novo laço, que advém da escrita, proporciona outro tipo de tomada da palavra, que é apreciada, respeitada e que suscita interpretações.

Talvez, pela escrita, o psicótico possa fazer o caminho contrário do nosso (que seria tentar alcançar um efeito de autoria mediante gestos de *inscrição* e “*escrição*”), e consiga, ao ser reconhecido - pela sociedade - como capaz de ocupar um lugar de

autor, se submeter à linguagem e ao discurso e se singularizar, escrevendo a sua própria história.

ANEXO

TEXTO D

CARCERE

A MINHA VIZINHA LÁ PELOS ANOS 1973, UMA MENINA QUE UM DIA QUEBROU UM VASO MING DO ORIENTE, FOI COLOCADA NA FEBEM POR CAUSA DISTO. PELOS PROPRIOS PAIS, NÃO BASTANDO AINDA FORAM ENCOMODAR OS VIZINHOS ENCLUSIVE EU, SE ESTE VASO TINHA O NÃO PODER OU OUTRA COISA QUALQUER ELE TINHA UMA VEZ, PORQUE QUEBROU. O MAIS CERTO Á SE FAZER SERIA SIMPLEMENTE TENTAR COLAR ESTE VASO, MAIS SEM FAZER MAL A NINGUEM, NEM AOS VIZINHOS E A MENINA. POUCO SEI DESTE FATO, SÓ SEI QUE FOI ASSIM. ERRO POR ERRO E AINDA ME INCOMODAM DESDE O FATO DO VASO QUEBRADO, NÃO SEI EXPLICAR MAS TENTO RESOLVER MINHA VIDA FORA DESTE FATO, QUE TAMBEM NÃO CONSIGO. HACHO EU QUE É MUITO MAIS COMPLICADO E ME PERGUNTO, E NÃO FOSSE UM VASO MING E SIM UM COMUM, QUAL É O SIGNIFICADO POR TANTA CONFUSÃO.

V. s/ data

TEXTO E

CAMINHO

1 LONGE LÉVAM OS PASSOS, O CAMINHO COM CURVAS,
2 PASSOS, CALÇADAS, ESTRADAS À ALGUM LUGAR ONDE SE
3 ACEMELHA A MESMA, OUTRO CAMINHO FORA DO MESMO
4 LUGAR, QUE NÃO É SÓ O MESMO, ONDE TEMOS VARIOS
5 A OPINIÃO É DIRIGIDA PELO MESMO. UM TIPO DE
6 JULGAMENTO ONDE QUEM JULGA POR ISSO OU
7 POR AQUILO É QUE NÃO ESTÁ SEGUINDO CAMINHO

TEXTO F

O OURO QUE FOI ENTERADO

ALGUEM ENTEROU O OURO APROXIMADAMENTE 5 KILOS,
OS ELETROS ESTAVAM SOLTOS OU LIVRES A SUA LIBERDADE
ACABOU POIS QUANDO SE ENTERA OURO OS ELETRONS SÃO
ATRAIDOS PELO MAGNETISMO DA TERRA E SE TORNA UMA
CONCENTRAÇÃO DE ELETRONS FORA DO ÂTOMO ESTA CONCENTRA-
ÇÃO É DANOSA E PREJUDICIAL

DESCARTANDO TODAS ESTAS IPOTEESES, AINDA TEMOS UMA
REGRA SOBRE OURO ENTERADO: REGRA ESTA QUE NÃO IMPORTA
AOS OUTROS MAIS SIM A QUEM ENTEROU – 1 SE TRATANDO
DE ENTERO PROMUNGUEM A VIDA. REGRA PRINCIPAL. “QUEM
ENTEROU QUE VÁ DEENTERAR. POIS A VIDA E BOA
E NÃO VALE FAZER DA VIDA UMA ARMADILHA.

ACHO GRAÇA DO OTARIO QUE ENTEROU O OURO, POIS
OURO ENTERADO NÃO TEM VALOR. TALVEZ O TENHA ENTERADO
PARA PEGAR DEPOIS É MUITO MALANDRO DEVE DE SER POR
TER SIDO OURO ROUBADO OU NÃO É QUE É FATO DE
ESQUECIMENTO. A VIDA CONTINUA E ESTOU AQUI PARA LEMBRA-
LO.

V. 07/12/2005

TEXTO G

CÊLULAS EPIDEMINIAIS

OUVI E NÃO ENTENDI, QUANDO ENTENDER ESTAREI SATIS-
FEITO E CONSEGUIREI RESOLVER MEUS PROBLEMAS.

AS VEZES ACHO QUE TEM A VER ALGUMA COISA
COM O DIABO JÁ QUE É FATO DE CÊLULAS POIS SOMOS
SERES DA TERRA FORMADOS DE CÊLULAS E NÃO TEMOS O
CONTROLE DE NOSSA PROPRIA FORMAÇÃO.

OBS.: IREI TROCAR MINHA TELE-SENA E ACABOU!

V. 14/12/2005

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALLOUCH, Jean. *Letra a Letra: transcrever, traduzir e transliterar*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1995.

ALMEIDA, Napoleão. *Gramática latina: curso único e completo*. São Paulo: Saraiva, 1997.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. (1970) In ZIZEK, S. *Um mapa para a ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AMARANTE, P. (org). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

ARRIVÉ, Michel. *Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: EDUSP, 1994.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Cadernos de Estudos linguísticos, Campinas, (19): 25-42, julho/dezembro, 1990.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Lucena, 2003.

BORBA, Patrícia Laubino. *O funcionamento da referência na perspectiva da análise do discurso: um estudo sobre o discurso do esquizofrênico*. (Dissertação de Mestrado em Letras) Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CALIL, Eduardo. *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Londrina: Eduel, 2004.

_____. Modalizações autonímicas como marcas de subjetividade em processos de criação. *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 1806-275, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária na sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHACON, Lourenço. *Ritmo da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CUNHA, Celso & CINTRA Luís. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

COURTINE, Jean-Jacques. *Analyse du discours politique*. *Langages* n. 62, Larousse: Paris, juin 1981.

_____. *Definition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*. *Philosophiques*, v.9, n.2, oct. 1982.

_____. (1983) *O chapéu de Clémentis*. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. IN INDURSKY, F. LEANDRO-FERREIRA, M. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Editora Sagra Luzzatto, 2000. Coleção Ensaios, vol. 12.

COURTINE, Jean-Jacques. & MARANDIN, J-M. *Quel objet pour l'analyse du discours?* In *Matérialités discursives*, Press Universitaire de Lille, Lille, 1981.

DARMON, Marc. Guillemets. In JOURNÉES DE L'ASSOCIATION FREUDIENNE INTERNATIONALE. *La Ponctuation*. Centre Hospitalier Sainte Anne, 1997.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DORNELES, Elisabeth. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Tese de doutoramento em lingüística. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

DSM – IV. *Manual de diagnósticos e estatísticos de transtornos mentais*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

DUCROT, Oswald. (1984). *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

EY, H. (org.). *Manual de Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Masson, 1981.

FINK, B. *O sujeito lacaniano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel (1969a). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. (1969b). O que é um autor? In: _____. *O que é um autor?* 4.ed., Portugal: Vega, 2002.

_____. (1970) *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Recursos para o bom adestramento. In: _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23.ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

FREIRE, M. *A escritura do psicótico*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

FREUD, Sigmund. (1900) *Interpretação dos Sonhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

_____. (1911-1913) *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (Ocaso Schreber)*. *Artigos sobre técnica e outros textos*. São Paulo Companhia das letras, 2010.

_____. (1915) O inconsciente. In _____. *A história do movimento psicanalítico: artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

_____. (1924). *A perda da realidade na neurose e na psicose*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.

GADET, F e PÊCHEUX, Michel. (1981) *A língua inatingível*. Campina: Pontes, 2004.

GALLO, Solange L. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Sobre a estrutura e o evento. In: _____. *Texto: como apre(e)nder esta matéria? – análise discursiva do texto na escola*. Tese de Doutorado em Linguística - Depto de Linguística do IEL – UNICAMP, 1994.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

GRANTHAM, Marilei. *Da releitura à leitura: um estudo da leitura pelo viés da pontuação*. Tese de Doutorado em Linguística. UFRGS, 2002.

GUERRA, Andréa. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In COSTA, Clarice & FIGUEREIDO, Ana. *Oficinas terapêuticas em saúde mental*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In ORLANDI, E. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, 1997.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Discurso*. Campinas: Pontes, 2005.

HENRY, Paul. (1975) *Construções relativas e articulações discursivas*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, (19). 43-64, jul./dez., 1990.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. São Paulo: Ed. Da Unicamp, 1997.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In ERNEST-PEREIRA, Aracy (org). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

_____. *Lula lá: estrutura e acontecimento*. Organon/ UFRGS, Instituto de Letras – v. 17, n. 35, 2003.

_____. O texto nos estudos da linguagem: especificidade e limites. In ORLANDI, E & LAGAZZI-RODRIGUES, S. *Discurso e Textualidade*. São Paulo: Pontes, 2006.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso In MITTMANN, S. GRIGOLETTO, E. CAZARIN, E.(org). *Práticas Discursivas e Identitárias: Sujeito e Língua*. Porto Alegre: Prova Nova, 2008a.

_____. Anáfora frasal, anáfora textual, anáfora discursiva. In REBELLO, Lúcia Sá & SCHNEIDER, Liane (orgs). *Construções literárias e discurso da modernidade*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008b.

_____. A escrita à luz da Análise do Discurso. In *Sujeito e Linguagem*. CORTINA, Arnaldo & NASSE, Silvia Maria. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

JULIEN, Philippe. O retorno de Jacques Lacan: a aplicação ao espelho. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LACAN, Jacques (1957-1958). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1955-1956). *Seminário 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. (1964) *Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1969-1970) *Seminário 17: o avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1973) *Seminário 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni P., e LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p.81-103.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

LECLAIRE, Serge. As palavras do psicótico. In KATZ, Chaim (org.). *Psicose: uma leitura psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 1991.

LEITE, Nina. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

LISBÔA, Noeli. *A pontuação do silêncio: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector*. (Dissertação de Mestrado em Letras) Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso*. São Paulo: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, D. (1984) *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARIANI, B (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos, Claraluz, 2006.

MILNER, JC. *O amor da língua*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. *As formas do silêncio: no movimento do sentido*. São Paulo: Unicamp, 1992.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Revista Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan. / mar. 1994.

_____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: pontes, 2003.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. São Paulo: Pontes, 2004.

_____. *Discurso e Texto: formulações e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Linguagem, ciência, sociedade*. In Revista Brasileira de letras. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Vol. 5 n. 1, 2008. pg. 53-63.

ORLANDI, Eni & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.) *O discurso e textualidade*. São Paulo: Pontes, 2006.

Portaria /SNAS- de 29 de janeiro de 1992.

PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise automática do discurso. In GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. São Paulo: Unicamp, 1997.

_____. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. (1977) Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mario M. *El discurso político*. México, Nueva Imagen, 1980.

_____. Ouverture du colloque. In *Matérialités discursives*. Lille: Presses Universitaire de lille, 1981.

_____. (1983). A Análise do discurso: três épocas. In GADET e HAK. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1988) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes Editora, 2002.

_____. Ler o arquivo hoje. In ORLANDI (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX & FUCHS. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In GADET, F. HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. São Paulo, Unicamp, 1997.

PFEIFFER, C.C. *Que autor é este?* Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1995.

PLON, Michel. Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs Análise do inconsciente. In INDURSKY, Freda e LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007.

POPIN, Jacques. *La ponctuation*. Paris: Éditions Nathan, 1998.

PORGE, Erik. *Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

QUINET, Antonio. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2003.

_____. *Psicose e laço social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RAMALHO, R. Escrita e Psicose. In COSTA, A e RINALDI, D. *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia de Freud: UERJ, Instituto de Psicologia, 2007.

RICHES, Simone. *No operar das fronteiras, a emergência da função-autor*. Tese de doutoramento em Educação. UFRGS, 2002.

ROUDINESCO, E & PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998.

SAMUEL, Rogel. *Manual de teoria literária*. Petrópolis, Vozes, 1985.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) *Curso de lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, s/d.

SCHONS, Carme. *Questão de escrita*. Passo fundo: Universidade de Passo fundo, 2005.

SCIARA, Louis. La manie: paradigme de l'apponctuation. In JOURNÉES DE L'ASSOCIATION FREUDIENNE INTERNATIONALE. *La Ponctuation*. Centre Hospitalier Sainte Anne, 1997.

TFOUNI, Leda. Mensagem e poesia: atualidade de Saussure e Jakobson ou sobre a verdade do sujeito (e do sentido) em deriva. In GASPARG, Nádea & ROMÃO, Lucia. (org.). *Discurso e texto: Multiplicidade de sentido na ciência da informação*. São Carlos: Edufscar, 2008.

TREVISAN, Ester. Atelier de escrita: a construção de um lugar de endereçamento. In ASSOCIAÇÃO PSICANÁLITICA DE PORTO ALEGRE. Psicose: abertura da clínica. Porto Alegre: APPOA, Libretos, 2007.